

Ana Filipa Matos Maia

Género e *e*-migração: inclusão das mulheres imigrantes na sociedade de informação. O caso de Viseu.

Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, orientada pela Doutora Adriana Conceição Silva Pereira Bebiano Nascimento e coorientada pelo Dr. António Fernando Tavares Lopes, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015



Faculdade de Letras

GÉNERO E *E*-MIGRAÇÃO: INCLUSÃO DAS MULHERES IMIGRANTES NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO. O CASO DE VISEU

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Género e e-migração: inclusão das mulheres imigrantes na sociedade de informação. O caso de Viseu
Autora	Ana Filipa Matos Maia
Orientadora	Doutora Adriana Conceição Silva Pereira Bebiano Nascimento
Coorientador	Dr. António Fernando Tavares Lopes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Informação, Comunicação e Novos Media
Área científica	Ciência da Informação
Data da defesa	22-01-2015
Classificação	19 valores

Fotografia de capa: Migrantas – a visual language of migration, 2014 (www.migrantas.org)



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SUMÁRIO

Lista de Siglas e Abreviaturas	i
Lista de Gráficos	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A Massiva tarefa de inclusão (social e digital)	6
1.1 Considerações teóricas	7
1.2 A massiva tarefa de inclusão (social e digital)	7
1.3 Tecnologia e rede: vozes, silêncios, dicotomias	11
1.4 Tecendo teorias e redes inclusivas: ciberfeminismo	15
CAPÍTULO II – Teorias, redes, silêncios	21
2.1 Teorias, redes, silêncios. O caso português	22
2.2 Ciberimigrantes em cibercidades?: o caso de Viseu	26
2.3 <i>On the web</i> : imigrantes ou <i>e</i> -migrantes	31
CAPÍTULO III – Em busca das vozes: metodologias	36
3.1 Metodologia(s)	37
3.2 Novos espaços de integração, participação e exclusão	41
3.3 Analisando redes (sociais)	51
CAPÍTULO IV – As TIC: da evolução tecnológica a ferramentas de integração	54
4.1 As TIC: da evolução tecnológica a ferramentas de integração	55
4.2 Análise e Discussão dos resultados	60
4.3 (Ausência de) Organizações e associativismo imigrante no concelho de Viseu	64
4.4 (Ainda) Discriminação e exclusão	68
CONCLUSÃO	70
Referências bibliográficas	74
Anexos	82
Anexo 1	83

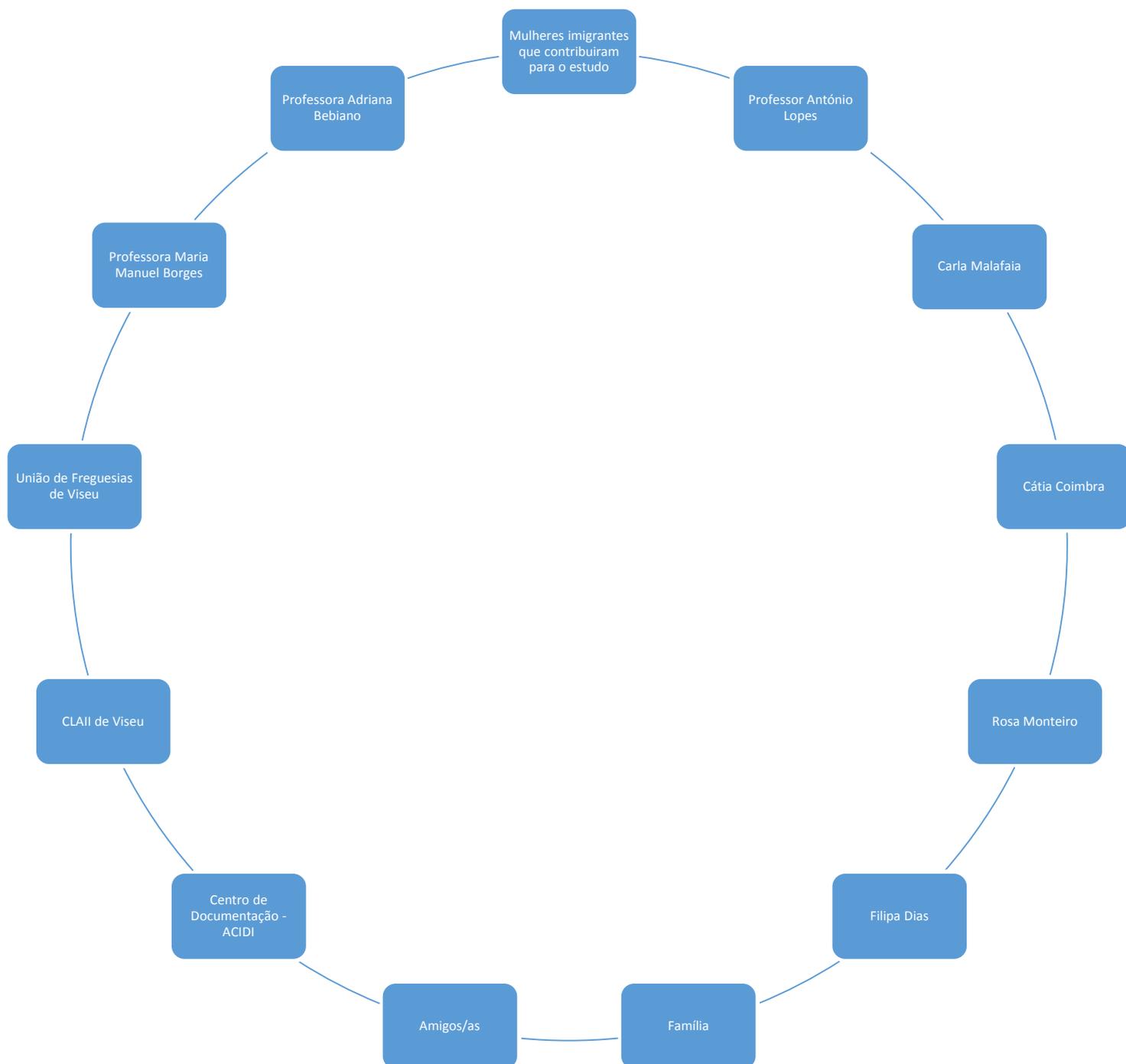
Lista de Siglas e Abreviaturas

ACIDI:	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
AI:	Amnistia Internacional
CE:	Comissão Europeia
CMV:	Câmara Municipal de Viseu
CIG:	Comissão para a Igualdade de Género
CLAII:	Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
EAPN:	European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza)
EU:	European Union
G3ict:	Global Initiative for Inclusive Information and Communication Technologies
GEM:	Global Entrepreneurship Monitor
IEFP:	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IPSS:	Instituições Particulares de Solidariedade Social
Obercom:	Observatório da Comunicação
OCDE:	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD)
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
ONG:	Organização Não-Governamental
PALOP:	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB:	Produto Interno Bruto
SEF:	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SPSS:	Statistical Package for Social Sciences
TIC:	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UE:	União Europeia
UNESCO:	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
W3C:	World Wide Web Consortium
WAI:	Web Accessibility Initiative
WCAG:	Web Content Accessibility Guidelines
WWW:	World Wide Web

Lista de Gráficos

Gráfico 1.	Nacionalidade das mulheres inquiridas, em percentagem.....	39
Gráfico 2.	Resultados referentes às fontes de apoio à integração, em percentagem	42
Gráfico 3.	Dificuldades na integração ao país de acolhimento	43
Gráfico 4.	Dificuldades na integração ao concelho	43
Gráfico 5.	Existência de dificuldades no acesso às TIC	49
Gráfico 6.	Dificuldades no acesso ao computador e à Internet	50
Gráfico 7.	Importância das TIC para a integração no concelho	56
Gráfico 8.	Objetivos na utilização das TIC	57
Gráfico 9.	Tipo de tecnologias usadas no quotidiano	58
Gráfico 10.	Frequência da utilização das TIC	59
Gráfico 11.	Frequência da utilização do computador	59
Gráfico 12.	Objetivos da utilização do computador e da Internet	60
Gráfico 13.	Existência ou ausência de discriminação no processo de integração	69

AGRADECIMENTOS



TÍTULO: Género e e-migração: inclusão das mulheres imigrantes na sociedade de informação. O caso de Viseu

RESUMO:

O papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e da ciência na vida humana, bem como a quantidade e diversidade de informação acessível e partilhável, atingiram uma importância sem precedentes na construção do tecido social na denominada sociedade de informação. Contudo, apesar de uma aparente e crescente democratização do acesso às tecnologias e à informação, as enormes disparidades, tanto a nível global como local, tornam urgente olhar para países, zonas e culturas das margens, menos estudadas e problematizadas. Considerando três alicerces temáticos – mulheres, imigração e tecnologias da informação e da comunicação – procura-se desenvolver um estudo que vise compreender as exclusões e as inclusões potenciadas pela área tecnológica. A área tecnológica inclui múltiplas divisões, representadas pelo conceito de fosso digital, ou *digital divide*, reportando a dificuldades no acesso e utilização das tecnologias e da informação para chegar ao conhecimento. Nesta dissertação pretende-se estabelecer uma ligação relevante entre estudos feministas, estudos culturais e ciências da informação e da comunicação, uma vez que esta é uma ligação ainda pouco estudada no panorama nacional e, particularmente, na zona centro do país. É imperativo estudar a sociedade de informação e compreender como grupos marginalizados, em particular as mulheres imigrantes do concelho de Viseu, nela se (re)estruturam e manifestam. Como elementos relevantes para a compreensão das desigualdades, espera-se entender como é que o estatuto socioeconómico, a idade, origem, qualificações académicas e profissão, entre outros fatores, podem influenciar a capacidade de acesso e as competências de utilização das TIC no concelho de acolhimento, bem como a apropriação das mesmas para a construção e projeção da sua voz na sociedade de informação.

Palavras-chave: Sociedade de informação, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Género, Imigração, Viseu

TITLE: Gender and *e*-migration: inclusion of immigrant women in the information society. Viseu: a case-study

ABSTRACT

The role of information and communication technologies (ICT) in science and human life, as well as the quantity and variety of the existing accessible and sharable information, has reached an unprecedented level of importance within the construction of the social fabric of the information society. However, despite the perceived growth in the access to information and technology, the vast disparities in access, both globally and locally, make it urgent to look closer at countries, areas, and cultures from the margins – which have been less studied and less questioned. Considering three lines of approach – women, immigration and ICT – this study aims to understand the inclusion(s) and exclusion(s) caused by the technological field amongst immigrant women in Viseu. The technological field includes multiple divisions, represented by the concept of digital divide, resulting in the difficulty in accessing and using technology and information in order to achieve knowledge. This dissertation aims at disclosing the relevant connections between feminist studies, cultural studies and information and communication sciences, given that these connections remain understudied in Portugal, particularly in its central region. Within present circumstances it is crucial to study the information society and understand how marginalized groups, in particular immigrant women and, in this case, in Viseu, (re)structure and express themselves in the frame of their access to ICT. Several features are brought to the discussion, such as socioeconomic status, age, origin, academic/educational qualifications, and occupation, as it is hoped to understand how these elements can influence access and ability to use ICT, as well as how they are used by the immigrant women to have a voice in the information society.

Keywords: Information Society, Information and Communication Technologies, Gender, Immigration, Viseu

INTRODUÇÃO

“Technology is not neutral. We're inside of what we make, and it's inside of us. We're living in a world of connections - and it matters which ones get made and unmade.”¹

Donna Haraway, 1997

Donna Haraway é uma teórica contemporânea que se tem debruçado sobre as questões da tecnologia, cultura e natureza em diálogo com os estudos feministas. É a sugestão, por parte desta autora, de um mundo de conexão (*connections*) e tecnologicamente não-neutro (*not neutral*) (Haraway *apud* Kunzru, 1997), que introduz as três grandes temáticas desta dissertação: género, tecnologias e imigração – enquanto uma ligação que interessa e muitas vezes permanece por fazer ou é desfeita (*unmade*).

Numa era de informação e de comunicação globais, a tecnologia e a ciência são decisivas para a transformação da vida social, económica e política, acelerando processos de desenvolvimento e criando diversas oportunidades para indivíduos e grupos (Organização Internacional do Trabalho, 2008). Por outro lado, nem todos os indivíduos e grupos sociais revelam iguais competências e níveis de acesso ao desenvolvimento tecnológico. As mulheres representam uma maioria significativa das pessoas que não têm acesso à tecnologia e essa disparidade acentua-se quando são sobretudo provenientes de zonas rurais e países em desenvolvimento (OIT, 2008). As conexões tecnológicas revelam desigualdades sociais que importa estudar.

A escolha deste tema prendeu-se com a intenção de estabelecer uma ligação relevante entre os estudos feministas, os estudos culturais e as ciências da informação e da comunicação, uma ligação ainda pouco explorada e estudada no panorama nacional e, em particular, na zona centro do país. O desequilíbrio dos fluxos e dos processos de globalização tornam imperativo olhar-se para países, zonas e culturas das margens, menos estudadas e problematizadas, tal como a região interior portuguesa. Para fazer face ao desafio tecnológico e compreender as conexões que se estabelecem ou não, ou seja, encontrar fenómenos de inclusão ou exclusão na região, é crucial compreender como se estrutura o acesso e a utilização das tecnologias por parte do público-alvo, neste caso mulheres imigrantes do concelho de Viseu, escolhido como estudo de caso.

Velhos conceitos encontram agora novas definições – como é o caso de «espaço», «mobilidade», «identidade», e até as próprias condições de (i)migração e de ser mulher têm sido

¹ Entrevista a Donna Haraway, por Hari Kunzru, revista *Wired*, 1997.

discutidas e reconfiguradas nos últimos anos. É esse debate, (des)construção e problematização de conceitos no contexto de novas práticas, também missão deste trabalho.

Esta dissertação divide-se em quatro partes principais, ou capítulos. No Capítulo I – em “A massiva tarefa de inclusão (social e digital) – apresento o enquadramento teórico, recolho estudos e contributos de vários teóricos e teóricas que trabalham questões ligadas aos estudos de género, imigração e sociedade de informação, dos quais parto para constituir a problemática e as reflexões que sustentam este trabalho.

Na primeira secção, “Considerações teóricas” aborda-se o objeto de estudo e a fase de estudos exploratórios, enquanto que na segunda secção, 1.2 “A massiva tarefa de inclusão (social e digital)”, exploro o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação a nível global, apontando já para a existência de várias desigualdades no acesso e na utilização destas tecnologias, que se manifestam sob a forma de exclusões e silêncios. Na secção 1.3 “Tecnologia e rede: vozes, silêncios, dicotomias” discuto em maior detalhe a grande ausência das mulheres imigrantes na sociedade de informação, explorando as questões de identidade, mobilidade e poder que são agora repensadas pelo ciberespaço e pela rede. Apresento ainda conceitos que têm vindo a ser (des)construídos e que adotam novos significados, bem como dicotomias nas quais assentam as questões de género e imigração na atual sociedade de informação. Subsequentemente, em 1.4, “Tecendo teorias e redes inclusivas: ciberfeminismo” investigam-se teorias feministas ligadas à tecnologia (em particular o ciberfeminismo) que promovam a capacitação para a ação (*empowerment*) e a participação das mulheres no ciberespaço e na sociedade de informação, em geral. Esta secção é seguida do Capítulo II, denominado “Teorias, redes, silêncios”, que se inicia com a secção, 2.1, “Teorias, redes, silêncios. O caso português”. Aqui, procura-se contextualizar Portugal enquanto protosociedade de informação no contexto europeu, introduzem-se referências a algumas medidas e políticas inclusivas e discutem-se resultados. Explora-se brevemente a sub-representação das mulheres na educação tecnológica, e na ciência em geral, e faz-se um breve perfil da imigração em Portugal nos últimos anos. Na secção subsequente (2.2), “Ciberimigrantes em cibercidades?: o caso de Viseu”, é objetivo explorar novos conceitos que emergem na sociedade de informação, e entender como é que as cidades, nomeadamente a de Viseu, se servem das TIC para potenciar a participação, a integração e o desenvolvimento local. É ainda objetivo estudar o concelho de Viseu ao nível das suas iniciativas e projetos de desenvolvimento tecnológico e informacional, sobretudo aquelas que possam beneficiar as mulheres imigrantes. A última secção deste capítulo, a 2.3, intitula-se “*On the web: Imigrantes ou e-migrantes?*” e procura continuar a explorar a temática da ciberimigração

e das cibercidades, procurando entender como se complexifica o processo de migração e como se movimentam e adaptam as pessoas imigrantes aos novos ambientes e ferramentas digitais.

No terceiro capítulo, “Em busca das vozes: metodologias” em primeiro lugar, irei apresentar o campo metodológico (3.1 “Metodologia(s)”) e explorar as dificuldades inerentes ao processo de investigação, reportando às ausências de estudos empíricos sobre o tema e ao desinteresse ainda generalizado pelos estudos de género. Irei apresentar a análise da metodologia quantitativa escolhida – inquéritos por questionário – realizados entre janeiro e abril de 2014 a mulheres imigrantes do concelho de Viseu, tentando compreender percursos e práticas, bem como encontrar padrões de acesso e utilização das TIC na região. Na segunda secção deste capítulo – 3.2 “Novos espaços de integração, participação e exclusão” – e em articulação com os resultados obtidos, serão problematizados alguns conceitos teóricos já apresentados no capítulo anterior, nomeadamente ao nível das dificuldades sentidas no processo de integração. A secção 3.3 “Analisando Redes (sociais)” foca-se no estudo do conceito de rede (*network analysis*) e de contributos de sociólogos como Bourdieu e Putnam para compreender dinâmicas e comportamentos individuais das mulheres imigrantes sem perder de vista a sua inserção nas estruturas sociais envolventes. Seguidamente, inaugura-se o Capítulo IV (“As TIC: da evolução tecnológica a ferramentas de integração”) com a secção com o mesmo nome (4.1), em que se explora o potencial e a importância das TIC e da evolução tecnológica para a integração de grupos socialmente marginalizados, cruzando com os resultados apurados nos inquéritos por questionário. “Análise e discussão dos resultados” (secção 4.2) debruça-se em detalhe sobre os resultados apurados na metodologia quantitativa, estabelecendo correlações relevantes entre dados recolhidos. Em “(Ausência de) Organizações e associativismo imigrante no concelho de Viseu” (4.3) apresentam-se dados sobre ONGs, associações e empreendedorismo com enfoque na imigração e no género e aborda-se a ausência destes no concelho. Na secção final (4.4) “(Ainda) Discriminação e exclusão” exploram-se conceitos e fenómenos de discriminação e exclusão no cruzamento com os dados recolhidos.

Nesta dissertação proponho-me, ora, a estudar mulheres imigrantes, as suas vozes e silêncios e contribuir para explorar um espaço que pode ser utilizado como ferramenta de *empowerment* e emancipação feminina. Escolhi como público-alvo mulheres, e mulheres imigrantes do concelho de Viseu em especial, pois não são elas que figuram nas estatísticas, nos dados oficiais, nas

crônicas de jornais, nas capas de revistas ou nas biografias enquanto casos de sucesso e de liderança. Nesta dissertação fala-se de e falam as mulheres das margens².

Fazer investigação em estudos culturais e comunicacionais (a partir de uma perspectiva feminista) na era pós-moderna, onde impera o reino da hiper-realidade e do excesso de informação, implica complicações e contradições e inclui “um bocadinho disto e um bocadinho daquilo”, citando Salman Rushdie³ (McRobbie, 1993). Apesar da pluralidade de metodologias e abordagens utilizadas, estas áreas de estudo têm uma dimensão crítica comum determinante para o *empowerment* de grupos subalternizados, nomeadamente as mulheres e as minorias étnicas para quem, segundo McRobbie, a própria investigação científica e académica tem significado marginalização e uma interpretação marcadamente patriarcal e eurocêntrica.

Assim, considerando três alicerces temáticos já supramencionados – mulheres, imigração e TIC – coloco a possibilidade de desenvolver um estudo que abranja as inclusões e as exclusões potenciadas pelo terreno tecnológico. A relação entre tecnologias, os *media* e os grupos segregados é uma relação que se pretende aqui clarificar. Como elemento relevante para a compreensão das dicotomias e desigualdades, espera-se perceber como é que o estatuto socioeconómico das mulheres, a sua idade, a sua origem, o grau de escolaridade, a profissão, entre outros fatores, podem influenciar a capacidade de acesso e competências de utilização das TIC, bem como a apropriação das mesmas para a construção e projeção da sua voz.

Para este estudo vou partir do conceito de *gender digital divide* e das desigualdades assentes no género e na nacionalidade, enquanto características que determinam e limitam o acesso e utilização das TIC e, em geral, o acesso e a participação na sociedade de informação. Parte-se da premissa de que as potencialidades e as aplicações das novas tecnologias da informação e da comunicação nos processos económicos, políticos e sociais têm vindo a criar novas oportunidades e alterações na qualidade da vida humana, permitindo maior acesso ao emprego, educação, sociabilização e cultura e participação cívica ativa (Huyer & Sikoska, 2003). São, em suma, vetores de mudanças sociais, económicas e políticas que podem contribuir para acelerar processos de desenvolvimento, seja a nível global ou regional.

² A perspetiva das margens é escolhida por representar um olhar crítico e subalterno sobre a sociedade pós-moderna, procurando a demarcação da narrativa dominante. Segundo Boaventura de Sousa Santos, “a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis” (2004:1).

³ Do original “little bit of this and a little bit of that”, primeiramente citado por Stuart Hall em *The Question of Cultural identity*, 1992.

Enquanto vetores de mudança, propõe-se pensar no papel fundamental que as TIC podem e devem ter para a capacitação para a ação de grupos socialmente excluídos, ao invés de acentuar e provocar desigualdades, apresentando novas potencialidades através da cibercultura. Nessa perspectiva, as mulheres, pela *e-migração*, podem beneficiar do ciberespaço e da cibercidade enquanto um não-lugar ou um entre-lugares, idealmente, sem obstáculos à sua participação ativa no processo democrático e de cidadania no novo país. É isso que se pretende apurar de Viseu, o quão próxima ou distante está, atualmente e para estas mulheres, de uma cibercidade que promove a inclusão social e digital das cerca de mil mulheres estrangeiras que acolhe⁴.

⁴ Segundo dados do SEF, residiam no ano de 2013, no concelho de Viseu, 950 mulheres estrangeiras de forma regular. Dados disponíveis em <http://sefstat.sef.pt/Viseu.aspx>

CAPÍTULO I - A Massiva tarefa de inclusão (social e digital)

1.1 Considerações teóricas

No caso de um objeto de estudo tão pouco investigado como a relação das mulheres imigrantes com as tecnologias da informação e da comunicação, várias abordagens metodológicas tiveram de coexistir, pois nenhuma, isoladamente, seria suficiente para constituir um campo analítico consistente nem permitiria chegar a conclusões relevantes, ainda que provisórias.

Na fase de estudos exploratórios procurou-se recolher literatura de três áreas de estudo: estudos culturais, estudos feministas e ciências da informação e comunicação – uma transdisciplinaridade consciente para sustentar as reflexões e considerações teóricas aqui tecidas. Recorreu-se a estudos oficiais de organismos europeus e nacionais e a estatísticas oficiais, de modo a apresentar dados empíricos relacionados com a presença das mulheres na educação tecnológica, na ciência e tecnologia em Portugal e na Europa. Em torno de estudos sobre as mulheres, tecnologia e imigração emergiram teorias feministas das tecnologias⁵ (ciberfeminismo), estando permanentemente em diálogo as dicotomias inclusão e exclusão (social e digital).

1.2 A massiva tarefa de inclusão (social e digital)

Com o desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas, a humanidade tem visto crescer exponencialmente a quantidade de informação e conhecimento e uma infraestrutura de comunicações global que transformou o próprio conceito do “mundo”. Vannebar Bush⁶ afirmou, ainda na primeira metade do século XX, que a humanidade estava a virar-se para a “massiva tarefa de tornar mais acessível o crescente acervo de conhecimento⁷” (Bush, 1945). Essa antevisão parece estar a confirmar-se na contemporaneidade, na qual a informação, a comunicação e o conhecimento são centrais para todos os setores de desenvolvimento humano,

⁵ Apropriação do título “Feminist theories of technology” de um artigo da socióloga Judy Wajcman, publicado em 2009 por Oxford University Press/Cambridge Political Economy Society.

⁶ Citação do cientista norte-americano Vannevar Bush em “As we may think”, disponível *online* pelo MIT e com versão eletrónica preparada por Denys Duchier em 1994, em <http://web.mit.edu/STS.035/www/PDFs/think.pdf>. O artigo original foi publicado em Atlantic Monthly, em Julho de 1945.

⁷ As traduções de conceitos e frases presentes neste artigo, em que as obras originais utilizadas são de língua inglesa, são da minha autoria.

continuam em rápida expansão e são mediados até pelas mais simples tecnologias que reconhecemos e utilizamos quotidianamente.

Para Maria Graça Pereira e Bento Silva, “as tecnologias da informação e da comunicação têm assumido um papel catalisador no processo de globalização” de tal modo que a contemporaneidade é designada de era ou sociedade de informação e de conhecimento (Pereira e Silva, 2009:5408). Para a autora e o autor, estas tecnologias são duplamente consequência da evolução científica e do processo de globalização, mas também causadoras e propulsoras de novas dinâmicas e mudanças nas estruturas sociais. A produção, gestão e consumo de informações e conhecimento(s) são atualmente vistos como estando no centro da produtividade económica e do desenvolvimento social, assistindo-se a um fluxo de dados, serviços e pessoas sustentado pelas tecnologias da informação e da comunicação (Selwyn, 2008).

As TIC compreendem enfim um conjunto complexo e heterogéneo de bens, serviços e aplicações, que são utilizados para produzir, processar, distribuir e transformar informação. Este setor manifesta-se através das telecomunicações, da rádio e televisão, do computador e respetivos *hardware* e *software* e de serviços de *media* eletrónicos, como a Internet e o *email* (Marcelle, 2000). A informação é assim mediada por equipamentos e infraestruturas que se desenvolvem e aperfeiçoam com a evolução tecnológica e científica.

Existem manifestações mais tradicionais, como a imprensa ou o telefone fixo, e manifestações mais recentes e complexas, como a tecnologia por satélite e a Internet – que vieram revolucionar a forma como se comunica globalmente e conduziram a mudanças profundas em todas as áreas, da economia à política, da educação à saúde e ao entretenimento. As TIC têm a capacidade de aceder, transferir e aplicar conhecimento e informação em praticamente todas as áreas e setores e são fundamentais para (re)organizar e introduzir novos métodos de trabalho e sociabilização (Huyer & Sikoska, 2003).

Apesar do potencial da Internet e das TIC em geral no estímulo do desenvolvimento socioeconómico, os seus benefícios não têm sido equitativamente distribuídos tanto entre nações a um nível macro, como entre grupos sociais, a um nível micro. A essa desigualdade atribui-se comumente o termo de “fosso digital” (no original *digital divide*). Este fosso representa múltiplas divisões num termo só, reportando a dificuldades no acesso e à utilização com base em questões de género, língua, idade, infraestruturas, literacia e estrato social e económico (Chang *et al*, 2012). A OCDE define-o como:

“the gap between individuals, households, businesses, and geographic areas at different socio-economic levels with regard both to their opportunities to access ICTs and their use of the Internet for a wide variety of activities”

OECD, 2001 *apud* Chang *et al*, 2012

Apesar de só nos últimos anos o fator género se ter tornado tema gradualmente mais relevante nas discussões sobre a sociedade da informação, compreende-se que o fosso digital, tanto a um nível local como global, revela desigualdades sociais pré-existentes e, quanto mais essenciais se tornam as TIC, mais evidentes e acentuadas serão essas desigualdades (Chang *et al*, 2012). No entanto, o conceito de “fosso digital” parece causar mais confusão do que esclarecimento, uma vez que a metáfora sugere um fosso que divide duas partes muito difíceis de unir (van Djik, 2008). Para Jan van Djik, não são apenas duas as divisões principais, mas são múltiplas e interconectadas, dando o autor especial destaque às divisões entre países do Norte e do Sul, do Oeste e do Leste europeu, bem como às divisões de classe social, género, idade e etnia.

Van Djik problematiza também o termo “acesso” no artigo “The Digital Divide in Europe” (2008), em primeiro lugar pela imediata associação de “acesso” a “acesso físico”. Para o autor, há vários níveis de acesso, desde o motivacional, o material, o acesso baseado nas competências e a usabilidade. As competências podem ser operacionais: referem-se às capacidades de trabalhar com *hardware* e *software*; e informacionais: referem-se às capacidades de pesquisa, seleção e tratamento de informação através do computador e da rede, enquanto que as competências estratégicas estão relacionadas com a capacidade de utilização do computador e da rede para fins específicos e para os indivíduos promoverem a sua posição e condição social (2008:10).

É insuficiente pensar que o fosso digital se resolve assim que toda a gente tiver acesso físico a um computador e a uma ligação à Internet. Van Djik aponta para a fragilidade da tese de acesso físico enquanto solução para a desigualdade e acrescenta um número de fatores que influenciam o fosso digital, como a disponibilidade e o custo da tecnologia digital num país, o seu nível geral de literacia e educação, as competências linguísticas da população (nomeadamente os conhecimentos da língua inglesa, que o autor aponta como sendo a língua dominante nas tecnologias), o nível de democracia e de liberdade de expressão do país e a força das medidas e políticas para promover a sociedade de informação em geral e o acesso em particular (2008:7).

No espaço Europeu, com o objetivo de criar novas políticas emancipatórias e inclusivas, enfatizando competências, utilização e acesso motivacional, entrou em ação o plano europeu *eEurope 2005: an information society for all*, e foi lançada a iniciativa i2010 enquanto estratégia

de superação do fosso digital (European Commission, 2002 *apud* van Djik, 2008). Essa estratégia foi posteriormente revista na Declaração de Riga no ano seguinte, na qual foram definidas seis políticas inclusivas visando: trabalhadores/as mais velhos/as e idosos/as, fosso digital geográfico, e-acessibilidade e usabilidade, literacia digital, diversidade cultural em relação com a inclusão e e-Governo inclusivo (Minister of the EU, 2006 *apud* van Djik, 2008:19).

É de destacar aqui uma das iniciativas mais significativas por parte do e-Governo inclusivo: a criação de um espaço acessível para cidadãos e cidadãs da Europa através do consórcio W3C – World Wide Web Consortium⁸– que impõe linhas de orientação e normatização para a acessibilidade *online*. A Web Accessibility Initiative (WAI) é umas das iniciativas mais relevantes deste consórcio internacional, visando tornar acessíveis páginas *web* através de cuidados específicos com o *design*, os conteúdos e a língua. “Designing for inclusion” é uma das secções desta iniciativa que promove o desenvolvimento de páginas *web* com ferramentas adequadas à sua utilização por pessoas com deficiência e idosos/as, em particular, permitindo que as dificuldades motoras e neurológicas não sejam um impedimento absoluto a utilizar equipamentos tecnológicos e a beneficiar das suas potencialidades (W3C, 2012).

Interessa ainda destacar a política inclusiva da “diversidade cultural”, que procura estimular o pluralismo cultural, identitário e linguístico, incentivando a participação de imigrantes e minorias étnicas na sociedade de informação. É nesta política referido que a igualdade de género é um objetivo central e assumida a existência de uma divisão de género, mas a sua discussão ocupa, na verdade, ainda pouco espaço nas políticas inclusivas (van Djik, 2008).

As desigualdades são centrais nesta dissertação, articulando-se com outras desigualdades e divisões, como as resultantes dos processos migratórios. Afirma van Djik que o acesso físico e material a computadores e à Internet por parte de imigrantes de minorias étnicas é bastante inferior ao acesso por parte de minorias étnicas ou da generalidade da população de um determinado país. Contudo, a composição étnica em cada país é tão diversa que dados concretos e comparativos parecem impossíveis de obter para sustentar esta afirmação (van Djik, 2008:9).

No caso das mulheres imigrantes, a deslocação geográfica e afastamento da residência, da família e do país de origem, as diferentes práticas culturais e religiosas do país de acolhimento, as novas exigências laborais e legais, a aprendizagem de uma nova língua (e muitas vezes o desconhecimento de Inglês) e as dificuldades económicas são alguns dos problemas que têm de

⁸ Para mais detalhes sobre o W3C, como princípios, iniciativas e missão, visitar a página oficial em <http://www.w3.org/>.

enfrentar na chegada e estadia num novo país, aos quais acrescem diferentes graus de competências tecnológicas. Nestes contextos, muitas destas mulheres veem dificultada a aprendizagem e a utilização das TIC, apesar de estas poderem garantir novas possibilidades de emancipação de género emergentes das novas práticas digitais e da criação de novos espaços e contextos (Hatzopoulos e Kambouri, 2013).

As TIC, nesta lógica, mostram ser ferramentas socialmente construídas, não neutras, podendo veicular significados e reproduzir desigualdades sociais já existentes, servindo assim de reflexos da cultura. Acresce ainda que, como apontam vários autores e autoras, as tradições da ciência e da tecnologia incorporam símbolos, metáforas e valores com conotações masculinas, sendo que os seus contextos de produção e utilização não são neutros (*gender-neutral*) (Rommès *et al*, 2001 *apud* Youngs, 2008). Estes contextos denotam a existência de mecanismos regulatórios e de poder que excluem, desde logo, a capacidade das mulheres de serem produtoras ou de participarem ativamente como *decision-makers*, associando-as a uma determinada (in)competência tecnológica (Wajcman, 1991). As mulheres são aqui associadas à passividade e relegadas para a categoria de consumidoras/utilizadoras – particularmente de equipamentos domésticos com funções básicas, contrastando com a “racionalidade masculina” (Youngs, 2008), definições que se assumem, tradicional e naturalmente, como parte integrante da sua identidade.

1.3 Tecnologia e rede: vozes, silêncios, dicotomias

As mulheres são a minoria na utilização tecnológica em praticamente todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento (Primo, 2003). A dificuldade no acesso a infraestruturas e competências tecnológicas impede-as de se afirmarem como produtoras de conteúdos e formatos atrativos e poderosos, de um prisma comunicacional (Bonder, 2002).

A ausência das vozes das mulheres imigrantes e das suas perspetivas na sociedade de informação denotam que as relações de poder nos novos *media* reproduzem, muitas vezes, as relações de poder já existentes nos *media* tradicionais. Ora, os *media* desempenham um papel decisivo na construção da opinião e agenda pública (Spears *et al*, 2002). Esta invisibilidade levanta questões-chave, nomeadamente sobre quem beneficia e/ou monopoliza e quem é informática e informacionalmente marginalizado/a. Apesar de uma aparente e crescente democratização do acesso às tecnologias, as enormes disparidades, tanto a nível global como

local, “mostram quão distantes estamos de uma sociedade de informação verdadeiramente global” (Santos, 2002:7).

Numa sociedade de informação altamente competitiva e plural “a informação e o conhecimento são os bens de maior valor” (Rossetti *et al*, 2008:61) e neles residem forças de poder. Retomo aqui o conceito de poder segundo Michel Foucault: manifesta-se sobretudo pelo discurso e pela linguagem, com mecanismos de produção de saberes que se transformam em verdades sobre a realidade, legitimando comportamentos e crenças que se refletem no domínio sobre o *outro* (Foucault, 1980); o poder está em toda a parte, é discursivo e presente nas linguagens e nos artefactos produzidos, o discurso é “aquilo pelo qual e com o qual se luta o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1997).

Assim, para o autor, o discurso que confere ordem à sociedade é o discurso de quem detém poder. A apropriação dos discursos é particularmente fértil em instituições como a escola e a academia, onde impera o discurso científico e tecnológico como forma dominante de conhecimento que cria inclusões e exclusões, policiando as suas fronteiras (Foucault, 1980). É também pela ausência deste tipo de poder, pela ausência de informação e de capacidade de gerar informação audível e socialmente legitimada, que muitas das mulheres imigrantes vêm enfraquecidas e goradas as suas oportunidades de participação ativa na sociedade, muitas vezes não só no novo país como no seu país de origem, e se conformam, frequentemente, em silêncio.

O desenvolvimento tecnológico, o acesso ao conhecimento e os seus benefícios não são, de forma evidente, distribuídos equitativamente entre países e grupos sociais (retomo o conceito de fosso digital) e é crucial explorar as dificuldades sentidas pelas mulheres imigrantes num território em que a mobilidade dos seus corpos é agora dupla – física e digital (imigração e “e-migração”). Na cultura pós-moderna, esta dualidade de entre-lugares ou não-lugares, através do ciberespaço, leva-nos à problematização dos conceitos aparentemente opostos de *real vs* simulação. No entanto, para Gilles Deleuze, o virtual é também real. Entramos num *matrix* em que os repertórios de sentidos e as performances são de tal forma múltiplos que as categorias identitárias de género, nacionalidade e residência são amplamente desconstruídas (Deleuze *apud* Lister *et al*, 2003).

As próprias questões de género e imigração são aqui problematizadas por via das tecnologias e dos *media*. Assistimos a um duplo fenómeno de migração e mobilidade, tanto o *real* (entre países e lugares geográficos e físicos), como o *virtual* (através de um não-lugar, do ciberespaço). Atualmente, as mulheres imigrantes experienciam a imigração e a *e-migração*, enquanto

fenómenos de adaptação a novas realidades, novos espaços com novas exigências, e cuja inadaptação poderá significar uma desvantagem social e risco de exclusão. A sociedade de informação está conectada por um lugar virtual marcado pela desterritorialidade e desconstrução dos marcos temporais, em que os fluxos complexificam o conceito de lugar (Lemos, 2004).

As noções de ‘lar’, de ‘aqui’ e ‘lá’ estão a tornar-se menos topológicas e mais translocais e mesmo transnacionais, sob a influência das tecnologias da informação e da comunicação. Os próprios processos migratórios sofrem alterações e dá-se um fenómeno de *digitalização da imigração*, em que o local, o regional e o global se interligam por intermédio da rede; assim, as identidades das mulheres, enquanto indivíduos e membros de comunidades, (re)constróem-se (Hatzopoulos & Kambouri, 2013).

O ocidente patriarcal e colonial tem difundido e naturalizado a crença de que “a mulher” não tem uma identidade individual e construída, mas uma imagem identitária universal: “mulher”, portanto, essência; e não “mulheres”, sujeitos históricos. O seu *eu*, ou *self*, seria uma condição “natural” de reprodução, reclusão e submissão (Balsamo, 1996), uma noção que tem vindo a ser fortemente contestada e derrubada pelos movimentos de direitos humanos e as lutas feministas. Com a expansão dos movimentos e lutas feministas, a análise de estereótipos e da representação mediática aliou-se aos estudos sobre a (re)construção da identidade (Silveirinha, 2008: 103). Stuart Hall define as identidades como “pontos instáveis de identificação ou sutura, que são criados dentro dos discursos da história e da cultura” (Hall, 1999:226). Como tal, não são estruturas fixas e definidas, são significadas por diferentes sistemas de representação, que constituem verdades e legitimam discursos, nunca completas, transparentes ou lineares (Hall, 1999: 222) – uma posição epistemológica que nega a possibilidade de essência, portanto.

A teórica Judith Butler procura desconstruir os dualismos cartesianos, que estruturam o pensamento Ocidental desde o Iluminismo, mente/corpo e cultura/natureza, pensando o corpo como um meio cujos limites não são apenas materiais, mas sociais (Butler, 2002:167). As identidades e a alteridade não são naturalmente nem biologicamente determinadas, mas criadas por performances, transfigurações e processos de ficção (que Butler denomina “performativity”). O privilégio do *eu* poder falar estabelece um ato de soberania, estabelece “o supremo ato de subjetividade” (2002:149), que, uma vez enunciado, poderá permitir às minorias étnicas e às mulheres ganharem voz e (des)construïrem os sistemas ideológicos e morais/moralizantes.

Os grupos subalternos podem denunciar a opressão, fazer-se visíveis pela voz. A teórica feminista Gayatri Spivak lança a questão a debate: «pode o/a subalterno/a falar⁹»? (Spivak, 1994:78). Pelo espaço mediático, enquanto espaço público, e partindo do pressuposto de que os grupos subalternos silenciados podem efetivamente falar, – isto é, assumir a posição de sujeito – existe a possibilidade de não serem ouvidos pelos grupos dominantes. Porém, como afirma Foucault, “onde há poder, há resistência” (Foucault, 1978:95), e romper o silêncio é uma forma de luta e resistência.

Numa abordagem dos movimentos migratórios na era tecnológica e informacional, existe uma preocupação crescente com a forma como os *media* difundem códigos e ideologias e podem transformar relações sociais e representações de gênero, comunidades estrangeiras e identidades, que muitas vezes legitimam binarismos e fenômenos de alteridade radical entre *eu* e o *outro*, conducentes à criação de exclusões. Todavia, os *media* não poderão ser considerados responsáveis, *per se*, pelo fosso digital. Para Kellner, os indivíduos não são seres passivos, têm capacidade crítica e agência para decodificar conteúdos mediáticos e produzir diferentes leituras, ainda que influenciadas pela ideologia dominante (Kellner, 2009:4). Como tal, existe também a possibilidade de, pelo espaço mediático, contestarem imagens e narrativas derogatórias, silêncios e estereótipos, pois esse pode ser também um espaço de cidadania e de luta feminista, anti-xenófoba e antirracista.

Silveirinha, refletindo sobre os argumentos de Walter Lippmann, acrescenta que os estereótipos veiculados pelos *media* são modelos mentais, modos de processar informação em sociedades altamente diferenciadas (Silverinha, 2008:105). As imagens mediáticas generalizadas e estereotipadas podem assim servir para pensarmos a organização do tecido social e a nossa visão do mundo, «a caminho da consciência». A percepção dos códigos e do discurso é parte da forma de apropriação da realidade, uma realidade que se nos mostra subjetiva, fragmentada, ou oculta. A possibilidade de termos mulheres de diversas idades, proveniências socioeconômicas e étnicas e de conhecer as suas trajetórias pode criar uma multiplicidade de perspectivas e desmistificar preconceitos naturalizados.

Os *media* podem potenciar trocas interculturais e de cooperação, podem oferecer a possibilidade de negociar imagens e representações, podendo as imigrantes tornar-se produtoras e produto de negociações identitárias (Hatzopoulos & Kambouri, 2013). As diásporas múltiplas

⁹ Referência ao ensaio “Can the Subaltern Speak?”, de Gayatri Spivak, originalmente publicado na obra *Marxism and the Interpretation of Culture*, em 1988.

do presente constituem-se como maiores desafios para as mulheres imigrantes, movimentando-se tanto no *real* físico e material, como pelo *virtual* e o ciberespaço. A apropriação do real pelo ciberespaço pode conduzir a uma oportunidade para a luta feminista, levando à descoberta do género, raça e identidade como uma construção (Turkle, 1995) e problematizando ainda os conceitos de imigração, fronteiras e território, num processo de complexificação do humano e do seu lugar de cidadania. Interessa pois, neste contexto, compreender como é que as mulheres imigrantes de uma cidade do interior de Portugal, enquanto um grupo socialmente segregado *a priori*, podem beneficiar das potencialidades tecnológicas para aceder ao conhecimento e à informação (se o fazem, como o fazem, porque o fazem e que resultados obtém), ou se, pelo contrário, esta complexificação as torna duplamente segregadas. É preciso repensar a relevância, utilidade e significação do uso das TIC para as mulheres, bem como reconsiderar a relevância de novas teorias e práticas inclusivas nas sociedades contemporâneas (Selwyn, 2008).

1.4 Tecendo teorias e redes inclusivas: ciberfeminismo

Apesar de as TIC ainda não terem garantido inclusão social para cada mulher, existe potencial através do seu *engagement* para alargar redes de contacto e novos modos de aprender, participar e comunicar, tanto a nível local como global. Estas tecnologias podem promover a interação entre cidadãos e cidadãs e governos, revitalizando instituições e garantindo o exercício democrático de cidadania às minorias, nomeadamente mulheres imigrantes, cuja voz tende a tornar-se mais isolada e invisível no ruído comunicacional.

A ligação entre tecnologia, ciência e feminismo tem sido gradualmente mais debatida nas questões da pós-modernidade e emergiram as denominadas teorias feministas da tecnologia – confirmando a tese de que estes não se excluem mutuamente e que, ao invés, têm tornado ambos os campos de estudo mais prolixos e próximos (Wajcman, 2010). É difícil apontar para uma única teoria feminista da tecnologia pois vários movimentos e gerações de feministas apresentam visões divergentes a este respeito. No entanto, interessa debruçarmo-nos sobre teorias que questionam as relações de poder e as suas práticas, como o ciberfeminismo, que procura no digital e nas biotecnologias meios de emancipação e *empowerment* (Wajcman, 2004; 2010).

Ciberfeminismo é um termo cunhado por Sadie Plant para descrever o trabalho de feministas na teorização e crítica da relação entre Internet, ciberespaço e tecnologias no geral. Surge no contexto da terceira-vaga feminista e examina os desenvolvimentos tecnológicos como

socialmente construídos e posicionados numa cultura masculina (Consalvo, 2012¹⁰). Contudo, o ciberfeminismo não pode assumir que a Internet e a tecnologia são territórios naturalmente masculinos, mas sim espaços vitais para as mulheres conquistarem voz. É nesse prisma de capacitação para a ação que esta teoria é fundamental para as mulheres imigrantes, procurando dotá-las de novos meios de luta.

Teóricas feministas têm procurado não só demonstrar a perpetuada identificação da tecnologia com os homens mas também com determinados grupos sociais e espaços geográficos (i.e. população caucasiana, classes sociais mais altas e países ocidentais mais desenvolvidos) (Consalvo, 2012). Todas as condições culturais e sociais têm de ser tomadas em consideração na análise feminista da tecnologia que não é, de todo, simplista. Para Sandra Harding (1986:29), a crítica feminista da ciência evoluiu de perguntar a ‘questão da mulher’ na ciência mas passou a perguntar a mais radical ‘questão da ciência’ no feminismo. Isto querará dizer que mais importante do que questionar as mulheres sobre como podem estar num patamar mais equitativo perante a ciência, é questionar como é que a ciência pode servi-las para fins emancipatórios.

A tecnologia ao serviço da cidadania e do bem-estar coletivo não é, no entanto, uma questão nova. A presença da tecnologia e da técnica no quotidiano dos seres humanos não é apenas característica primordial da *sociedade da informação*, da era digital, mas sim de um longo processo de evolução e progresso que tem caracterizado as sociedades ocidentais, nomeadamente. Marshall McLuhan, já na década de 1960, explorou a transformação do humano pelas tecnologias e pelos *media*, entendendo que estes se tornavam verdadeiras extensões do humano (McLuhan e Fiore, 1967). Para Jean Baudrillard (1988)¹¹, o mundo virtual que estamos gradualmente a habitar está longe da aldeia global e interdependente visionada por Marshall McLuhan.

A visão pessimista de ciberespaço para Baudrillard seria de um espaço mais desolador, onde a informação perde o seu significado porque perde o seu universo referencial, abandona-se o real e entra-se no campo do hiper-real e da simulação. Contudo, para uma teoria feminista da tecnologia, numa perspetiva de mudança social, esta visão parece negligenciar as potencialidades de libertação. A (re)construção social do corpo através do ciberespaço, da ciência e da tecnologia

¹⁰ Mia Consalvo define Cyberfeminism em Encyclopedia of New Media, Sage Reference (2012), baseando a sua definição a partir das contribuições de Sadie Plant e Donna Haraway, nomeadamente, que inspiraram sobremaneira a teoria ciberfeminista. Para mais detalhes consultar http://www.sagepub.com/ritzerintro/study/materials/reference/77708_15.1ref.pdf

¹¹ Reflexões acerca da obra *The Ecstasy of Communication*, de Baudrillard, publicada em 1988 por Semiotext(e).

e a emergência da tecno-cultura têm apontado para a ideia de que as mulheres agora estão a tornar-se *cyborgs*.

Haraway é uma das teóricas feministas mais proeminentes, e a quem necessariamente se volta a recorrer nesta dissertação, que explora a relação entre seres humanos e máquinas e refere a existência de uma «informática da dominação», em “A Cyborg Manifesto” (2006) e cria a metáfora do *cyborg*. Este é um ser complexo, parte mulher, parte máquina, com identidades múltiplas e indefinidas, que rejeita a ideia do essencialismo e naturalismo que tem legitimado a segregação (Haraway, 2006). *Cyborg* como ontologia e mito político, feminista e antirracista, com uma identidade híbrida que propõe derrubar barreiras e potenciar “transformações históricas” (2006:118). As transformações históricas que Haraway propõe através da desconstrução das relações de dominação e subordinação existentes pressupõem, enfim, a desconstrução das relações de poder. Neste prisma, recria a relação entre género e tecnologia com potencial contra-hegemónico, desestruturando a teoria da mulher como ser naturalmente determinado, e aludindo para a mulher como ser individualizado e com capacidades de agência, beneficiando das potencialidades das TIC e da rede enquanto espaço de lutas e negociação.

Esse espaço de lutas é, na verdade, um não-lugar, um território virtual que temos denominado por ciberespaço. Ciberespaço é um termo literário criado por William Gibson¹² e posteriormente, tornado popular para referir o mundo virtual e *online* que medeia as comunicações e interconexões da rede.

Piérre Levy afirmou que o mundo virtual das redes digitais

“torna ainda mais perceptível a relação da consciência com o seu mundo. Reage ao menor clique. É interativa, cheia de virtualidades todas reunidas num único lugar, o próprio lugar do «virtual». O ciberespaço é uma espécie de objetivação ou de simulação da consciência humana global que afeta realmente essa consciência, exatamente como fizeram o fogo, a linguagem, a técnica, a religião, a arte e a escrita, cada etapa integrando as precedentes e levando-a mais longe ao longo de uma evolução com ritmo exponencial.” (Lévy, 2001:166)

Tal leva-nos a pensar o ciberespaço como uma das mais poderosas, interativas e rápidas ferramentas ao serviço da inteligência, criatividade e razão humanas. As potencialidades do ciberespaço são, todavia, comumente apresentadas como derogatórias para raparigas e

¹² Ciberespaço foi um termo criado por William Gibson na obra *Neuromancer*, de 1984. Estava associado à ficção científica e à distopia na literatura, muito antes de a Internet se ter massificado e o termo se ter tornado sobremaneira popular na linguagem dos e das internautas.

mulheres. Segundo Gurumurthy e Menon (2009), são cada vez mais populares as imagens de mulheres utilizadas para assediar, intimidar e discriminar; a indústria pornográfica e o cibercrime têm conquistado um alcance sem precedentes e são múltiplas as narrativas de medo em torno das novas tecnologias que afastam as mulheres da sua utilização e descoberta. Tal remete para a necessidade de educação e consciencialização dos perigos do digital, nomeadamente para raparigas e mulheres, pois, apesar da distância física e menor visibilidade do corpo, os padrões de comportamento da vida *real* e as desigualdades sociais não são completamente descartados no ciberespaço (Herring, 2001).

É nesse contexto que Alison Adam (2001) afirma ser fundamental a emergência da disciplina *computer ethics*, ou ética computacional, ligada às questões de género, num modelo de formação e educação digital que não passe só pela aprendizagem tecnológica mas também pela aprendizagem ética e cívica. Nessa aprendizagem poder-se-á alertar para a importância da troca de experiências, o diálogo, a colaboração e a denúncia (e.g. situações de violência doméstica, assédio, violação), levando o espaço privado para o espaço público e capacitando para a ação e para novos modos de ser e agir – “empowering modes of becoming”, como escreve Rosi Braidotti¹³ (2008:15).

Para Braidotti, “the ethical ideal is to increase one’s ability to enter into modes of relation with multiple others”, um ideal ético que para ela significa mobilizar recursos, desejos e imaginação (subjetividades e capacidades individuais – “one’s ability”), e abrindo novas potencialidades por intermédio da criação de redes e de múltiplas relações “relation with multiple others” (2008:16). Nessa linha de raciocínio, entendo a criação de redes e relações, a intervenção direta na criação de conteúdos, a facilidade de partilha e participação e a nova usabilidade e rapidez da *web* como constituindo uma verdadeira revolução na comunicação, nas relações e no próprio tecido social. Através de fóruns, blogues, *chatrooms*, *websites* pessoais e de organizações pelos direitos humanos é facilitada, partilhada e acedida informação fundamental para a emancipação das mulheres imigrantes. Estas ferramentas facilitam o que Rui Bebiano chamou de “vertigem de comunicação”, bem como a exposição de preocupações individuais e coletivas que, de outra forma, permaneceriam na sombra (Bebiano, 2003) e são agora transmitidas e discutidas na rede e tendo impacto *online* e *offline*.

¹³ Com “empowering modes of becoming” Braidotti serve-se de uma citação de Gilles Deleuze presente na obra *Expressionism in Philosophy: Spinoza*, tradução de M. Joghin, New York: Zone Books, 1990.

Wellman (2001) afirma que a sociedade deixou de estar organizada em grupos para se organizar em redes sociais, apontando para um “individualismo em rede” e, ao mesmo tempo, para o sentimento de pertença a múltiplas comunidades. A ideia da rede é estudada em maior pormenor pelo sociólogo catalão Manuel Castells e é o próprio a incluir o termo *sociedade em rede*. Manuel Castells advoga que a tecnologia não define a sociedade, mas que a tecnologia é a sociedade e é esta que a define de acordo com necessidades, valores e interesses. Para o sociólogo, a tecnologia é um bem necessário que provém de um novo paradigma de organização social baseado em redes sociais, em todos os setores. É por isso que defende não o cunho de ‘sociedade do conhecimento e da informação’ – considera que estes tiveram sempre um lugar central na sociedade – mas sim ‘sociedade em rede’, pois é essa a característica primordial e historicamente sem precedentes que caracteriza a era contemporânea (Castells, 2005).

Castells define esta sociedade como uma “estrutura social baseada em redes”, operada por tecnologias da informação e da comunicação, que geram, processam e distribuem informação armazenada em nós interligados. É uma estrutura aberta que acrescenta e elimina nós e que opera à escala mundial, ultrapassando barreiras físicas e geográficas (Castells, 2005:18). O autor assume também as alterações nas interações e sociabilidade, acrescentando o termo “individualismo em rede” para definir a sociedade enquanto um conjunto de indivíduos em rede, um conjunto heterogéneo e complexo – em que a comunicação constitui o espaço público e os *media* têm um papel predominante (2005:22).

Para além da descrição de sociedade em rede e dos seus principais atores, Castells enumera alguns dos problemas desta sociedade. Começa por mencionar a destruição de empregos pela crescente maquinização e industrialização, o isolamento e alienação causados pela Internet, a infoexclusão que aumenta e exclusão social de alguns grupos, a alegoria do *Big Brother*¹⁴ e a vigilância constante, a biotecnologia que leva à destruição ambiental, o aumento do crime e violência e até terrorismo à escala internacional. O autor reconhece todos estes problemas e outros mais, mas prefere destacar a possibilidade de, pelas tecnologias, dar-se precisamente o contrário, propondo:

“reverter tudo o que eu acabei de escrever exatamente para o seu sentido oposto, e entraremos no paraíso da realização e da criatividade plena do ser humano, induzidas pelas maravilhas da tecnologia.”
Castells, 2005:20

¹⁴ “Big Brother” é um termo referente a uma personagem ficcional de George Orwell, presente na obra *Nineteen Eighty-Four*, de 1949. Esta personagem exerce vigilância e controlo constantes sobre a população e o termo popularizou-se enquanto alegoria da repressão, abuso de poder e ausência de privacidade.

A proposta deste teórico é precisamente a proposta idealizada desta dissertação, procurar nas novas tecnologias ferramentas para melhorar condições de vida, exercer cidadania e explorar potencialidades de criação. No entanto, explica, existe um grande hiato entre conhecimento e consciência pública e uma multiplicidade de interesses (nomeadamente o capital) que muitas vezes não permite a concretização de uma sociedade justa. Interessa agora entender o quão distante ou próximo está Portugal dessa sociedade ideal e sirvo-me das reflexões de Gustavo Cardoso para introduzir o caso português. Cardoso, que trabalhou em conjunto com Castells no tema da sociedade de informação, contextualiza e trata em mais detalhe o caso português¹⁵.

¹⁵ Gustavo Cardoso e Manuel Castells organizaram e apresentaram artigos para o debate e posterior obra “Sociedade de Informação: do conhecimento à ação política”, no contexto da Conferência de 4 e 5 de março de 2005.

CAPÍTULO II – Teorias, redes, silêncios

2.1 Teorias, redes, silêncios. O caso português

Em “Sociedade em Transição para a Sociedade em Rede”, de 2005, Gustavo Cardoso começa por fazer uma reflexão sobre dois modelos sociais, ou duas tendências, já explorados por Castells e Giddens: o individualismo e o comunalismo¹⁶. Reconhece que diferentes observadores/as têm olhado para estas duas tendências como possíveis fontes de desintegração das sociedades atuais, baseadas em instituições que perdem gradualmente a sua força (e.g. família patriarcal, democracia representativa, Estado-Nação), pilares fundamentais da sociedade durante o século XX. Apresenta uma possibilidade diferente: a autonomização dos indivíduos e grupos das instituições e sua consecutiva tentativa de fazer sentido numa nova estrutura social. Essa estrutura seria mediada pela Internet e pelos *mass media* (Cardoso, 2005:31).

Essa mediação pelos *media* e pela Internet é sintoma da denominada ‘sociedade em transição para a sociedade em rede’, que Cardoso defende como caracterizando a sociedade portuguesa. Nessas sociedades em transição, há múltiplas e dispareas realidades, e são enfatizadas diferenças entre quem usa as tecnologias e quem as não usa. Portugal é um caso paradigmático de uma sociedade que se encontra num processo de transição de uma sociedade industrial para uma informacional, visto de uma perspetiva de evolução de modelos de desenvolvimento. Portugal é comparado a Espanha e Itália, países que nunca se confirmaram como produtores em larga escala, mas que vão evoluindo graças à sua inserção na União Europeia e à manutenção das suas boas relações a nível internacional (Castells, 2002).

Ao longo dos anos, no seio da União Europeia, várias iniciativas e medidas têm sido criadas para promover a inclusão dos indivíduos na sociedade de informação, mas pouco tem sido falado sobre a inclusão das mulheres e significativamente menos ainda tem sido falado sobre a inclusão das mulheres imigrantes no território europeu e, em particular, em território luso. Uma das razões para o lento progresso deve-se, em parte, às diferenças na educação formal e na experiência das tecnologias, que se desenvolvem mais num setor marcadamente masculino, ou masculinizado (Primo, 2003). Os estudos do sociólogo português, Gustavo Cardoso, apontam para os dados que mostram que níveis da igualdade entre homens e mulheres das sociedades em transição estão abaixo da média encontrada nas economias avançadas (Cardoso, 2005). Em 2005, no ano em que Cardoso e Castells apresentaram estes estudos sobre a sociedade de informação, entrou em vigor

¹⁶ Gustavo Cardoso recupera as reflexões de Castells e Giddens no início da secção “Sociedades em Transição para a Sociedade em Rede” (pp. 31 – 61) na supracitada obra e define individualismo como “a construção de sentido em torno de concretização dos projetos individuais” e comunalismo como “a construção de sentido em torno de um conjunto de valores definidos por uma coletividade restrita e internalizados pelos seus membros” (Castells e Cardoso, 2005: 31).

um programa estratégico no âmbito das TIC e da inclusão social/digital em Portugal, denominado Ligar Portugal.

Segundo Maria Custódia Rocha, no Programa Ligar Portugal¹⁷ de 2005, enquanto um vetor estratégico da popular iniciativa “i2010 – Sociedade de Informação Europeia para o crescimento e emprego”, da Comissão Europeia (CE), não há qualquer alusão à relação deficitária género/TIC (Rocha, 2009:6). Para a autora, tal é ainda mais crucial num contexto em que um quarto do PIB da União Europeia e 40% do crescimento da produtividade se devem a estas tecnologias. Assim, sem querer desvalorizar os progressos obtidos nas últimas décadas no que diz respeito à igualdade de género na UE, a autora aponta para uma relação ainda pouco explorada entre mulheres e TIC. Uma outra medida internacionalmente fomentada ocorre no contexto do consórcio W3C e a presença das linhas de orientação Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) em Portugal, embora com uma expressão aparentemente pouco significativa.¹⁸.

O cerne do debate parece ser a valorização genérica das tecnologias da informação e da comunicação enquanto impulsionadoras de desenvolvimentos múltiplos para as sociedades. Teoricamente, algumas medidas e projetos estão a ser desenvolvidos, graças à crescente consciencialização para o fosso digital, contudo, a sua aplicabilidade e resultados práticos estão ainda aquém de uma sociedade informacionalmente inclusiva. De menor relevo aparenta ser a preocupação em debater a relação do fosso digital com as mulheres, e as imigrantes em concreto, e como tal pode representar uma desvantagem significativa na sua adaptação ao novo país e à nova região de acolhimento, e um entrave ao seu direito ao conhecimento e à informação.

A ciência e a tecnologia têm reproduzido preconceitos e também nestes setores são necessárias políticas de igualdade de género. Para Rocha, as disparidades de género no âmbito da educação e formação em tecnologias da informação e da comunicação, em Portugal e entre a comunidade imigrante, “estão detetadas em alguns (muito poucos) documentos sobre a problemática e as orientações políticas, a este respeito, são também elas escassas e tardias”(Rocha, 2009:4). A agenda política sobre género e TIC tem-se desenvolvido nos últimos

¹⁷ Não foi encontrada informação referente aos resultados deste programa.

¹⁸ Estudo elaborado em 2013 pelo G3ict – *the global initiative for inclusive ICTs*, sobre a normatização da acessibilidade na *web* no caso de Portugal. Segundo este, em Portugal, não há nenhuma medida legislativa direta que imponha um requisito legal para a acessibilidade na *web*: contudo, já em 1999, por Resolução do Conselho de Ministros (nº97/99), havia sido estipulado que os *websites* da administração pública (local e central), deverão permitir ou facilitar o seu acesso a pessoas com necessidades especiais.

anos mas repleta de contradições, omissões no *corpus* legislativo e escassa em estudos, medidas e propostas que apontem para a necessidade da *e*-inclusão das mulheres imigrantes em Portugal.

Desde tenra idade, tanto no lar como na escola, e até no ensino superior, verifica-se a clara diferença de relação entre géneros e TIC em Portugal. No ensino superior português, à data de 2007, apenas 15,4% do total de estudantes inscritos/as em TIC eram mulheres (Silva, 2009)¹⁹. Importa acrescentar que aceder às TIC não garante, por si só, uma igualdade de oportunidades para as mulheres, tal como ingressar no ensino superior não garante automaticamente emprego ou cargos de chefia nas organizações e nos ramos tecnológicos.

De 1983 a 2011, em Portugal, a taxa de desemprego nas mulheres foi sempre superior à taxa de desemprego nos homens²⁰. Em 2010, na Europa, 32% de cientistas ou profissionais das engenharias eram mulheres, estando estas mais presentes nas áreas das humanidades ou ciências sociais, e correspondendo a apenas 19% no setor empresarial (Comissão Europeia, 2013)²¹. Estes dados ajudam a compreender a atual sub-representação das mulheres na ciência e tecnologia, embora seja de salientar que as oportunidades e a visibilidade nestas áreas continuam a crescer, tal como o acesso à educação, como referido anteriormente.

A um nível genérico, a taxa de utilização da Internet pelas mulheres evoluiu na última década. Segundo relatório do OberCom (2012), com dados do inquérito “Sociedade em Rede”²², apesar das diferenças entre homens e mulheres estarem mais atenuadas e haver um conjunto de indicadores que apontam para a redução do fosso digital de género, há ainda uma clara desvantagem: as mulheres correspondem a 44,2% de quem acede à Internet. Outros indicadores apontam para a faixa dos 15 aos 24 anos como a que mais utiliza, bem como pessoas com escolaridade mais elevada, atingindo em ambos os casos mais de 90%. Importante é referir ainda que o nível de acesso à Internet não corresponde diretamente à literacia ou a uma utilização emancipatória das suas ferramentas.

Seja a um nível global ou nacional, as mulheres são sub-representadas em todas as estruturas de decisão, inclusive instituições políticas e regulatórias, departamentos e setores tecnológicos,

¹⁹ Estudo comparativo “Oferta e Procura de Formação em TIC no ensino superior 1997-2007”, mostrando a evolução da distribuição percentual de inscritos/as em TIC por ano letivo e sexo – realizado pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais em 2008.

²⁰Dados estatísticos do PORDATA, desde 1983 a 2012. Disponível em [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550-3168](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550-3168)

²¹Dados do relatório “She figures 2012 – Gender in Research and Innovation” da Comissão Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/she-figures-2012_en.pdf

²² Inquérito incluído no relatório “A Internet em Portugal”, de maio de 2012, do OberCom, disponível em <http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=sociedadeRede2012.pdf>

empresas, entre outros. Para tal alerta-nos o relatório da UNESCO elaborado por Natasha Primo (2003), que utiliza dados da European Database on Women in Decision-making de 2001 para sustentar os seus estudos. Segundo esta, em 2001 apenas 9% dos cargos e posições superiores de supervisão e gestão de telecomunicações são ocupados por mulheres, ao longo de 18 países da Europa²³. O resultado é que as decisões e as medidas aplicadas, se existentes, levam a *outcomes* que não são propriamente *gender-neutral* (Primo, 2003), mas sexualmente marcados.

Não foram encontrados quaisquer dados estatísticos acerca da presença de mulheres imigrantes na sociedade de informação neste relatório, ou noutra, em Portugal. Isto não significa que não existam: apenas denota a dificuldade de acessibilidade da documentação ao público que a quer consultar e investigar. O que se apurou, segundo a recolha de informação em organismos como o ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, nomeadamente, é o fluxo de imigração feminina em Portugal nos últimos anos e perfis de algumas comunidades, a nível nacional. A nível local, particularmente na zona centro e no concelho de Viseu, a informação é praticamente inexistente.

Portugal, em conjunto com Espanha, Itália, Irlanda e Finlândia, faz parte de um grupo de países europeus que tem registado de uma forma significativa um aumento do fenómeno de imigração desde a década de 1980 (São José and Wall, 2005). Em 2010 aponta-se para um decréscimo no número de estrangeiros e estrangeiras residentes no país de forma legal, bem como um decréscimo de algumas comunidades estrangeiras mais tradicionais (i.e. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau) e a consolidação dos fluxos migratórios vindos do leste da Europa (e.g. Ucrânia, Moldávia e Roménia) e vindos do Brasil (CIG, 2012). Segundo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, em 2010, estariam a residir em Portugal 219,698 mulheres imigrantes, sendo os países de origem mais predominantes Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Roménia e Angola.

A análise das trajetórias de imigração, do núcleo familiar, da natureza e duração do seu projeto migratório e as motivações, por exemplo, facilitam a descoberta de padrões diversos que podem ajudar a compreender a natureza da relação destas mulheres com as tecnologias da informação e da comunicação, bem como formas de promover a sua participação/inclusão social e projeção das suas vozes pelas mesmas. Apesar de não ser ter sido meu objetivo principal explorar as diferenças de acesso e utilização das TIC nos países/cidades de origem com as dos países/cidades de acolhimento, dada a sua extensão e amplitude, encaro o estudo da relação das

²³ Dados disponíveis em “Women in the Telecommunications Industry”, em http://www.db-decision.de/index_E.htm. Não foram encontrados dados mais recentes neste âmbito.

TIC com o território como sobremaneira interessante para comparar o quão próximas ou distantes estão ambas de cibercidades e os/as seus/suas residentes de ciberimigrantes.

2.2 Ciberimigrantes em cibercidades?: o caso de Viseu

“Território” é, atualmente, também um termo controverso e complexo. A sociedade de informação está conectada por um lugar virtual, ou um não-lugar, que é cada vez mais marcado pela desterritorialidade e pela desconstrução das fronteiras físicas. Cria-se uma abstração da geografia e o espaço de fluxos complexifica o conceito de lugar (Lemos, 2004:21).

O espaço virtual tem existência para além da “aldeia global” enquanto uma metacidade e uma “megalópolis sem centro” (Boyer, 1999) que contrasta com a visão de cidade tradicional. A visão de uma cibercidade idealizada permite uma relação de proximidade entre indivíduos geograficamente distantes, partilhando um espaço de manifestação política e cultural e disponibilizando canais de comunicação, podendo reforçar o desenvolvimento comunitário (Lemos *et al*, 2005).

Citando André Lemos, os objetivos das cibercidades são “lutar contra a exclusão social, regenerar o espaço público e promover a apropriação social das novas tecnologias” visando interesses comuns (2005:46). Pelo ciberespaço, podem criar-se instrumentos de cidadania e participação, numa dinâmica e interatividade entre cidadãos/cidadãs, governos e organizações, constituindo uma cidade nos seus elementos simbólicos. Assim, os interesses das comunidades das cibercidades não assentam necessariamente na geografia ou elementos físicos comuns. Esses interesses podem estar, porventura, ligados a objetivos de emancipação, luta pelos direitos das mulheres e imigrantes, sem que estes passem apenas como objetivos das mulheres e dos/as imigrantes, mas da sociedade civil no seu todo.

Segundo Lemos, as cibercidades não surgem como um conceito radical de obsolescência das tradicionais, mas como proposta de sinergia visando promover cidadania ativa, o restabelecimento do espaço público e a participação dos indivíduos nos processos democráticos (Lemos, 2004). Por outro lado, autoras como M. Christine Boyer lançam questões importantes sobre as cidades, as indústrias mediáticas e as telecomunicações.

Boyer (1999) considera que a comunicação, enquanto fluxo livre de informação, é essencial para uma cultura política e democrática ativa, sem controlo das redes e com gratuidade e

abertura à discussão universal. Contudo, das indústrias nascem conglomerados transnacionais fomentados pela globalização, com monopólios e interesses específicos, e existem, paralelamente, formas de regulação por parte dos governos. Todos estes intervenientes existem nas cibercidades e a sua atuação pode ser controladora, enquanto a acessibilidade universal e livre continua a não estar garantida. Outra das críticas da autora a estas novas sociabilidades está relacionada com a alienação e com o isolamento dos indivíduos, podendo estas cidades digitais conduzir a verdadeiras prisões digitais, nas quais uma elite poderosa e tecnológica poderá ter controlo *real* através da vigilância panóptica (Boyers, 1999).

Por outro lado, Gurumurthy argumenta que a proximidade dos indivíduos com a governação através das TIC, ou um *e*-governo, potencia idealmente maior acesso a serviços e informação pública para tanto países desenvolvidos como para países em desenvolvimento. Para Anita Gurumurthy, políticas e projetos de inclusão que cruzem as TIC com questões de género podem potenciar a participação das mulheres e aumentar o nível de consciencialização na sociedade civil; podem expandir as oportunidades para as mulheres para além dos papéis socialmente pré-definidos; desenvolver competências e adquirir conhecimento; e desenvolver conteúdo relevante a um nível local, perante desafios locais (2004:35)

Em Portugal, as cidades digitais fazem parte dos planos de dinamização regional e aproximação com os organismos do governo através da massificação do acesso e utilização da Internet em todo o país. Algumas Câmaras Municipais nacionais criam projetos e planos com enfoque na imigração ou no género – mas dificilmente se encontram projetos e planos com enfoque em ambos. Como mencionarei futuramente, a Câmara Municipal de Viseu (CMV) aposta sobretudo na criação e manutenção de um *website* que permita aceder a informação e a serviços municipais e oferece também um espaço com Internet gratuita para os/as seus/as residentes.

O projeto “Taking gender equality to local communities” é um exemplo de um projeto que visou promover a igualdade de género dentro dos concelhos através do *mainstreaming* enquanto estratégia de integração da perspectiva de género com o desenvolvimento local – através de campanhas de informação e sensibilização, sobretudo. Este projeto foi financiado pela Estratégia-Quadro da Comunidade para a Igualdade entre Homens e Mulheres e envolvia vários países da União Europeia (UE). Em Portugal, foi coordenado pela CIG e por Câmaras Municipais – embora Viseu não estivesse contemplado – e tinha por finalidade última a introdução de uma

mudança cultural que permitisse a mulheres e a homens a livre participação nas atividades e políticas da comunidade local respetiva (Perista & Silva, 2008).

A Administração Pública Local desempenha um papel determinante para a irradicação das desigualdades e discriminações existentes, dada a sua relação de proximidade com as populações que serve. Para Perista & Silva (2008) é necessária uma outra forma de fazer política de modo a que a perspetiva de género integre de forma transversal todas as áreas e domínios da intervenção política e pública ao nível local – daqui surge o termo *mainstreaming* da igualdade de género.

Vários projetos e planos nacionais têm sido implementados ao longo da última década, sendo um dos mais recentes o III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007 – 2010), contemplando os objetivos comuns de sensibilizar autarquias para a criação e desenvolvimento de planos municipais para a igualdade; preparar enquadramento jurídico visando a promoção da igualdade nas políticas locais e no quadro da Rede Social; e definir e elaborar recursos, instrumentos e materiais de suporte ao trabalho das autarquias e outros atores locais²⁴.

Apesar de esta não ser uma temática nova a nível nacional ou internacional, a implementação de estratégias de *mainstreaming* de género a nível local aproxima-a da realidade das populações e aí reside o seu pioneirismo. Um evento com quase vinte anos, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, em 1995, foi considerado um evento fundamental para a compreensão das TIC como ferramentas de capacitação para a ação/*empowerment* para as mulheres. Aquando da segunda conferência em Conhecimento Global, em 2000, um fórum especialmente dedicado às questões de género teria sido criado, o que denota a gradual consciencialização da comunidade internacional para incluir as questões de género nos mais importantes debates (Marilee, 2000).

Parti do pressuposto, porém, que um diagnóstico europeu ou nacional da igualdade de género não é o mesmo que o diagnóstico de um determinado concelho, com condições e modos de vida específicos, recursos, fragilidades e vulnerabilidades que variam e devem ser diagnosticados de forma diferenciada. São as administrações locais as entidades que detêm meios de intervenção mais próximos e especializados no combate às desigualdades e podem, em cooperação com outros atores locais, levar a cabo iniciativas e ações concretas (Perista & Silva, 2008).

Em Portugal, todas as capitais de distrito e principais regiões têm também planos de ação para a sociedade de informação e respetivos subprojectos, nomeadamente o das “Cidades

²⁴ In III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010). Resolução do Conselho de Ministros nº82/2007.

Digitais”²⁵, embora a igualdade de género e as políticas inclusivas de imigração ainda tenham um longo percurso a percorrer neste sentido, sobretudo no cruzamento entre ambas. O concelho de Viseu apresenta algumas características de uma futura cibercidade, nomeadamente a gratuitidade de *wi-fi* em locais públicos da cidade, designadamente parques, bem como um Espaço-Internet igualmente gratuito. No entanto, não consegui entender a população imigrante em Viseu como ciberimigrantes a viver numa cibercidade, na plena aceção dos termos, pois encontrei apenas projetos e iniciativas isoladas e o encerramento e término de algumas delas.

Com o encerramento do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) e perante a inexistência de associações de imigrantes no concelho, impera a necessidade de criar alternativas para fornecer apoio aos e às imigrantes que se fixam em Viseu, tanto pessoas que chegam pela primeira vez, como residentes de curta e longa duração. Nesse contexto surge o recém-criado projeto MUNDIFICAR²⁶, cujo público-alvo é a população imigrante não só do concelho de Viseu mas de outros concelhos do distrito (Mangualde, S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades), e que define como objetivos²⁷:

- Facilitar e promover a integração da população imigrante residente nos concelhos da área de intervenção do projeto;
- Facilitar o acesso à informação da população imigrante;
- Aumentar o grau de literacia da população imigrante;
- Aumentar o grau de integração da população imigrante;
- Promover a interculturalidade e atitudes de tolerância tanto na comunidade acolhedora como na comunidade ou indivíduos imigrantes;
- Promover o conhecimento e autoconhecimento das comunidades e indivíduos envolvidos;
- Promover a partilha de tradições, costumes e práticas culturais diversas entre as comunidades e indivíduos envolvidos.

²⁵ Diretório das cidades digitais portuguesas disponível em <http://www.cidadesdigitais.pt>.

²⁶ O projeto “MUNDIFICAR: para a integração de imigrantes na região de Viseu” é financiado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros, através do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. – ACIDI. O projeto é desenvolvido pela Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões em conjunto com uma vasta rede de parceiros regionais e nacionais e inscreve-se na ACCÇÃO 1 – Acolhimento, Integração e Valorização da Interculturalidade do supracitado Fundo.

²⁷ Informação institucional sobre o projeto MUNDIFICAR gentilmente cedida por membros do projeto.

O projeto pretende desenvolver múltiplas atividades como seminários, “oficinas de poder”²⁸, ações de formação e sensibilização nas áreas da literacia, TIC e área da saúde, prémios de mérito para estudantes imigrantes, concursos literários e outras iniciativas de cariz religioso, artístico e gastronómico.

Uma vez que foi apenas em agosto de 2014 que o projeto deu os seus primeiros passos, será necessário analisar desenvolvimentos e resultados numa fase posterior, não podendo, portanto, ser contemplados neste trabalho. Todavia, a área de intervenção, o público-alvo e os objetivos apresentados mostraram-se sobremaneira relevantes para o âmbito deste estudo e para as necessidades diagnosticadas no concelho de Viseu.

O Diagnóstico Social de Viseu²⁹, datado de 2011, indica que o número de cidadãos estrangeiros residentes no Concelho de Viseu tem vindo a diminuir de uma forma progressiva ao longo dos anos, embora não enumerando as razões. O Diagnóstico reserva apenas alguns parágrafos à questão da imigração e trata, sobretudo, dados do CLAI e SEF e atividades desenvolvidas pelo CLAI – justificando a sua relevância ao nível de informar imigrantes acerca de acesso à saúde, educação (nomeadamente reconhecimento de qualificações e aprendizagem da língua portuguesa), alojamento, retorno voluntário, e reagrupamento familiar (Diagnóstico Social de Viseu, 2011:55). O CLAI e o SEF (Serviço de Estrangeiro e Fronteiras) funcionaram assim, durante alguns anos, como as duas entidades para as quais as pessoas estrangeiras eram reencaminhadas.

O surgimento de projetos como o MUNDIFICAR e as iniciativas do CLAI podem ajudar a colmatar falhas no apoio à integração das e dos imigrantes no concelho de Viseu e na partilha multicultural entre comunidades e população autóctone, bem como em promover a importância das TIC no seu processo de integração. Contudo, é importante que, para além de iniciativas e projetos de curta duração, se implementem medidas a longo prazo e de continuidade.

Para a Câmara Municipal de Viseu, segundo o documento “Estratégia Viseu Primeiro 2013/2017”, as prioridades de intervenção são o Desenvolvimento Económico, a atração de investimento e internacionalização; a Solidariedade e a Inclusão Social; a Coesão Territorial e Revitalização do Centro Histórico e das Aldeias. Tais prioridades serão operacionalizadas pelas

²⁸ Este termo é atribuído a um tipo de metodologia participativa, com o objetivo de autodiagnosticar necessidades, dificuldades e expectativas e trabalhar a autoestima e capacitação dos e das participantes – segundo objetivos descritos na apresentação da primeira “Oficina de poder”.

²⁹ Consultar *website* em <http://www.cm-viseu.pt/doc/solidariedade/DiagSocialViseu.pdf>. Nenhum outro Diagnóstico Social mais recente foi disponibilizado.

esferas: Internacionalização (particularmente ao serviço do desenvolvimento económico), a Competitividade da economia, Coesão Social e Territorial, e Governação. Nesse contexto, foi considerado que a Internet seria uma ferramenta fundamental para a internacionalização.

“A intensificação da presença das instituições de Viseu, a começar pela CMV, na internet, e em redes de cooperação transnacionais será um bom auxiliar da nossa presença nos contextos internacionais. Acima de tudo, importa encontrar o posicionamento de Viseu, e dos seus agentes locais, no quadro da globalização.”

CMV, 2013:4

Para além da Internet como ferramenta para a internacionalização, é mencionado o objetivo de um portal *online* com canais de acesso a múltiplos serviços e funcionalidades, com novas fontes de informação e notícias, visando o “reforço dos canais de participação na vida do município e a sua otimização de acesso e consumo *web*”. Através do sítio na Internet³⁰ os e as munícipes podem aceder a informação e serviços, nomeadamente informação sobre o Espaço Internet providenciado pela CMV. Segundo os últimos dados estatísticos fornecidos pela CMV, só em agosto de 2014 foram 838 os/as utilizadores/as deste espaço (363 mulheres e 475 homens), em que utilizaram o serviços 16.980 pessoas de janeiro a agosto de 2014, com os objetivos primordiais de pesquisa para trabalhos escolares, interação com serviços públicos, primeiros passos na Internet/informática, entre outros³¹. No entanto, não há registo de quantas pessoas imigrantes utilizam o espaço. Para além deste, é ainda possível aceder à Internet de forma gratuita na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva e no Instituto Português da Juventude de Viseu³².

2.3 *On the web*: Imigrantes e/ou e-migrantes

On the road, obra de Jack Kerouac³³ serve de inspiração para o título desta secção, representando a narrativa de viagem. Não ambiciono de todo fazer uma análise literária mas servir-me simplesmente da ideia da mobilidade através do território e da estrada, ao longo de um caminho (ou múltiplos) (“the road”), e pensá-la como uma mobilidade e uma subjetividade espacial que se vai transformando também, e cada vez mais, pela *web*. Os processos de mobilidade, diáspora e migração são de tal modo plurais e complexos que os próprios conceitos

³⁰ Consultar o sítio da CMV na Internet: <http://www.cm-viseu.pt/>

³¹ Consultar dados presentes em <http://www.cm-viseu.pt/doc/E2014.pdf>

³² Nenhum destes espaços facultou informação acerca do número de utilizadores e utilizadoras.

³³ Publicada em setembro de 1957, tornou-se uma obra de culto.

se tornam questionáveis e controversos, sobretudo sob a égide das novas tecnologias da informação e da comunicação e da Internet.

A era atual é caracterizada por um ambiente oblíquo, com um volume de informação e interação maior do que em qualquer outra geração precedente. Os indivíduos que cresceram na era digital são considerados, por autores como Marc Prensky (2001), “nativos digitais”, enquanto que os que se estão a adaptar a um novo ambiente são denominados “imigrantes digitais”³⁴. Nesse prisma, pode insistir-se na topologia *e*-migração, ciberimigração ou até imigração digital para o fenómeno de adaptação das últimas gerações aos novos ambientes e ferramentas digitais. Contudo, Prensky acrescenta que, embora exista adaptação, há diversos graus de resistência e aceitação pois há uma inevitável ligação ao passado.

“As Digital Immigrants learn – like all immigrants, some better than others – to adapt to their environment, they always retain, to some degree, their "accent," that is, their foot in the past.”

Prensky, 2001:2

Para além da ligação ao passado, existe alguma incapacidade de aprendizagem das mesmas competências comparativamente a indivíduos nativos digitais, particularmente mais jovens, o que significa que a imigração, *real* ou virtual, não significa um processo de aceitação e transição fácil, podendo revelar alguma resistência.

Resistência e aceitação são conceitos úteis para pensar a imigração no concelho de Viseu, a começa pelo próprio termo “imigrantes”. A utilização do termo foi aqui focada na simples denominação de pessoas que se deslocaram do seu país de origem e se basearam num novo país tornando-se nele residentes permanente ou semi-permanentemente – com ou sem duração de permanência definida. Definir matematicamente quem agora, no universo das pessoas estrangeiras que tem chegado a Viseu nos últimos anos, é ou não imigrante, natural ou nacional, não foi meu objetivo – estar-se-ia a trabalhar com um complexo nível de incerteza, subjetividade e concetualização que seria interessante discutir, mas que não cabe no âmbito deste estudo.

Os próprios números relativos à população estrangeira em Portugal são apenas provisórios e poderão estar longe de corresponder à realidade. Os dados apresentados anualmente pelo SEF

³⁴Referência ao artigo “Digital natives, digital immigrants”, publicado em 2001. Consultar artigo em <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>

contemplam apenas cidadãos/ãs residentes com títulos de autorização de residência ou prorrogação de autorização de permanência/vistos de longa duração. Excluí, por outro lado, cidadãos/ãs com vistos de curta duração, requerentes de asilo/refugiados/as e estrangeiros/as que entretanto adquiriram a nacionalidade portuguesa, a somar a todas as pessoas que estão no país de forma irregular (Padilha *et al*, 2010:53).

Junta-se a estes dados a dificuldade em assumir a naturalização por parte de algumas mulheres e a necessidade em fazê-lo por parte de outras. A (re)definição identitária é muitas vezes uma fonte de conflito na adaptação ao novo país. Para Isabel Ferin Cunha, o sentimento de identidade individual é um “sentimento que se constrói numa dupla relação de adaptação e de resistência” em dualidade com um novo imaginário socializado, provocado pela globalização económica e simbólica (1997:448). O Outro surge dentro de uma ordem social polarizada e numa tensão entre processos individuais e coletivos/institucionais, em constante oscilação entre assimilação/segregação e integração/marginalização.

Rainer Bauböck (1994) apontou para uma terminologia tripartida que distingue cidadãos/ãs de acordo com o seu grau de integração e assimilação na sociedade de acolhimento. Em primeiro lugar surgem *citizens*, cidadãos/ãs naturais do país onde residem ou que tenham obtido nacionalidade, gozando de plenos direitos civis. Em segundo lugar surgem pessoas estrangeiras com permanência legal no país, ou *denizens*, indivíduos que gozam de uma semi-cidadania no país – isto é, detêm alguns direitos civis mas é-lhes geralmente negado direito a voto. *Margizens* é o termo utilizado para referir imigrantes sem residência legal, em situações clandestinas, de asilo ou refúgio, com recursos sociais e civis extremamente limitados e logo socialmente marginalizados.

Estes múltiplos conceitos indicam a coexistência, dentro do espaço de um país de acolhimento, de várias situações de imigração, exercício de cidadania e direitos. Para Baganha (2009), Portugal, tal como outros países europeus, encontra no seu espaço vários sistemas de migração – sendo o sistema de migração lusófona aqui sobretudo evidenciado. Tal deve-se de sobremodo à rede de ligações históricas, coloniais e culturais que ligam países como Brasil, Angola e Cabo-Verde a Portugal, e à existência de múltiplos acordos em campos como a educação, a telecomunicações e a justiça. Estes processos deram lugar à mobilidade de pessoas, tanto de forma voluntária como forçada³⁵. Pela primeira vez na história recente, Portugal tornou-

³⁵Os conceitos de imigração “voluntária” e “forçada” são controversos mas decidi seguir o glossário adotado pelo ACIDI. O conceito de “imigração forçada” é definido como o movimento migratório em que “existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência”, com origem em causas naturais ou humanas (e.g.

se não só um país de emigrantes mas também de imigrantes, sobretudo vindos de países como as ex-colónias portuguesas em África. Para Isabel Ferin Cunha, “a partir de 1993 começam a coabitar na praça pública mediatizada discursos focalizados no Eu-português e do Outro-lusófono, discursos de tolerância, assimilação e revitalização de políticas de inclusão na nação (Cunha, 1997:2).

A nação pode ser entendida como uma “comunidade imaginada”, segundo Anderson (1983), isto é, trata-se de uma construção narrativa resultante de uma pluralidade de discursos. A nação não se mostra como um conceito unívoco e inequívoco, mas configura-se como um espaço geográfica e culturalmente diversificado, com fronteiras físicas e simbólicas instáveis, e é constituída por grupos sociais diversos, que partilham narrativas. Para as políticas de inclusão na nação que Cunha refere é importante superar dicotomias e desigualdades e promover um discurso de tolerância e partilha.

Apesar das dicotomias e desigualdades, as TIC, mas sobretudo, a Internet, “é vista como a derradeira tecnologia da democracia” (Castells & Sey, 2004:364). As novas potencialidades trazidas pela tecnologia, pela Internet e pelos *media* poderão revelar-se uma oportunidade para países periféricos (re)construírem o seu espaço público, cultural e regional. Assim, os mercados regionais e locais não têm de ser pensados como formas de resistência aos processos de globalização, mas como formas de complementaridade, servindo comunidades específicas e dispersas. Produtos, bens e serviços regionais/locais podem expandir-se e servir comunidades dispersas e outros mercados a nível internacional, sobretudo por intermédio das TIC, dotando essas comunidades regionais de novos meios de acesso que tradicionalmente não detinham.

No que diz respeito ao regionalismo, Cunha considera que este tem dois níveis:

“um primeiro fundado na língua, na cultura e numa história partilhada, que está associado preferencialmente a movimentos culturais e políticos e à coesão de comunidades dispersas. Um outro nível de regionalismo que se configura dentro das fronteiras de um lugar, de uma região ou Estado-nação, vivendo das relações de proximidade física e de vizinhança”.

Cunha, 2008: 382

movimentos de refugiados/as, pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projetos de desenvolvimento) (ACIDI, 2009) – consultar o *website* http://www.acidi.gov.pt/_cf/102363. O conceito “imigração forçada” não é diretamente explicitado pelo glossário do ACIDI, mas surge associado a termos como “retorno” ou “abandono voluntário”. Como tal, recorri a outras fontes de informação. Fernanda Campos (2010:37), citando a obra “Tipología de las migraciones internacionales” (Álvarez: 1993, p. 17) aponta para um tipo de imigração individual ou familiar, “sem impulsão oficial”, em que as motivações podem oscilar entre a simples necessidade de sobreviver e o desejo de investir no estatuto socioeconómico.

A relação da memória com a mobilidade e as diásporas é uma temática relevante para o debate sobre regionalização e os *media*. Para Benedict Anderson (1983) o imaginário das nacionalidades resultou num primeiro momento histórico da circulação da imprensa, que estimula novas formas de expressão e um novo sentimento de comunidade partilhada. Já para Appadurai (1996 *apud* Cunha, 2008:381), as novas tecnologias, incorporadas nos meios de comunicação e nos dispositivos eletrónicos, inauguraram novas conceções de vizinhança, criando comunidades sem sentido de lugar, mas interligadas por redes de interesses. Para o autor, a migração voluntária ou forçada fez sempre parte da história da humanidade, não é propriamente uma questão nova, mas o fluxo de imagens, textos, sentimentos e imaginação mediatizada da contemporaneidade tende a criar numa nova ordem cultural além-fronteiras (Appadurai, 1996:15). Datando já de 1996, esta reflexão de Appadurai mantém a sua atualidade. Pode-se assim pensar que os *media* propagam a representação, divulgação e partilha de bens simbólicos e materiais, a hibridização e novas oportunidades.

A perspetiva dos Estudos Culturais é relevante para este meu trabalho uma vez que trabalha a representação do real empírico, a construção social do mundo e discute questões como o poder, ideologia e hegemonia. Estas ferramentas conceptuais são importantes uma vez que põem a nu formas de entender e estruturar o mundo que, sendo culturalmente construídas, se naturalizam, nomeadamente numa sociedade como a portuguesa, com uma hegemonia de valores de classe média, masculina e branca. Estes valores estão presentes também no espaço mediático, logo influenciando a forma como se pensam as mulheres imigrantes em Portugal, podendo contribuir para a sua fragilização, sub-representação ou, as mais das vezes, para uma representação estereotipada.

CAPÍTULO III –

Em busca das vozes: metodologias

3.1 Metodologia(s)

Sendo esta também uma investigação com uma componente empírica, que se justifica sobretudo pela ausência de estudos e de dados relevantes sobre a matéria e o local em questão, pretende-se contribuir para a compreensão da relevância dos estudos de género e migrações na região centro/interior portuguesa. Foi aplicado um inquérito por questionário que permitiu a caracterização da amostra e recolher informação relevante sobre as mulheres imigrantes no concelho de Viseu. O inquérito é constituído por 13 perguntas fechadas e semiabertas, relativamente à integração no concelho e no país, ao acesso e utilização às TIC, computador e Internet, objetivos e dificuldades, bem como pela identificação pessoal, familiar, académica e profissional da amostra (Ver ANEXO I). Procedeu-se seguidamente à análise dos dados recolhidos.

Em termos metodológicos, o presente estudo tem também uma natureza quantitativa, assente no processo de recolha de informação por questionário, tendo este sido aplicado a uma amostra da população feminina imigrante residente no concelho de Viseu. Com o termo população refiro-me à totalidade dos elementos do conjunto, tal como sugerido por Quivy e Campenhoudt (1992). Os conjuntos podem ser formados por organizações, objetos ou pessoas – sendo que aqui temos um conjunto de pessoas – e resumem o todo, caracterizando e diferenciando-se de outros conjuntos.

Em traços gerais, numa primeira fase, procurou-se constituir uma caracterização pessoal, familiar, profissional e académica da população em análise. Seguidamente, procurou-se uma caracterização da integração e das principais dificuldades sentidas no país de acolhimento, sendo a última fase uma análise dos perfis de acesso e utilização das TIC. Como principais questões de estudo delineei ser fundamental saber em que medida as TIC poderão contribuir para a integração das imigrantes no concelho de Viseu, averiguar os níveis de utilização dos meios de comunicação, saber em que medida o acesso às TIC resulta numa “capacitação para a ação” (ou *empowerment*) e entender quais as redes estabelecidas e os níveis de integração.

Existiram três grupos de enfoque, subdivididos em temáticas e questões:

Grupo I	Identificação pessoal	14 tópicos
Grupo II	Integração no concelho	5 questões
Grupo III	Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação	7 questões

Os inquéritos foram aplicados entre os meses de janeiro a abril de 2014 em espaços como o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Viseu – atualmente encerrado³⁶, na sede da União de Freguesias de Viseu, em estabelecimentos comerciais, empresas e escolas, bem como a mulheres que individualmente tiveram conhecimento da investigação e se voluntariaram a participar, tendo ainda passado a mensagem a familiares, amigas e conhecidas. Alguns inquéritos foram entregues e deixados em instituições relevantes, graças ao apoio das técnicas que lá trabalhavam e que assim serviram de mediadoras no processo de preenchimento. Alguns foram preenchidos exatamente nesses locais com o apoio das técnicas, outros foram preenchidos na residência das inquiridas e devolvidos posteriormente. Foram efetuados pedidos de autorização a diversos organismos e departamentos públicos, nomeadamente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Delegação da Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), centros de formação profissional e instituições de ensino superior locais desde setembro de 2013; no entanto, até à data de dezembro de 2014 nunca foram recebidas respostas³⁷. Estas autorizações efetuaram-se mediante apresentação de ofícios, *emails*, chamadas telefónicas e reuniões presenciais com as pessoas responsáveis.

A seleção de uma amostra representativa da população feminina imigrante apresentou desde cedo múltiplos problemas, nomeadamente a ausência de registos sobre o número real de estrangeiras e a inexistência de uma rede local de associações de imigrantes. Para além destes, existiu a dificuldade em chegar às entidades locais e estatais que podem facilitar na mediação e integração destas mulheres no concelho. A maioria das entidades estatais contactadas não respondeu ao pedido de colaboração com o estudo ou reencaminhou-o a outros departamentos e secções, ficando o caso pendente ao longo dos meses. Coube ao Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Viseu e à União de Freguesias de Viseu a maior contribuição para a

³⁶ O CLAI de Viseu encontra-se encerrado desde abril de 2014 após mais de uma década de existência. Foi em novembro de 2003 que abriu portas, sendo resultado duma parceria entre o ACIDI e a Cáritas Diocesana de Viseu. Apesar de ainda existir referência ao CLAI no *website* da Cáritas Diocesana, essa informação encontra-se desatualizada e não são apresentados motivos para o encerramento do centro nem indicação se este será definitivo ou provisório, embora fonte informal tenha garantido que é definitivo pois terminou o financiamento do CLAI. Não foram criadas alternativas para apoiar os e as imigrantes utentes do centro, entretanto. Consultar http://www.caritas.pt/viseu/index.php?option=com_content&view=article&id=647&catid=270:clai-imigrantes&Itemid=16

³⁷ Apesar da inicial disponibilidade por parte destes organismos em contribuir para esta investigação, na prática tal nunca se concretizou. Foram deixados inquéritos nesses organismos com a garantia de serem entregues e preenchidos por algumas das suas utentes, inquéritos estes que se perderam ao longo dos meses e que nunca chegaram a ser entregues. Noutras situações, foi-me desde logo explicado que o pedido de aceitação para aplicação de inquéritos em organismos públicos é moroso e que está dependente de aprovação – não das delegações regionais, mas das nacionais com sede em Lisboa. Compreendi que os processos burocráticos se tornam, muitas vezes, entraves à investigação científica, impedindo de ter acesso a dados importantes que constituam estudos revelantes sobre a realidade local.

realização dos inquéritos, sendo que os restantes foram recolhidos por iniciativa própria das mulheres imigrantes abordadas e de algumas empresas nas quais trabalhavam.

No total, foram aplicados 40 inquéritos a mulheres de 18 nacionalidades. A maior parte das inquiridas é de nacionalidade brasileira e ucraniana, o que vai ao encontro dos dados estatísticos³⁸ que apontam para estas nacionalidades como as mais presentes em Portugal: mulheres dos PALOP, brasileiras e europeias de Leste.

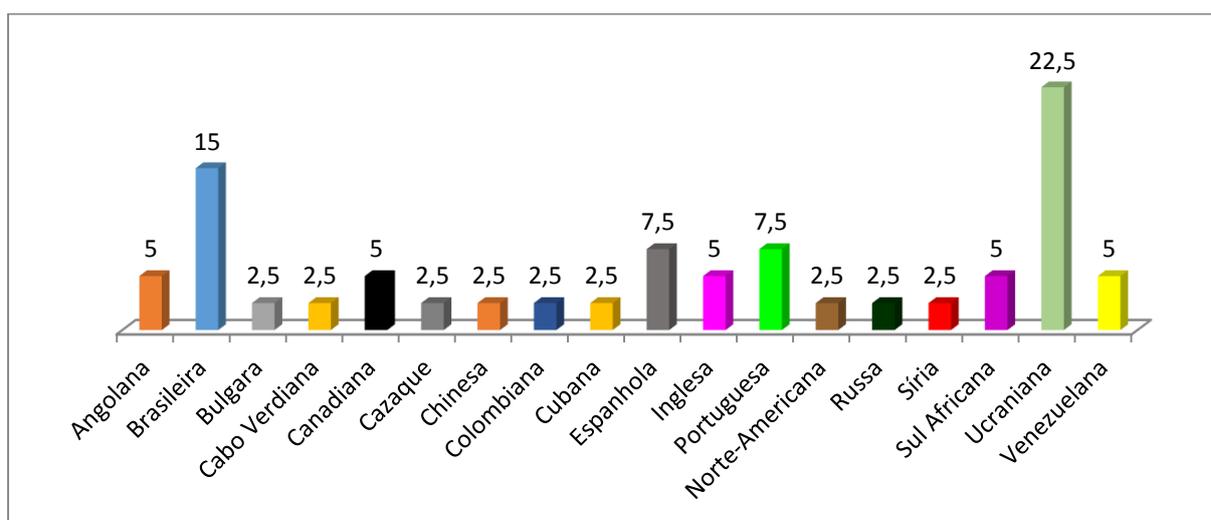


Gráfico 1- Nacionalidade das mulheres inquiridas, em percentagem

Para além destas, enumeram-se cidadãos de países anglófonos que residem em Viseu e que têm características profissionais bastante específicas. A fraca participação e ausência de mulheres imigrantes chinesas, indianas ou marroquinas inquiridas, por exemplo, não indica a inexistência destas comunidades no concelho, apenas a dificuldade em estabelecer contacto e a recusa generalizada ao inquérito por questionário.

Quando questionadas acerca da sua nacionalidade e naturalidade, os resultados das respostas apontam para uma incerteza identitária por parte de algumas mulheres. Muitas delas, sobretudo vindas da Europa de Leste e do Brasil, adquiriram cidadania portuguesa após anos de residência em Portugal, levando-as a um conflito claro na resposta a dar. Uma das mulheres afirmou, aquando do preenchimento do inquérito: – “Tenho cidadania portuguesa mas sou brasileira e

³⁸ Dados consultados no *website* do SEF, <http://sefstat.sef.pt/Viseu.aspx>, com título “Estrangeiros residentes em Viseu”.

serei sempre brasileira”. Por outro lado, uma outra inquirida de naturalidade ucraniana assumiu-se como portuguesa, considerando que os últimos dez anos em Portugal redefiniram a sua identidade. Em todos os casos, estamos perante subjetividades, com respostas que não traduzem factos mas representações, o que nos leva a compreender a multiplicidade e complexidade das respostas e dos resultados obtidos.

Há cidadãos que não residem legalmente no concelho há tempo suficiente para se tornarem cidadãos nacionais e outras que não querem perder a nacionalidade de origem. Por outro lado, a aquisição da nacionalidade portuguesa parece funcionar como escudo para situações de maior fragilidade, procurando beneficiar de maior proteção social. Tanto entre as estudantes como entre as pessoas reformadas há mais casos de aquisição de nacionalidade portuguesa, dado residirem em Portugal ao longo de muitos anos. Muitos inquiridos ficaram por responder por muitas das potenciais inquiridas não se quererem considerar imigrantes e recusarem terminantemente a fazer parte do estudo.

Muitas mulheres responderam “não” à pergunta sobre manifestações de discriminação, por exemplo, com alguma hesitação e dúvida. Os factos de eu ser uma investigadora portuguesa, e viseense, que a título individual, sem representar uma organização de apoio à integração de imigrantes e a realizar uma série de perguntas (muitas vezes em plena rua), poderão ter colocado algumas delas em situações de desconforto. É importante referir que as questões aplicadas a imigrantes, sobretudo presencialmente, são geralmente feitas por agentes locais ou nacionais, sendo entendidos/as simbolicamente como parte do grupo discriminador, o que pode dificultar a abertura e honestidade das inquiridas. Muitas vezes, o grupo discriminador é ainda o grupo empregador e o que garante a estadia e sobrevivência no país de acolhimento que – embora se encontre em crise economia e social atualmente e apresente limitações e problemas a estas mulheres, representa uma solução alternativa à permanência no país de origem.

Dentro da comunidade chinesa e brasileira foi, na verdade, bastante clara alguma reticência em colaborar com o estudo, sendo justificada pelas barreiras linguísticas (por parte da chinesa) ou desconforto em responder a questões sobre si próprias por parte de ambas – nomeadamente em casos de situação ilegal e/ou irregular no país. Aponto para dois casos concretos: 1) O primeiro, com uma cidadã brasileira já inquirida que me prometeu encontros com outras cidadãs brasileiras, aparentemente interessadas em fazer parte do estudo, responder ao inquérito e dar voz à sua experiência migratória, o que acabou por nunca acontecer. Por várias vezes me deslocuei aos locais destinados e nenhuma delas apareceu, afirmando posteriormente que talvez

fosse demasiado arriscado responder a perguntas (sobretudo cidadãs que estavam ilegalmente no país), e revelavam grande vontade de contar a sua história mas baixo nível de confiança, resultando na impossibilidade de romper o silêncio. 2) O segundo caso é relativo a uma cidadã chinesa que trabalhava num estabelecimento comercial e com quem tive alguma dificuldade de comunicação. Como tal, foi a sua funcionária, uma cidadã portuguesa, que transmitiu o objetivo e natureza do meu estudo. Foi decidido que naquele momento estavam ambas ocupadas e que, portanto, deveria regressar no dia seguinte. Assim o fiz durante mais dois dias, num dos quais deparei-me com a cidadã chinesa a recolher-se em grande azáfama para dentro do armazém e recebi a seguinte resposta da mesma funcionária portuguesa: “Ela hoje não está, está a tratar de alguns assuntos. Não dá, não dá.”. Em ambos os casos, cessei de insistir e senti o quão complexo é o desafio de estabelecer relações de confiança, harmonia e partilha.

3.2 Novos espaços de integração, participação e exclusão

A imigração representa um processo complexo, dinâmico e diversificado, e constitui um desafio de adaptação por parte das pessoas migrantes e da sociedade de acolhimento. Este desafio nem sempre apresenta quadros de harmonia na relação entre a população migrante e a autóctone. Logo, a alteridade é uma questão a debater imperativamente, visando a integração e uma atitude de combate ao racismo, xenofobia e sexismo.

Para Hans Vermeulen, o conceito de integração refere-se ao “processo de integração cujo resultado não é a assimilação total: pressupõe a manutenção de um certo grau de individualidade” (Vermeulen, 2001:207 *apud* ACIDI, 2013). Assim, aponto para um compromisso de manutenção entre a identidade da minoria e a adoção de valores nucleares da sociedade de acolhimento. No estudo presente, o nível de integração é geralmente avaliado como positivo e fácil, e o nível de discriminação considerado baixo ou inexistente, mas esta avaliação depende de múltiplos fatores, nomeadamente socioeconómicos, que importa estudar.

Para algumas inquiridas, a ausência da família e amigos/as, a dificuldade de adaptação a novo clima, usos e costumes, a falta de emprego e apoios sociais, as barreiras linguísticas e religiosas e os estereótipos partilhados entre culturas podem impedir, de parte a parte, a integração na sociedade de acolhimento – todas estas dificuldades foram mencionadas no inquérito por questionário aplicado no concelho de Viseu.

Para mais de 30% das mulheres inquiridas neste estudo, não existiu qualquer tipo de apoio à integração, sendo o processo de chegada e adaptação à nova sociedade de acolhimento bastante solitário. Para metade das inquiridas, foram pessoas conhecidas e amigas já em Viseu, sobretudo imigrantes já instalados/as no concelho, que garantiram alguma assistência, nomeadamente na procura de habitação e emprego. Grupos associados à igreja, nomeadamente a Evangélica³⁹, centros de apoio à integração de imigrantes (neste caso, apenas o CLAI) e familiares do país de origem constituem outras fontes relevantes. Apenas 7,5% referiu ter recebido apoio⁴⁰ de organizações do Estado, tal como o SEF.

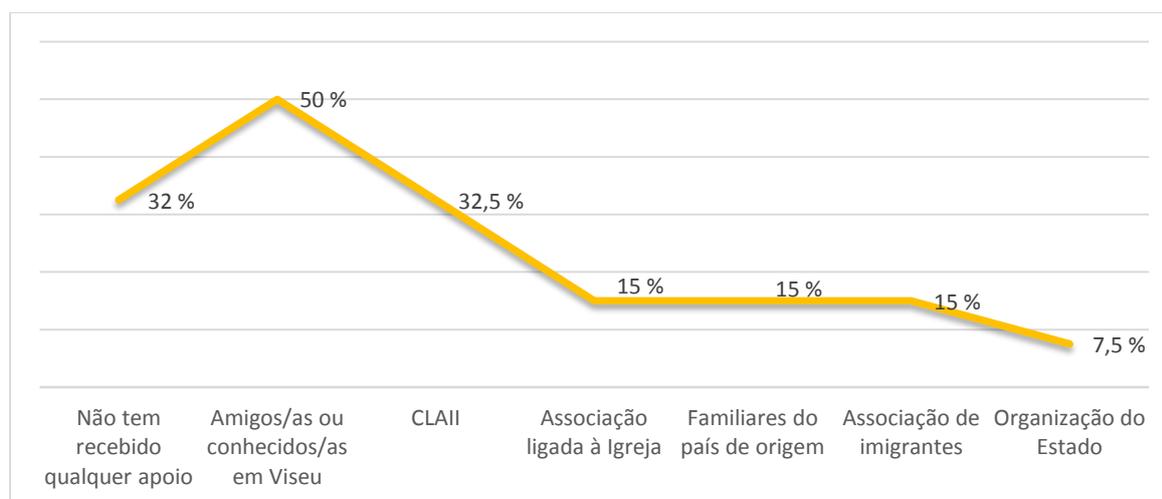


Gráfico 2 – Resultados referentes às fontes de apoio à integração em percentagem

As inquiridas apontam diversas dificuldades no acesso a serviços fundamentais na sociedade de acolhimento, de destacar a adaptação à língua, o acesso a emprego e, de forma bastante expressiva, o acesso à documentação e informação (40%) – sendo que várias dificuldades foram indicadas simultaneamente.

³⁹ Apenas a Igreja Evangélica foi especificamente mencionada pelas inquiridas, sendo estas de nacionalidade brasileira.

⁴⁰ O apoio disponibilizado pelo SEF passa pela implementação das políticas públicas de integração dos e das imigrantes, sobretudo na gestão da legalidade e da documentação necessária para tal, combate à criminalidade e pela salvaguarda dos direitos que lhes são legalmente concedidos. Consultar relatório do SEF: “Relatório de Imigração, Asilo e Fronteiras”, secção “Integração”, página 52 – relativo a 2012. Disponível em <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>

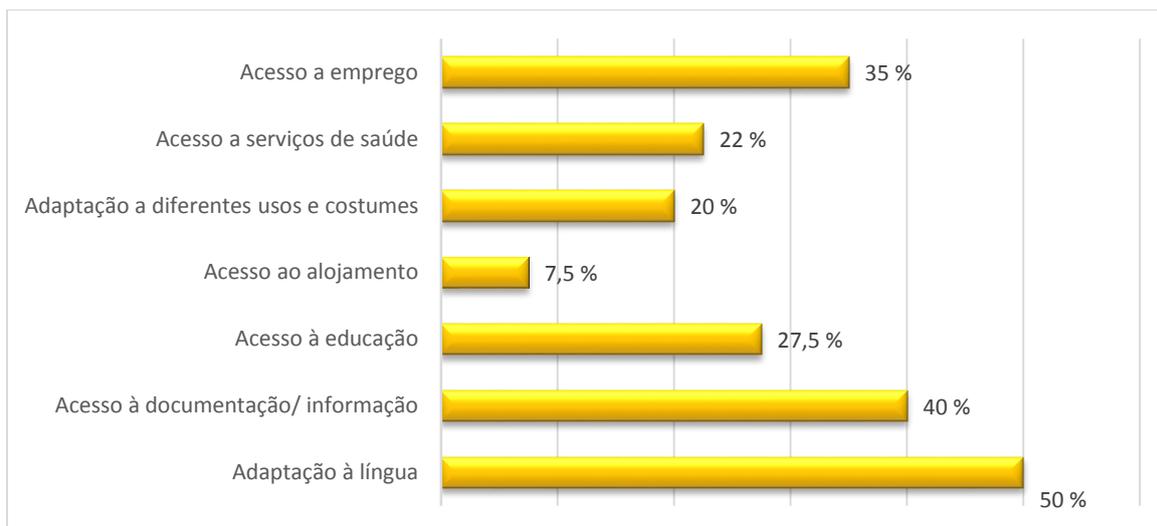


Gráfico 3 – Dificuldades na integração ao país de acolhimento

Para a maior parte das mulheres imigrantes, a ausência de apoio por parte do estado e de outras entidades, o não falar português e a ausência de informação/incapacidade de aceder à informação potenciam o nível de dificuldades sentidas, não só em Portugal mas no concelho viseense em específico. As diferenças de práticas sociais e culturais (tendo sido apontado como exemplo a dificuldade em entrar em espaços de lazer, como bares e discotecas, no caso de as mulheres ostentarem determinado tipo de vestuário ou pela constituição física⁴¹) e a adaptação ao clima são também mencionadas enquanto outras dificuldades sentidas.

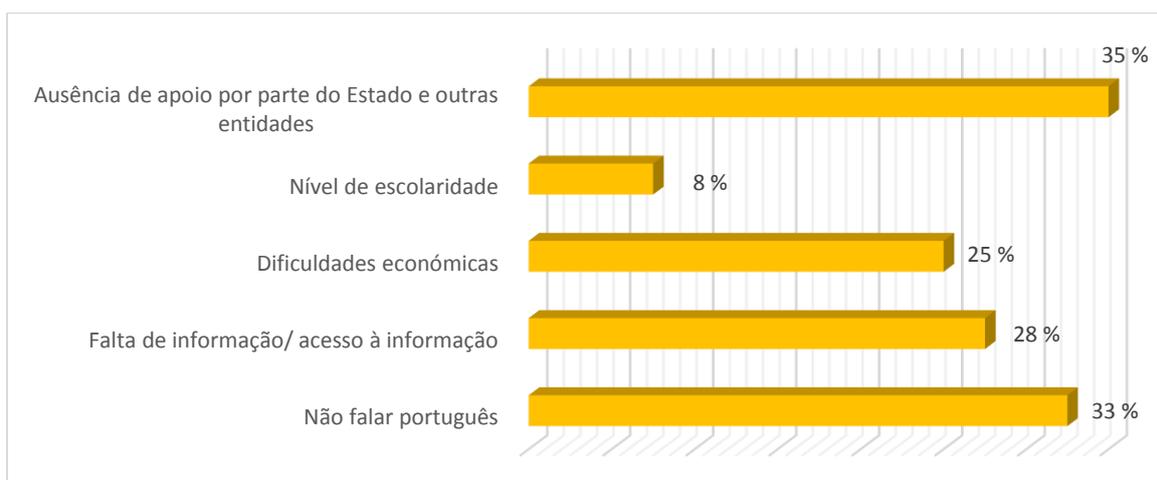


Gráfico 4 – Dificuldades na integração ao concelho

⁴¹ Duas mulheres brasileiras apontaram para a discriminação com base na aparência física – que as impossibilita, por utilizarem determinado tipo de vestuário ou por terem excesso de peso, a frequentar alguns espaços de lazer. Este tipo de práticas, alegam, está introduzido na cultura do concelho de Viseu.

O nível de escolaridade é a dificuldade menos sentida. Na verdade, 30% das mulheres inquiridas tem o 12º ano e 32,5% concluíram uma Licenciatura. Algumas detêm ainda Mestrado e cursos de pós-graduação. Na sua grande maioria, as mulheres imigrantes aqui representadas apresentam mais elevado nível de escolaridade do que as mulheres portuguesas⁴². O facto de deterem qualificações iguais ou superiores às mulheres portuguesas não significa por si só facilidade no acesso à educação e formação, aprendizagem da língua portuguesa ou adequação do emprego ao nível e área de qualificação académica.

A maior parte das inquiridas tem percurso na área de educação e formação (27,5%). Não se pode concluir que têm grande presença no concelho mas que foram sobretudo estas as mulheres que aceitaram fazer parte deste estudo e apresentaram poucas ou nenhuma reservas. Por outro lado, algumas das mulheres desempregadas viram no estudo uma forma de exposição e denúncia das suas dificuldades.

Apesar das elevadas taxas de desemprego imigrante, os benefícios que a inserção laboral traz ao país de acolhimento e para as pessoas migrantes dependem seguramente do equilíbrio entre o nível de estudos, competências, salários, condições e grau de estabilidade. Caso frequente é o de migrantes com altas qualificações no país de origem e que em Portugal exercem profissões pouco qualificadas e desfasadas das suas áreas de especialidade. O estudo realizado nesta dissertação corrobora este contexto. Imigrantes com qualificações existem na economia portuguesa e é a escolarização que os/as qualifica – quase um quarto da mão-de-obra estrangeira tem o ensino secundário ou superior, em que no caso dos/as imigrantes provenientes da UE são mais de metade, imigrantes provenientes da Europa de Leste são, em termos médios, menos habilitados/as e provenientes do Brasil com índices de habilitações semelhantes à média local⁴³ (Reis *et al*, 2007).

A relação entre as habilitações escolares e as qualificações profissionais reflete a capacidade de aproveitamento ou não das capacidades dos e das imigrantes pela economia de acolhimento. O facto de existir uma grande discrepância entre umas e outras aponta para um processo de não

⁴² Segundo dados do PORDATA, relativos aos graus de escolaridade das mulheres portuguesas em 2013, é o 1º Ciclo do ensino básico que corresponde à maior fatia (24,1%). Com o ensino secundário surgem 18,1% e com o ensino superior 17,3%. Para mais detalhes consultar a página *online* [http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+do+sexo+feminino+com+15+e+mais+anos+por+nivel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+\(percentagem\)-885](http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+do+sexo+feminino+com+15+e+mais+anos+por+nivel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+(percentagem)-885)

⁴³ Com exceções nas regiões Norte e Centro, em particular Dão Lafões – onde se insere Viseu – em que trabalhadores/as brasileiros/as têm entre um a dois anos de escolaridade a mais do que os/as portugueses. In *Imigrantes em Portugal: economia, pessoas, qualificações e territórios* (2010), por José Reis *et al*, em CES – Trabalho e sociedade, 2, Coimbra: Almedina

reconhecimento e não valorização das suas qualidades e competências, conduzindo a cenários de exploração profissional (Reis *et al*, 2007). Segundo os resultados aos inquéritos aplicados no contexto desta dissertação, algumas mulheres trabalham no setor comercial, nas limpezas e no setor da beleza e estética quando no país de origem detinham qualificações ao nível do ensino superior em áreas como Contabilidade, Ensino e Psicologia. Aceitam empregos em diferentes áreas muitas vezes por serem as únicas alternativas ao desemprego.

No entanto, existe também um número considerável de imigrantes que estão em Portugal para e pela sua contribuição para a comunidade académica e científica e revelam altos níveis de qualificação – referimo-nos a estudantes e investigadores/as. Segundos dados do SEF⁴⁴, no ano letivo de 2010/2011 estavam inscritos/as 21.824 alunos/as estrangeiros/as no ensino superior português, na sua maioria de origem africana, em particular Angola, Cabo-Verde e Moçambique. Confirmar o número de pessoas estrangeiras a trabalhar na área da investigação em Portugal mostrou-se um objetivo inconcretizável; cheguei apenas aos dados já discutidos pela socióloga Ana Delicado no seu artigo “Cérebros estrangeiros em Portugal”⁴⁵, disponibilizado pelo sítio *online* do ACIDI. Ana Delicado recuperou dados do Eurostat de 2009 que indicavam cerca de 19 mil pessoas estrangeiras a trabalhar em ciência e tecnologia em Portugal – o que não nos indica qual o número que se ocupa da investigação nem tão pouco quantas estrangeiras mulheres são investigadoras. Entre as mulheres inquiridas no meu estudo, nenhuma era investigadora mas várias eram estudantes do ensino superior.

As dinâmicas de migração têm que ser vistas, todavia, numa lógica de circulação internacional e não na perspectiva dos saldos migratórios, de fugas ou chegadas de cérebros estrangeiros, em Portugal. As motivações, a mobilidade destas pessoas e a sua duração é muitas vezes reduzida e integra-se em sistemas de espaços internacionais alargados e complexos (Reis *et al*, 2007).

Para Anthony Giddens, existem fatores “push” e “pull”, sobretudo económicos, nas dinâmicas dentro do país de origem, que atraem ou repelem, respetivamente, fenómenos de migração. Esta atração-repulsão pode ser redutora e simplista numa primeira leitura pois é importante ter ainda em consideração fatores como a distância, problemas individuais e familiares, a legislação e políticas de asilo e imigração, os custos associados à mobilidade e os laços entre países. É necessário ver para além destes fatores, não esquecendo, designadamente,

⁴⁴ Em http://rem.sef.pt/PagesPT/DocsPT/EstudosNacionais/2012_imigracao_estudantes.pdf

⁴⁵ “Cérebros estrangeiros em Portugal”, artigo de 16 de junho de 2014, escrito por Ana Delicado e disponível em <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/539ed639c57a1/cerebros-estrangeiros-em-portugal>

fatores ambientais, políticos e socioeconómicos, bem como as interações individuais e sociais – sendo contextualizadas no tempo e no espaço em sociedades diferenciadas (Giddens, 1984:127).

Nas sociedades dos países sul-europeus, e especificamente em Portugal, a modernização da indústria, dos serviços, da agricultura e do turismo contribuíram para a atração de muitos/as trabalhadores/as não qualificados/as vindos/as de todas as partes do mundo, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Segundo Baganha e Góis (2009), até o ano 2000 as/os imigrantes de países terceiros residentes em Portugal eram maioritariamente provenientes de países lusófonos, do Brasil e dos PALOP (mais de 70% dos/as imigrantes no final da década de 90), devido ao passado colonial e ao crescimento económico do país à época, atraindo investimento estrangeiro. Com o desenvolvimento da construção civil, particularmente nas obras públicas, e a alteração de políticas de mobilidade no espaço Schengen, imigrantes de outros países (e.g. países de leste e asiáticos) formaram novas comunidades. Se para a maioria dos homens estrangeiros a construção civil era uma das ocupações não qualificadas mais requerida, os nichos de mercado que foram prevalecendo para grande parte das mulheres imigrantes são os serviços domésticos e o comércio sexual (King & Zontini, 2000).

Segundo Campani (Campani, 1999 *apud* King & Zontini, 2000), a perpetuação do fenómeno da mulher imigrante nos países sul europeus enquanto servente, principalmente a mulher africana, pode justificar-se pelo facto de que a ultrarrápida modernização destas sociedades não foi acompanhada da interiorização dos valores democráticos pós-industriais. Muitas vezes os fatores de atração a Portugal encerram promessas goradas de melhor qualidade de vida mas que arrastam estas mulheres para situações de vulnerabilidade. As questões de raça, género e classe entram aqui em diálogo e, para o autor, as duas ocupações mais tipicamente associadas às imigrantes, as de “prostitutas” ou “empregadas domésticas”, são uma extensão de preconceitos enraizados nestas sociedades tradicionais (Campani, 1999 *apud* King & Zontini, 2000). Uma parte das mulheres inquiridas no meu estudo indicou precisamente ser empregada doméstica, cuidar de idosos/as e crianças e fazer limpezas em empresas e casas particulares. Uma outra parte decidiu não querer responder à questão da ocupação profissional ou ao inquérito, de todo, por não se sentir confortável em dar dados pessoais, por estar no país em situação irregular ou por estar de facto envolvida na atividade de prostituição. No entanto, os resultados dos inquéritos não apontam para que as profissões mais comuns das mulheres imigrantes sejam a de empregadas domésticas ou prostitutas.

Para Jefferson e King (2001), o debate em torno do trabalho doméstico tem-se focado em dois aspetos: a relação com o modo de produção capitalista e a divisão sexual de trabalho, estando também na base da separação entre esfera pública e a esfera privada. O trabalho doméstico não se prende apenas com tarefas domésticas mas também com atividades de natureza emocional, como cuidar de crianças e idosos/as – aquilo que se chama “o trabalho do cuidado”, habitualmente a cargo das mulheres, seguindo a lógica da divisão sexual do trabalho dominante, e que, nos países desenvolvidos – nos quais as mulheres têm empregos e carreiras próprios – é deslocado para mulheres imigrantes, vindas de países mais pobres. Para os mesmos autores, tal enquadrar-se numa economia emocional que não pode ser reduzida a noções tradicionais de “produção” ou pressupostos puramente económicos e, por isso mesmo, é economicamente desvalorizada.

A dinâmica que abrange o trabalho doméstico e as mulheres imigrantes que o desempenham nos países industrializados abarca relações de género, etnia e classe, e envolve ainda também mecanismos de produção e reprodução cultural que se associam a um determinado *status*. A posição das mulheres no contexto das teorias das migrações reflete o grau de importância que lhes foi atribuído no setor produtivo – encarado como extensão do papel reprodutivo em seio familiar e não migração laboral (Rubio, 2003). Para Rubio, a análise da inter-relação de género, classe e etnia e o trabalho doméstico assume grande importância para entender marcos de segregação e subordinação existentes.

É extremamente difícil apresentar estimativas do número de trabalhadoras domésticas imigrantes no concelho de Viseu e até mesmo em Portugal, ou de muitas outras áreas laborais, devido à falta de dados e à existência de redes de trabalho informais, sem registos contratuais. Sabe-se, porém, que os e as imigrantes estão mormente inseridos/as no mercado secundário, com ocupações profissionais pouco qualificadas, com vínculos contratuais precários, fraco índice de mobilidade ascendente e baixos salários. “O uso intensivo do trabalho e a terciarização da economia portuguesa têm de ser associados à imigração e à sua inserção nos mercados de emprego” (Reis *et al*, 2007:153), em que a indústria, a construção e o setor dos serviços são os que mais acolhe a mão-de-obra imigrante. Segundo Reis e outros autores, a atração dessa mão-de-obra por segmentos é mais evidente em regiões com grande densidade de pequenas e médias empresas e sistemas locais de especialização produtiva, como a zona Norte e Centro do país.

As taxas de desemprego de pessoas estrangeiras em Portugal têm sido, na última década, superior às das pessoas nacionais e, embora a vulnerabilidade seja existente para ambos os

géneros, é um pouco mais elevada no caso das mulheres. A nível nacional, na situação de empregadas domésticas temos quase exclusivamente mulheres, em particular paquistanesas, marroquinas e indianas. Estas populações revelam “fortes taxas de masculinização⁴⁶” e são “marcadas por práticas religioso-culturais muito distintas” no que concerne a posição da mulher enquanto trabalhadora/profissional ativa, valorizando as funções domésticas e de reprodução (ACIDI, 2013:105)

No caso das mulheres imigrantes trabalhadoras, estudos da Direção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, do Ministério do Trabalho e Segurança Social, à data de 2009, concluíram que para cada homem imigrante com trabalho a tempo parcial existiam cinco mulheres imigrantes na mesma situação. As estrangeiras têm ainda duas vezes mais propensão para terem um emprego a tempo parcial do que as portuguesas, em detrimento de um vínculo contratual mais prolongado. Algumas mulheres trabalham ainda mais de 50 horas por semana. Infere-se assim a influência do género e da nacionalidade na distribuição da equação de trabalho a tempo inteiro e na estabilidade laboral.

Uma grande parte das mulheres imigrantes está mais concentrada no mercado secundário e em ocupações com baixos salários, mais precariedade e mesmo alguma ausência de proteção legal, nomeadamente enquanto empregadas domésticas, cuidadoras e amas e trabalhadoras do sexo. Essas circunstâncias permitem a reprodução de estereótipos de padrão de género e nacionalidade no país de acolhimento e perpetuando discriminação no mercado de trabalho e em qualquer outra esfera-pública. A divisão de género é também mais evidente nas mulheres estrangeiras – as mulheres imigrantes recebiam menos cerca de 25% do que os homens imigrantes, num contexto em que as médias salariais imigrantes já eram cerca de 16% inferiores às médias nacionais⁴⁷.

Segundo a análise dos questionários aplicados, 25% das mulheres encontram-se desempregadas, outras são professoras (25%), sendo que as restantes responderam ser empregadas domésticas (10%) e comerciantes (7,5%). 10% das mulheres não quiseram responder à questão ou indicaram, em consciência, profissões que não correspondiam à realidade, alegando algum receio e algum desconforto. Neste momento Portugal vive marcado por uma prolongada

⁴⁶ O estudo do ACIDI não clarifica ou explora o conceito de “taxas de masculinização”, mas interpreto como a predominância da presença masculina em determinados setores, em detrimento da presença feminina, caracterizada por valores, práticas e comportamentos sociais específicos – relegando, neste caso, as mulheres para um segundo plano.

⁴⁷ Estudos do Quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Segurança Social/Direção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (2009).

recessão económica, marcada pelo empobrecimento e pela elevada taxa de desemprego, que atinge também população imigrante. No passado – particularmente na década de 1960 – Portugal foi sobretudo descrito como um país de emigração mas é cada vez mais importante traçar um diagnóstico completo no que diz respeito à imigração, os fenómenos de discriminação e as políticas de integração.

Para além de dificuldades de integração tentei compreender que dificuldades existem ao nível das TIC. Pode concluir-se que mais de 92% das mulheres inquiridas indicam não ter dificuldades no acesso às TIC, tal como representa o gráfico seguinte.

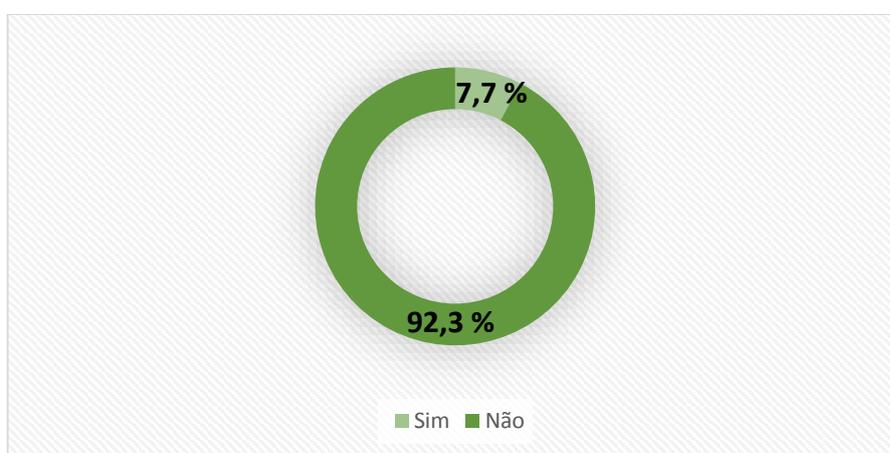


Gráfico 5 – Existência de dificuldades no acesso às TIC

Apenas quase 8% escreveu ter dificuldades no acesso às TIC. Porém, ter acesso não representa necessariamente uma utilização emancipatória das mesmas. Algumas mulheres afirmam ter dificuldades no acesso ao computador e à Internet, divulgando desinteresse por não necessitar para o desempenho das suas tarefas profissionais, não ter qualquer tipo de interesse, não deter qualquer tipo de competência computacional, pelas dificuldades económicas – para quem computador e Internet são despesas acrescidas e secundárias –, ou por não ter tempo. Algumas mulheres não responderam a esta questão ou deram múltiplas respostas, daí os resultados apresentados em seguida.

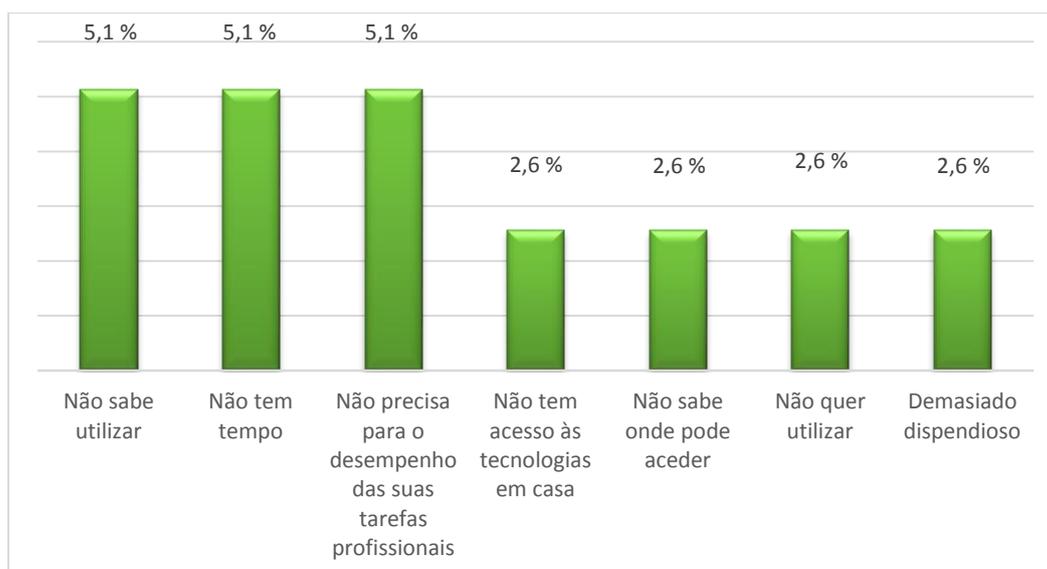


Gráfico 6 – Dificuldades no acesso ao computador e à Internet

Muitas vezes a Internet não se mostra aparentemente pertinente no enquadramento profissional de algumas mulheres, tais como empregadas domésticas, esteticistas e comerciantes. Todavia, algumas indicaram que a utilizam como forma de divulgação dos seus serviços profissionais (por exemplo através de redes sociais como o Facebook, em que publicitam e promovem a sua empresa), de pesquisa sobre outros serviços e procura de novos métodos e produtos. Informalmente, algumas mulheres referiram a existência de um mercado de trabalho competitivo, exigindo delas a utilização das TIC para aprender também a língua portuguesa e aumentar as suas capacidades de inserção e expansão nesse mercado.

Em termos gerais, as taxas de participação das mulheres no setor laboral tendem a ser significativamente mais baixas do que as dos homens, sendo que existem padrões de cargos, posições e áreas de especialidade associados a ambos (i.e. As mulheres a ocuparem cargos como secretariado e prestação de serviços de saúde e educação, com remunerações mais baixas, mais distantes de cargos de chefia, nomeadamente ligados a ciência e tecnologia) (OECD, 2007).

A média de idades das mulheres inquiridas é de 35 anos, o que se reflete muitas vezes numa maior dificuldade na obtenção de emprego. Segundo relatório do ACIDI, de 2013, o envelhecimento das populações imigrantes, a consolidação social de estrangeiros e estrangeiras que obtiveram a nacionalidade portuguesa e o reagrupamento familiar são exemplos de desafios às políticas de integração atuais (ACIDI, 2013). Perante esses desafios, defendo que são necessárias novas políticas que se adaptem às novas exigências e características migratórias,

políticas que passem também pelo reconhecimento da importância das TIC para a integração das mulheres imigrantes e da manutenção das suas antigas e novas redes de contactos.

A proximidade virtual proporcionada pelas TIC pode facilitar aos indivíduos imigrantes o contacto com o país de origem. Para Fonseca (2005:32) “para além de proporcionarem apoio financeiro, social e emocional, as redes sociais e familiares desempenham um papel fundamental na evolução dos fluxos migratórios ao longo do tempo”.

Partindo da reflexão de Fonseca, entende-se que as redes de suporte familiar e de amizade em qualquer dos países podem promover não só o bem-estar emocional de quem está ausente, mas também facilitar redes de conhecimento e informação que podem ser decisivas na ajuda ao apoio burocrático, na procura de emprego e habitação – sobretudo se essas redes se situarem no país de acolhimento, tais como imigrantes residentes no país há mais tempo e que estejam familiarizados/as com a dinâmica de adaptação. Assim, a existência de contactos no país de acolhimento pode proporcionar aos indivíduos que chegam uma mais-valia à sua integração, por via da rede.

3.3 Analisando redes (sociais)

A análise das redes, ou *network analysis*, tem sido recorrentemente utilizada não só na sociologia e na antropologia, mas também nos estudos da comunicação, em particular devido ao advento da *world wide web* e do aumento exponencial das interações humanas mediadas pela tecnologia, que inviabilizou outros modelos clássicos de estudo. A teoria das redes é extremamente útil para focar a atenção no comportamento individual das mulheres inquiridas sem perder de vista a sua inserção nas estruturas sociais.

Parece-me pertinente associar as dinâmicas das redes migratórias à noção de “capital social” – conceito que recebeu grande atenção a partir da década de 90 do século XX, na sequência de trabalhos de autores como Pierre Bourdieu e posteriormente Robert Putnam. Estes entendiam capital social como uma característica de organização social, pela criação de redes, laços de solidariedade, reconhecimento e confiança que se estabelecem para assegurar interajuda e cooperação entre grupos de indivíduos.

O conceito de rede tem tido crescente popularidade: as suas capacidades descritivas e explicativas ultrapassam os limites das ciências sociais e humanas e estendem-se a outros

domínios científicos – como as telecomunicações e a informática – tal como aponta Sílvia Portugal (2007). Os contributos pioneiros nos estudos das redes sociais vêm da sociologia, da psicologia social e da antropologia, sendo que primeiramente o conceito de rede social era utilizado como uma metáfora descritiva e a unidade de análise um grupo restrito. Sílvia Portugal (2007) aponta para a dificuldade dos autores em lidar com sistemas sociais mais complexos e que o ponto de partida da investigação não pode ser um conjunto de unidades interdependentes mas o conjunto de relações que as interliga.

Assim, analisar redes providencia “uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais em vez de estudar os efeitos interdependentes de atributos individuais ou relações duais” (Portugal, 2007:7). Trata-se, portanto, de uma análise relacional que permite entender a forma como os indivíduos estão condicionados pelo tecido social, como o modificam e como se servem dele de acordo com os seus interesses. Tal aplica-se à realidade da imigração e das redes estabelecidas dentro e fora dos países de origem e de acolhimento, onde se criam “laços de comunidade”, citando Wellman⁴⁸, que ultrapassam as barreiras físicas e geográficas e se tornam gradualmente mais virtuais.

Os laços e as relações criadas por meio da rede geram também capital, movem recursos e mecanismos percebidos como investimentos (Lin, 2001 *apud* Portugal, 2007). Lin, citado por Portugal, afirma que a ideia básica da teoria marxista acerca do capital, centrada no investimento para a produção de lucro, é evidenciada entre as ações individuais e as posições estruturais. O fluxo de informação partilhado e a criação de laços influencia agentes (por exemplo na recomendação para contratação de trabalho, na criação de parcerias e na partilha de habitação), funcionando como credenciais, criando possibilidades de aceder a recursos e a informação que de outro modo poderiam não estar disponíveis.

Sublinha-se assim a ligação das redes com o capital social, definido por Pierre Bourdieu como um conjunto de recursos, que podem ser efetivos ou potenciais, ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento (Bourdieu, 1980).

O autor defende que as redes sociais não são estanques ou naturais, mas construídas através de estratégias de investimento visando obter lucros e benefícios de naturezas múltiplas, em que

⁴⁸ Bary Wellman é um dos teóricos mais citados por Sílvia Portugal no seu estudo sobre as redes, considerando que este reflete a “linha dura” da *network analysis* – tendo em conta sobretudo os contextos macroestruturais e a influência das redes nas mudanças e integração individuais em outros contextos (ver página 11, Portugal, 2007).

o volume de capital social que um indivíduo possui depende sobretudo da extensão da rede e dos laços que mobiliza. Mas, se autores como Bourdieu olham para o capital social a partir do indivíduo, autores como Robert Putnam olham-no a partir da dimensão coletiva. Para Putnam (2000:19), o capital social refere-se às conexões entre indivíduos e do que delas emerge, destacando exemplos como a família, organizações cívicas, redes de contactos profissionais ou até grupos de *chat online*. Se para Bourdieu a questão era o que é que a rede pode fazer pelo indivíduo, para Putnam é em que medida toda a gente pode beneficiar de uma rede social ampla. É neste prisma de uma rede de benefícios que se pensam as TIC como ferramentas fulcrais.

As redes de suporte familiar e de amigos proporcionam acesso ao conhecimento e à informação burocrática sobre a sociedade de acolhimento, bem como apoio afetivo, financeiro e emocional (Fonseca, 2005:32). A existência de contactos na sociedade de acolhimento facilita a procura de emprego, habitação e acesso a serviços aquando do processo migratório.

A literatura internacional sobre os processos e os fenómenos migratórios é complexa e extensa, mas a nível local é praticamente inexistente. No entanto, mais importante do que desconstruir detalhadamente e definir as suas múltiplas vertentes, é entender a imigração como um projeto marcadamente masculino (King & Zontini, 2000). Para mulheres imigrantes que não dominem as tecnologias da informação e da comunicação, à imigração física soma-se a imigração digital como grandes desafios, sendo que a integração no país de acolhimento passa cada vez mais por ambas. As TIC podem ser, assim, ferramentas positivas ou negativas, benéficas ou derogatórias, na atração a um novo país.

CAPÍTULO IV –

As TIC: da evolução tecnológica a ferramentas de integração

4.1 As TIC: da evolução tecnológica a ferramentas de integração

A Internet é amplamente vista como um espaço aberto para uma variedade de vozes políticas e de política (Stahli *et al*, 2002). No entanto, e apesar de ser valorizada pelo seu caráter inclusivo, é também responsabilizada pela fragmentação da opinião pública. Se algumas pessoas são marginalizadas pelas restantes devido às suas especificidades, então as políticas e questões de representação e inclusividade têm de ser repensadas.

Autoras como Nancy Fraser argumentaram em prol dos “subaltern counterpublics” (1990:67), em que os públicos marginalizados ganham voz e força política através da esfera pública, esfera essa que é potenciada pela Internet. Se as estruturas institucionais não se alteram ao ritmo das necessidades e exigências das populações e se existe a possibilidade de criação de novos espaços de discussão, deliberação, formação de identidades e mobilização, então a Internet é um desses novos espaços. No entanto, o potencial da Internet é apenas isso em si mesmo, um potencial. A extrema fragmentação do ciberespaço pode resultar num desafio ainda mais complexo no processo de integração, dos e das imigrantes marginalizados/as.

Não se pode cometer o risco de generalização ao dizer que todos e todas os/as imigrantes são marginalizados/as, circunstância que depende em grande parte do grau de democratização e de políticas inclusivas dos vários países, bem como de outros fatores mais locais e específicos. Há que entender, em todo o caso, que quem imigra passa inevitavelmente por diversas dificuldades. Geralmente, a mudança linguística, as diferenças culturais e o sentimento de não-pertença acompanham o processo. Verifiquei no presente estudo que a existência de tecnologias da informação e da comunicação é, para a esmagadora maioria das mulheres, importante para a integração na comunidade, tal como se analisa nos questionários aplicados.

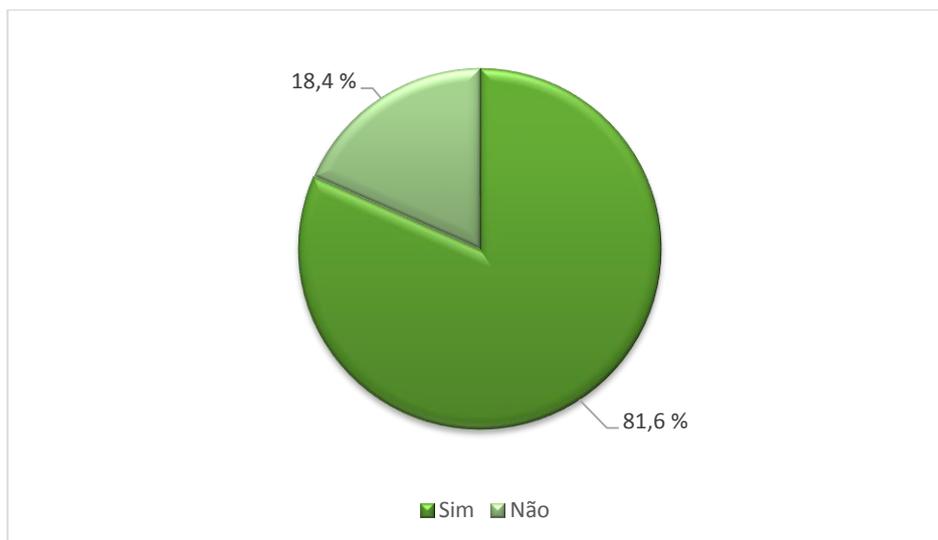


Gráfico 7 - Importância das TIC para a integração no concelho

A Internet oferece novas possibilidades, muito mais do que aquelas que os *media* tradicionais oferecem. No entanto, as formas de participação através da Internet variam na sua significância dependendo dos países, sendo importante analisar detalhadamente como é que o público *online* utiliza a Internet para participar na vida cívica e democrática de uma forma mais específica. Os estudos conduzidos em outros países europeus podem não refletir a realidade portuguesa, nem tão pouco a realidade de um concelho do interior de Portugal. Do mesmo modo, indicar que as TIC são importantes não nos traz, *per se*, dados sobre a efetiva integração destas mulheres.

Pode-se no entanto compreender quais os objetivos na utilização das TIC, principalmente enquanto potenciadoras de desenvolvimento e de aquisição de múltiplas capacidades e competências pessoais, académicas e profissionais, na criação e partilha de ideias e projetos e procura de respostas para problemas que não encontram de outra forma. Para as imigrantes inquiridas ao longo do estudo, enquadrado nesta dissertação, o mais evidente objetivo proporcionado pelas TIC é o contacto e comunicação com familiares e amigos/as (mais de 70%). Tal é sobretudo relevante quando estas pessoas estão fisicamente ausentes dos seus contextos familiares e afetivos. Segundo uma das mulheres inquiridas, que apresentarei como SA, “A comunidade imigrante tem falta de apoio social e emocional na área local de Viseu” e necessita de utilizar as TIC já que estas permitem “contacto recorrente praticamente a custo zero” com familiares e amigos do país de origem, mantendo próxima a sua rede de afetos. Para SA, “estas relações mantêm-se devido ao meu interesse em utilizar as TIC”, afirmando que o afastamento das TIC significaria definitivamente perder ligações com muitas pessoas.

O gráfico seguinte mostra também que existe algum nível de iniciativa por parte destas mulheres: ambicionam encontrar emprego (50%), aceder a nova informação e documentação (cerca de 47%), desenvolver novas competências (cerca de 40%), e desenvolver ideias e projetos (cerca de 26%). Cerca de 21% das imigrantes revelam interesse em criar e partilhar opiniões e conteúdos e ainda em estabelecer novos contactos (cerca de 40%).

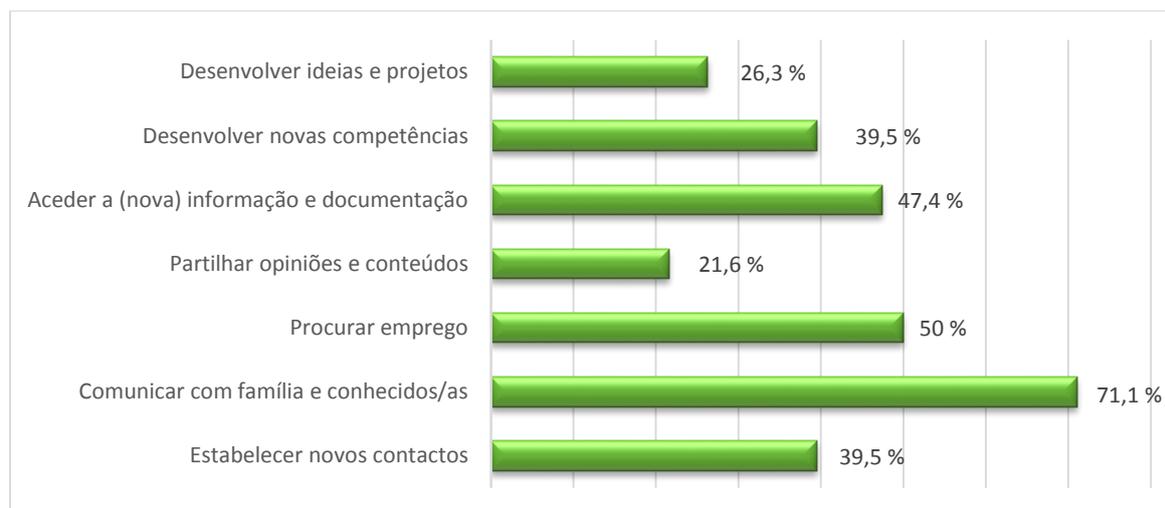


Gráfico 8 - Objetivos na utilização das TIC

Estes números e objetivos apontam para um potencial de participação mediado pelas TIC, o acesso ao computador e à Internet. A utilização de outros *media* tradicionais surge de forma mais tímida, embora mantenha alguma expressão. O telemóvel e o computador estão quotidianamente presentes na vida de cerca de 90% das mulheres, enquanto que jornais e revistas, máquina fotográfica e rádio se situam abaixo dos 50%. No entanto, a televisão, sobretudo com acesso a canais do país de origem, continua a ter grande expressão (75% das mulheres sinalizou-a como companhia diária).

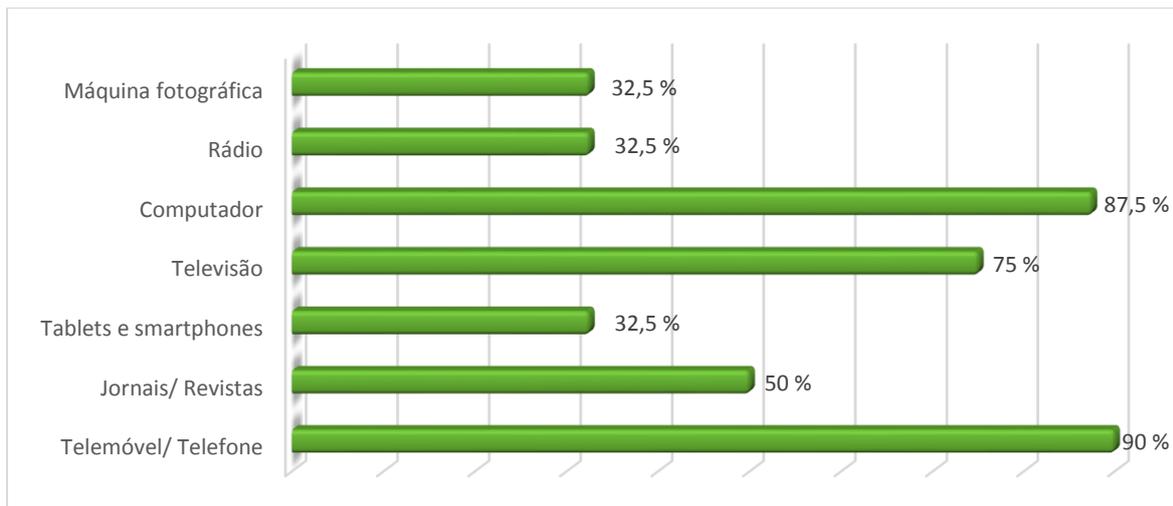


Gráfico 9 – Tipo de tecnologias usadas no quotidiano

A utilização de determinados *media* relaciona-se também com as competências tecnológicas e informáticas das utilizadoras, o tempo disponível (dividido muitas vezes entre tarefas profissionais, domésticas e familiares), os objetivos e a acessibilidade física e económica à tecnologia. As utilizadoras indicaram passar, em média, mais de 30 horas semanais de trabalho na profissão, conjugadas com uma média de 20 horas semanais de trabalho doméstico – embora algumas cheguem a atingir as 50 e 60 horas de trabalho semanal na profissão. Mais de metade das utilizadoras são mulheres casadas e com filhos/as, sendo que todas elas vivem com o cônjuge e filhos/as, todos na mesma residência, muitas vezes partilhada com outros/as familiares e até mesmo com outras famílias. Como tal, os seus contextos diários encontram-se bastante preenchidos, deixando, por vezes, pouco tempo e espaço para investir na utilização das TIC.

As pessoas de um nível socioeconómico mais baixo têm tendência a ter menos acesso à Internet, nomeadamente em casa, tornando difícil ou impossível o acesso e utilização regulares, dados os seus custos. Apesar de cerca de 80% das utilizadoras aceder à Internet em casa e 85% pagar o acesso, muitas afirmaram utilizá-la de uma forma bastante básica e rudimentar, tendo adquirido e estando a pagar o serviço sobretudo pelos/as filhos/as, jovens estudantes para quem as tecnologias aparentam ser imprescindíveis. Algumas mulheres acedem à Internet em bibliotecas, escolas e local de trabalho, dada a sua gratuitidade, bem como em espaços Internet fornecidos por serviços municipais.

A capacidade de utilização da Internet permite a cidadãos e cidadãs comuns acederem, partilharem e criarem informação e participar na esfera pública de uma forma até então inexistente – mais rápida, mais variada e mais barata. No entanto, é necessária cautela ao associar

a Internet a um potencial revolucionário ao nível da participação e inclusão social. Além do acesso à Internet não ser global, o seu acesso e utilização não garante participação e inclusão nem tem que se revelar positiva e benigna por si só (Ferreira, Azevedo & Menezes *apud* Malafaia *et al*, 2013:33). Assim, os aparentes resultados positivos representados por 80% de mulheres inquiridas com acesso à Internet no lar não significam, em si, que beneficiam dela.

Algumas inquiridas acrescentaram informalmente, enquanto preenchiam os questionários, que acediam ao computador com Internet diariamente mas, muitas vezes, durante apenas alguns minutos para consultar redes sociais, ler notícias breves ou oportunidades de emprego. Contudo, 75% de acesso diário à Internet apresenta-se como um dado potencialmente positivo – ver gráficos seguintes.

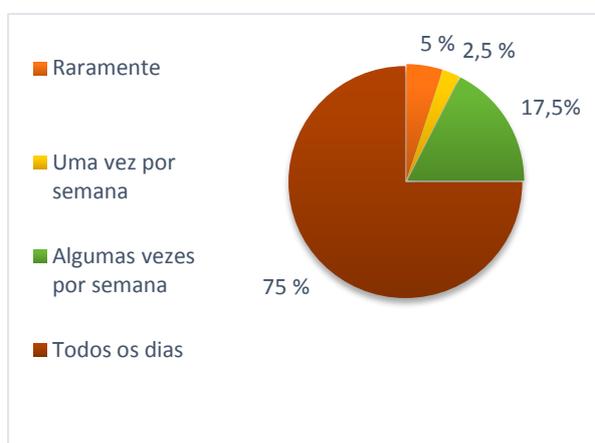


Gráfico 10 - Frequência da utilização das TIC

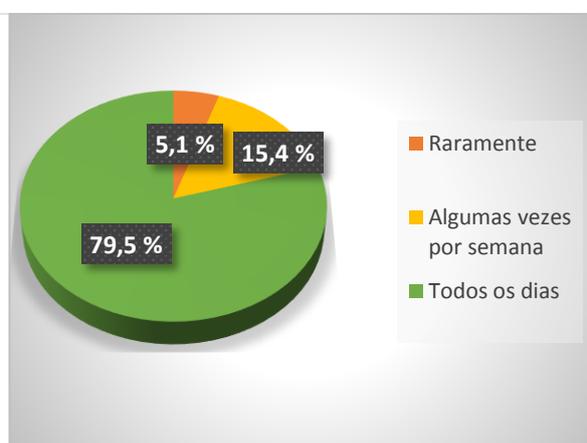


Gráfico 11 - Frequência da utilização do computador

Fala-se de um potencial positivo já que através da Internet é possível visitar *blogs*, assinar petições *online*, manter informação atualizada sobre o país de origem e o novo país de acolhimento, pesquisar informação específica para contextos académicos e profissionais e discutir questões prementes através de *email*, fóruns ou *chatrooms*. É inclusive para ler notícias e ter informação sobre o país de origem (62%) e para pesquisas académicas e profissionais (54%) que a maior parte das utilizadoras afirma utilizar a Internet. Todavia, encontra-se algum equilíbrio entre o interesse pelo país de origem e o país/região de acolhimento.

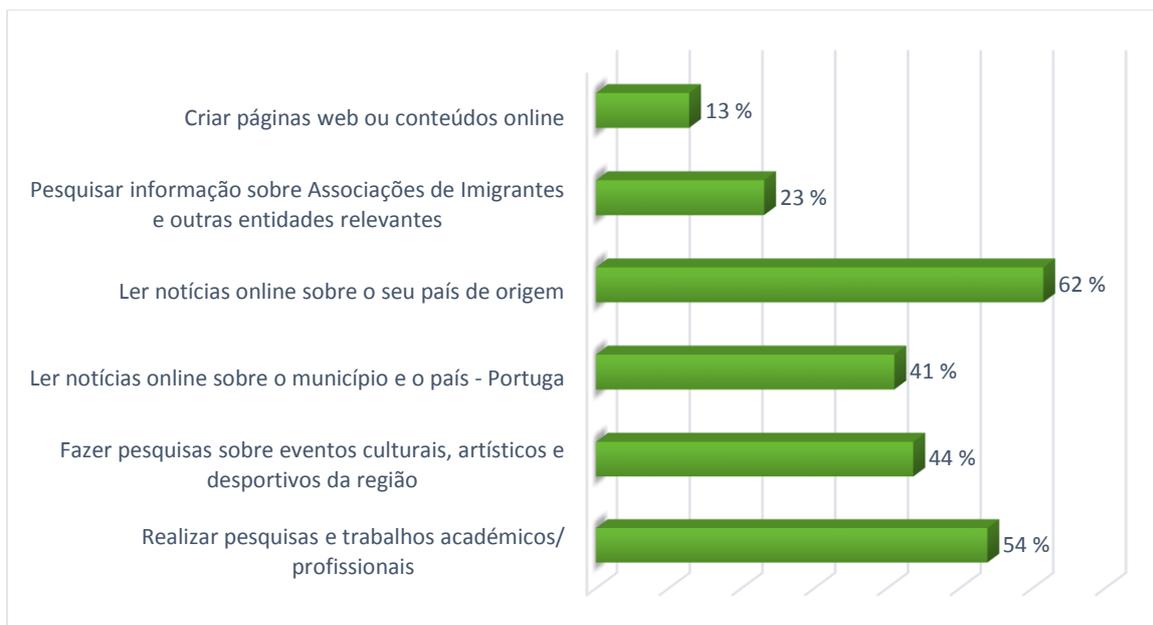


Gráfico 12- Objetivos da utilização do computador e da Internet

A Internet pode assim contribuir para mitigar algumas desigualdades sentidas pela população imigrante, ao fornecer novas ferramentas que capacitam para a ação independentemente da situação geográfica e para a busca de novos caminhos de participação e cidadania. Por conseguinte, a Internet permite ainda que a atenção e o interesse participativo não incidam apenas sob o país de acolhimento ou sob o de origem mas por ambos, criando um interesse transfronteiras.

4.2 Análise e Discussão dos resultados

Apesar do número diminuto de inquéritos respondidos, estes primeiros resultados revelam algumas pistas para exploração futura, que são fruto do estabelecimento de relações entre as diversas variáveis que se construíram sobre o inquérito.

Em primeiro lugar entende-se que as mulheres que não têm recebido apoio à sua integração na chegada a Viseu demonstram também ter dificuldade em utilizar as TIC para comunicar com familiares e amigos/as do país de origem e em utilizá-las para pesquisar sobre eventos artísticos, culturais e desportivos da região de acolhimento – um isolamento duplo que, pelas barreiras físicas e sem as ferramentas virtuais, se instala.

Já quem tem recebido apoio do CLAII relaciona-se também, frequentemente, com associações ou grupos ligados à igreja e considera a adaptação a novos usos e costumes uma das maiores dificuldades, indicando existir discriminação no seu processo de adaptação a Viseu, sobretudo por serem imigrantes. São também estas as mulheres que menos utilizam os *media* tradicionais, como máquina fotográfica e televisão, e as que menos utilizam *tablets, smartphones* e outros equipamentos mais recentes e complexos. São tendencialmente mulheres mais velhas que mais utilizam os *media* tradicionais.

As mulheres que têm recebido apoio maioritariamente de familiares e amigos/as do país de origem são aquelas que mais sentem dificuldades no acesso à documentação e informação no novo país e em realizar pesquisas de foro académico, profissional ou informativo sobre a região. Utilizam as TIC para manter contacto com o país da qual são nativas e desenvolvem uma relação menos profunda com o de acolhimento.

Mais detalhadamente, quem recebe apoio de grupos de imigrantes e do CLAII associa-se frequentemente a igrejas locais, com destaque para as mulheres brasileiras e a Igreja Evangélica, e sente dificuldade no acesso à educação no concelho, bem como dificuldades económicas. São muitas vezes mulheres que se sentem discriminadas e que não consideram as TIC relevantes no seu processo de integração, nem para estabelecer novos contactos, nem para comunicar com familiares do país de origem – alegadamente por encontrarem nos grupos locais, religiosos e de imigrantes, os contactos presenciais que as apoiam.

Não falar a língua portuguesa, ou desta ter um conhecimento muito rudimentar, leva a maior parte das mulheres a afirmar que têm dificuldades no acesso à educação, que existe falta de documentação e informação em Viseu, nomeadamente para estabelecer novos contactos, projetos e ideias, e é para essas mulheres que ler notícias e informação sobre o seu país de origem é um objetivo maior na utilização das TIC.

Para as mulheres que elegeram o acesso à documentação e informação como uma das principais dificuldades na integração ao novo país/região, a dificuldade no acesso à educação e à saúde e o obstáculo da língua e do nível de escolaridade estão também presentes. As mulheres que consideraram o nível de escolaridade uma dificuldade (não necessariamente por ser insuficiente, mas muitas vezes por ser desadequado para o desempenho das tarefas profissionais ou das novas exigências laborais), apresentam também dificuldades ao nível do acesso à educação e saúde, dificuldade na adaptação a novos usos e costumes e na aprendizagem da língua

portuguesa. Afirmam que a ausência de informação e documentação e do apoio estatal são revelantes e são utilizadoras frequentes dos *media* tradicionais.

Algumas inquiridas que afirmaram sentirem-se discriminadas por serem mulheres indicaram também sentirem discriminação por serem imigrantes e discriminação racial. São também estas que parecem mais procurar organismos como o CLAI e as que mais utilizam os *media* tradicionais, como jornais e revistas e a rádio. Por outro lado, as inquiridas que não sentiram qualquer tipo de manifestação de discriminação (racial, por ser imigrante ou mulher) são também aquelas que não receberam apoio do CLAI, grupos de imigrantes ou religiosos, e que não necessitam das TIC para procurar emprego. Utilizam raramente jornais, revistas, máquina fotográfica e outros *media* tradicionais mas reconhecem as TIC, o computador e a Internet como importantes no seu processo de integração.

Os resultados apresentam relações entre a ausência de apoio por parte do governo e entidades públicas e dificuldades de integração no acesso à educação e à saúde. Estas mulheres também não demonstram recorrer à Internet e ao computador para estabelecer novos contactos, ou por motivos profissionais.

As mulheres que não sabem utilizar o computador e a Internet revelam algumas dificuldades ao nível da língua portuguesa. Existe uma correlação clara entre não saber utilizar e não ter tempo, não necessitar para o desempenho de tarefas profissionais e não as querer utilizar de todo. Rejeitam a utilização da Internet para estabelecer novos ou antigos contactos e não utilizam redes sociais.

Para as inquiridas que defendem que as TIC são importantes no seu processo de integração, o apoio da igreja e de grupos de imigrantes não se mostra relevante, não apresentando problemas económicos ou manifestações de discriminação. A utilização das TIC é-lhes relevante para estabelecer contactos com família, amigos/as e conhecidos/as do país de origem e do novo país, aceder a nova documentação/informação, realizar pesquisas académicas e profissionais e desenvolver novas competências.

Apesar da complexidade de dados é possível concluir que a maior parte das mulheres que não domina a língua portuguesa e que não utilizam as TIC, computador e Internet são as que revelam mais dificuldades no acesso à educação, informação, saúde e emprego e são também as que mais necessitam de grupos de apoio local (igreja, CLAI) para a sua integração. Com o encerramento do CLAI poder-se-á vir a assistir a uma perda relevante para estas mulheres no

contexto da sua integração e de uma maior necessidade de encontrar alternativas – e aqui poder-se-ão porventura servir das TIC.

Uma maior integração das pessoas imigrantes pode passar pela manutenção de laços com o país de origem e do país de acolhimento. Podem estabelecer-se contactos com associações de imigrantes, partilhar experiências e expectativas através das redes sociais, e informar acerca de ideias, projetos e problemas sentidos pelas próprias pessoas aquando do seu processo de migração. O acesso, partilha e participação podem traduzir-se tanto *online* como *offline* já que muitas vezes “os próprios *websites* são extensões de organizações e associações de imigrantes, assumindo um papel decisivo em colmatar os espaços/falhas onde não chegam instituições governamentais” (Malafaia *et al*, 2013:36). No estudo por mim desenvolvido para esta dissertação constatei que essa participação *offline* revela-se, por exemplo, no caso de algumas mulheres brasileiras que frequentam a Igreja Evangélica Baptista e que indicaram informalmente que utilizam o *website* da Igreja e as redes sociais para expressar crenças e valores, criar e divulgar reuniões, eventos e iniciativas a ter lugar no concelho de Viseu.

Através das novas tecnologias podem partilhar-se rituais e manifestações religiosas e dá-los a conhecer à população autóctone e a outras comunidades residentes, potenciando assim partilha multicultural. A evolução tecnológica e técnica tem contribuído também para o aumento do comércio internacional e para a partilha do multiculturalismo, oferecendo novos e mais rápidos canais de difusão. As redes transnacionais alteraram o contexto das migrações, cada vez mais inseridas num contexto globalizado. Contudo, embora a informação se tenha tornado transnacional, não significa que toda as pessoas acedam, interpretem e partilhem a realidade da mesma forma – cada comunidade interpreta a realidade segundo um conjunto de valores, crenças, expectativas e mesmo estereótipos – o que muitas vezes origina conflito e sobreposição cultural.

Na sociedade de acolhimento, Viseu, procura-se viver um fenómeno de multiculturalismo, visando a interação das minorias étnicas, combate à discriminação, racismo, sexismo e xenofobia, sem que estas abduquem das suas características e especificidades. Como exemplo temos algumas das iniciativas do CLAI nos últimos anos, de destacar seminários e *workshops*, uma caminhada comemorativa do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural (2008) e eventos de troca de géneros alimentares e de vestuário (2008)⁴⁹. Estes são alguns exemplos de iniciativas,

⁴⁹ Iniciativas mencionadas no Plano de Atividades referentes a 2008, disponível em <http://www.caritas.pt/ficheiros/viseu/file/Clai/plano%20atividades%20clai%202008.pdf>

embora não muito frequentes, que procuraram a troca de experiências multiculturais e não apenas uma assimilação unilateral da cultura viseense.

A questão económica é também relevante para pensar a integração das comunidades migrantes no país. É crucial que os países de acolhimento adotem políticas de integração que contemplem a igualdade de direitos e obrigações entre cidadãos e cidadãs nacionais e estrangeiros/as que assegurem uma “relação saudável” e “entendimento”, tal como refere Vitorino (2004:35). Apesar de Portugal ser, nos últimos anos – com um início convencionalmente datado em 2008 – um país em depressão económica e social, a população imigrante corresponde a quase 6% da população em território português, contribuindo de forma fundamental para o crescimento demográfico e para o mercado de trabalho, sobretudo nos segmentos menos qualificados (ACIDI, 2013:256). Para além da contribuição demográfica, a presença da imigração introduz novas estratégias, novo potencial de criatividade e experiências, “capaz de gerar soluções negociadas que representam avanços para a sociedade” (ACIDI, 2013:256).

4.3 (Ausência de) Organizações e associativismo imigrante no concelho de Viseu

De acordo com um estudo do ACIDI⁵⁰ (2013), existe uma relação entre o tempo de presença em território nacional e os níveis de associativismo, mostrando que este é mais reduzido entre aqueles e aquelas que residem em Portugal há menos tempo. No entanto, o país regista uma tímida percentagem de associativismo – apenas 17,7% no período pós-2008 – pouco superior à registada em 1974 (12,8%) (2013:229), sendo que mais de 83% das mulheres não tem qualquer atividade associativa (2013:228).

A investigação desenvolvida no âmbito desta dissertação confirma os dados do estudo do ACIDI. Mais de 60% das inquiridas afirma não fazer parte de nenhuma associação de imigrantes e as que afirmam que sim associam-se ao CLAII, EAPN (European Anti Poverty Network/Rede Europeia Anti-Pobreza) ou igrejas locais. No entanto, nenhuma destas se constitui efetivamente como associação de imigrantes. Existe de facto uma ausência de constituição formal de associações no concelho e o acesso a grupos informais de imigrantes de nacionalidades específicas provou ser extremamente difícil quando não se pertence à comunidade.

⁵⁰ Dados presentes na secção 10.2 “Associativismo e direitos de cidadania”, pp.225-233, in *Diagnóstico da população imigrante em Portugal – desafios e potencialidades*, Lisboa: ACIDI, 2013).

Apercebi-me ser do conhecimento geral existirem grupos de ucranianos, moldavos e brasileiros que se reúnem e partilham experiências: no entanto, ao longo da investigação, não foi concretizado o objetivo de chegar a esses grupos e de entender como, onde, porquê e para quê se organizam. Contudo, existe uma clara valorização da pertença a organizações religiosas, nomeadamente por parte da comunidade brasileira, que se associa à Igreja Evangélica Baptista em Viseu e encontra aqui uma fonte de apoio, partilha de experiências, contacto com imigrantes mais antigos/as, e também encontra conforto em crenças e rituais religiosos.

Existem alguns estudos sobre associativismo imigrante e formas de ação coletiva e caráter político e cívico, mas a maioria dos trabalhos existentes reporta às estruturas associativas das regiões metropolitanas, “deixando de lado os processos que ocorrem noutras regiões portuguesas” (ACIDI, 2013:225). Em Viseu não se registam associações formais de imigrantes, tanto quanto se conseguiu apurar pelas pesquisas e pelos inquéritos realizados, existindo apenas pequenos grupos de comunidades que se reúnem, nomeadamente em eventos religiosos, desportivos ou associações de estudantes, mas com pouca expressão.

O CLAI e a EAPN foram algumas das entidades mencionadas por várias mulheres. Estas duas entidades surgem como relevantes no contexto local e apresentam alguns estudos que merecem destaque, embora apresentando incompletudes. Um dos estudos da EAPN Viseu⁵¹ declara que o Distrito de Viseu possui 241 Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social distribuídas pelos 24 Concelhos – porém apenas 10 se situam no concelho de Viseu.

Este número pareceu-me desde logo relevante. Ao nível da Natureza Jurídica das Instituições reparou-se que no Distrito de Viseu a maioria são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), num total de 37 (61,7%). Em seguida, mas com um número bastante inferior, aparecem 12 Centros Paroquiais (20%) e em menor número surgem as Associações de Desenvolvimento e as Cooperativas com uma representatividade de apenas 1 e 1,7%, respetivamente. O próprio estudo apresenta alguma dificuldade em distinguir ONG de outro tipo de organizações, não deixando claro quantas e quais ONG existem, de facto, no concelho.

As Organizações Não-Governamentais têm um papel fundamental para uma mediação do processo migratório, ao apoiar a integração dos indivíduos e até mesmo na implementação de políticas públicas – isto através da sua participação interventiva na sociedade e colaboração com organismos públicos (SEF, 2008). Outros organismos como o Olho Vivo⁵² e a Amnistia

⁵¹ Disponível em http://www.eapn.pt/projectos_visualizar.php?ID=97

⁵² Informação disponível em <http://olhovivoviseu.blogspot.pt/>

Internacional Portugal (AI) – Núcleo de Viseu⁵³ surgiram mais recentemente, tendo evidenciado preocupações com as comunidades imigrantes e mostram poder vir a desenvolver atividades de interesse. Todavia, a sua atividade é ainda bastante precoce e pontual, sendo desconhecida por parte da população local e das imigrantes em particular.

Para além do associativismo e a participação nas atividades de organizações, é importante referir o empreendedorismo imigrante no feminino como um tema a aprofundar. Apesar de grande parte da população feminina imigrante estar inserida como trabalhadora por contra de outrem, na área de serviços domésticos e limpeza, cuidados de saúde, cuidados de crianças e idosos/as e restauração – nichos laborais com características de género e étnicas muito marcadas – tem-se verificado um maior envolvimento das mulheres na criação de negócios (Ionescu, 2004 *apud* Padilha *et al*, 2010:14).

Têm sido desenvolvidos estudos sobre a migração feminina e outros sobre empreendedorismo mas pouco se sabe sobre a experiência das mulheres imigrantes empreendedoras em Portugal – investigação que tem sido pouco explorada pela academia (Padilha *et al*, 2010:14). Segundo Padilha e outros/as, cada vez mais mulheres migram de forma independente à procura de novas oportunidades de trabalho e de negócios, não tendo famílias dependentes ou ainda com o objetivo de reagrupamento familiar. O empreendedorismo imigrante poderá ser um importante passo para potenciar inovação, ideias e projetos, criar empregabilidade e novos mercados, promover novos usos e costumes e revitalizar espaços e setores territoriais – o que se torna ainda mais relevante em localidades de pequena e média dimensão enquanto plataforma para o desenvolvimento.

No entanto, o empreendedorismo torna-se um projeto com múltiplos constrangimentos, iguais aos de qualquer negócio, mas com problemas de discriminação de género e de etnia, muitas vezes, acrescidos (Padilha *et al*, 2010:112). Muitas mulheres têm a seu cargo filhos e casa, diferentes formas de inserção no mercado laboral, maior exposição a situações de desemprego e precariedade e menos credibilidade na esfera do financiamento, para além de poucos projetos de apoio aos quais concorrer (Carter & Cannon, 1992 *apud* Padilha *et al*, 2010:35).

Segundo dados de 2007 do GEM⁵⁴ Portugal, citado por Padilha *et al* (2010:84), o nível de empreendedorismo em território nacional é relativamente baixo – apenas 9 em cada 100 pessoas

⁵³ Consultar sítio da Amnistia Internacional Portugal – Núcleo de Viseu em <https://www.facebook.com/AINucleoViseu>

⁵⁴ O projeto GEM - Global Entrepreneurship Monitor - é considerado o maior estudo independente sobre o empreendedorismo a nível mundial.

imigrantes se encontram envolvidas na criação ou gestão de um novo negócio, sendo que apenas 6% das mulheres envereda pela atividade empreendedora, contra 12% dos homens. Tais dados apontam para uma baixa adesão a projetos de inovação e empreendedorismo.

Na amostra das mulheres empreendedoras inquiridas⁵⁵ é de salientar três grandes grupos: mulheres dos PALOP (33%), brasileiras (34%) e europeias de Leste (33%). Apurou-se que mulheres com níveis de educação mais elevados apresentam maior probabilidade de enveredar pelo empreendedorismo, em geral, e são as mulheres com profissões na área dos serviços e do comércio que mais investem em carreiras empreendedoras (55,9%). Os setores de atividades desenvolvidos passam pelo setor da beleza (37,1%), comércio (19,6%), hotelaria e restauração (17,8%) e serviços de apoio doméstico (8,3%).

Idealmente, para Padilha *et al* (2010:205), os benefícios do empreendedorismo feminino migrante pode potenciar o “reequilíbrio na conciliação entre vida familiar e profissional”, distribuição mais equitativa de tarefas, o mais elevado pagamento e sustento económico do lar, o aumento da autonomia e da autoconfiança e, também, a exposição e contacto com novas propostas sociais – em que as mulheres desafiam papéis e relações de género pela emancipação profissional. Mas, para tal, são necessárias medidas e estratégias que dotem as imigrantes de ferramentas para atingir tais objetivos.

Os autores enumeram algumas dessas medidas e estratégias: é fundamental formar competências técnicas nas imigrantes, promover reflexão crítica sobre condições individuais e coletivas, tirar partido do *know-how* migrante, prestar apoio nos processos burocráticos e apoio de consultadoria na elaboração de planos de negócios, aumentar acesso e espetro de fontes de financiamento e promover a criação de redes de contactos ente imigrantes, associações, empresas e outros atores públicos e privados locais (Padilha *et al*, 2010:43).

As pessoas imigrantes são particularmente vulneráveis à marginalização em relação com o trabalho, a idade, o género, a etnia, entre outros, sendo muitas vezes privadas do capital social elementar que lhes permitira serem politicamente incluídas. Apesar de tratar-se de uma análise com uma componente inevitavelmente subjetiva e baseada na perceção – tanto da pessoa inquirida como da investigadora –, a questão da discriminação é crucial neste estudo e para a discussão da integração da população migrante na sociedade de acolhimento. Utilizo o conceito

⁵⁵ Questionários aplicados a empreendedores/as imigrantes no contexto do estudo de 2010 intitulado “Mulheres imigrantes empreendedoras”, por Beatriz Padilha e Jorge Malheiros (coord.) e Frederica Rodrigues, publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

de discriminação tendo por base questões de raça e etnia, género, idade, emprego, profissão, grau de escolaridade, entre outras, que resultam no tratamento diferenciado sofrido por indivíduos ou comunidades imigrantes, e exercido pelas restantes, sobretudo pela sociedade de acolhimento.

4.4 (Ainda) Discriminação e exclusão

O grau de discriminação varia também por ordem de importância atribuída pela pessoa inquirida, em contextos como trabalho, serviços públicos, aquisição de habitação, escola e entre pares. O grau de vulnerabilidade varia ainda de acordo com o grupo comunitário, idade e género. Ocorrem manifestações de discriminação em qualquer situação do quotidiano, desde o supermercado, transportes públicos, cafés e local de trabalho, destacando-se pelo mau tratamento, muitas vezes subtil e generalizado. Como algumas mulheres mencionaram, sofreram discriminação pelo tipo de vestuário utilizado em locais de lazer e locais de trabalho, em que lhes foi vedado ou dificultado acesso. Uma delas chegou a afirmar ter sido discriminada por estar a usar sapatilhas quando tentava entrar numa discoteca, quando lhe exigiam sapatos de salto alto ao invés, por serem “mais femininos” e adequados ao espaço – não necessariamente um fenómeno de discriminação por ser imigrante mas mormente por ser mulher.

Segundo o relatório do ACIDI, de 2013⁵⁶, verifica-se “que a perceção da existência de discriminação é maior quanto menor o nível de escolaridade” (2013:199) e que essa perceção varia de país para país, sendo “os imigrantes brasileiros quem mais tende a avaliar negativamente a forma como os imigrantes são tratados pelos portugueses” (2013:200). Os homens e as mulheres imigrantes residentes no centro do país são aqueles que menos reportam situações de tratamento negativo pelo facto de serem estrangeiros/as, não podendo no entanto concluir-se que seja pela menor existência destas situações ou pela falta de meios ou capacidade de denúncia. Para o ACIDI, os dados e os estudos apresentados não permitem ainda retirar conclusões relevantes, pelo que é crucial desenvolver estudos neste sentido de forma a apurar a eventual variação regional nos processos discriminatórios (ACIDI, 2013:203).

⁵⁶ Consultar secção 9, “Perceção sobre situações de discriminação em Portugal”, pp. 198-214, (ACIDI, 2013).

Regressando ao meu estudo, a maior parte das mulheres inquiridas indicaram não se terem sentido discriminadas no seu processo de integração em Viseu: no entanto 20% sentiu-se discriminada por ser imigrante, 7,5% por ser mulher e 10% sentiu discriminação racial.

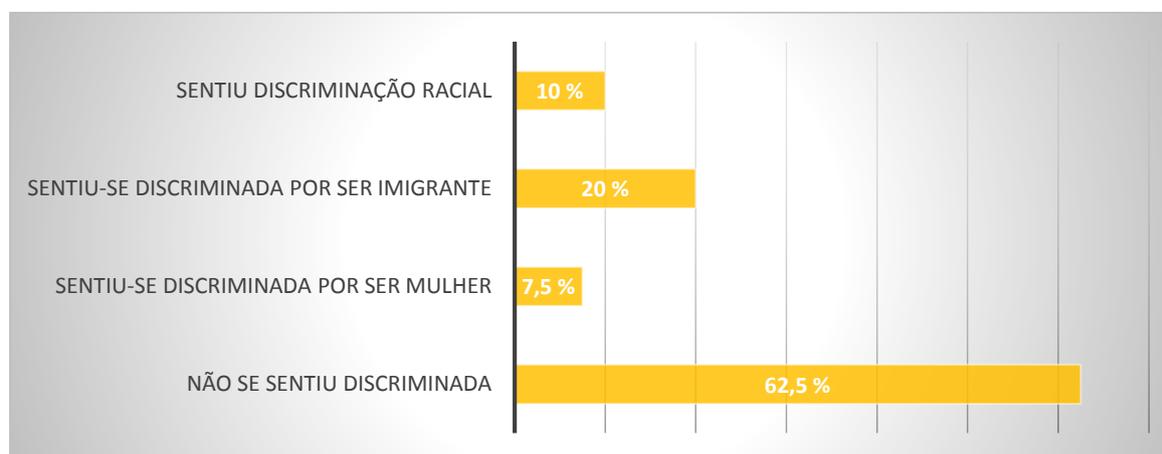


Gráfico 13 – Existência ou ausência de discriminação no processo de integração

Ao encontro das considerações retiradas do estudo do ACIDI, também as cidadãs brasileiras foram quem mais apontou para manifestações de discriminação pela nacionalidade, nomeadamente, geralmente conotadas com associação à atividade da prostituição, alegando maior dificuldade em encontrar emprego motivada pelo preconceito. Uma das mulheres brasileiras inquiridas declarou que desde que chegou a Viseu, na década de 1970, foram múltiplas as vezes que assistiu a comentários depreciativos, sobretudo quando casou com um homem português, e que nunca encontrou emprego exceto na loja comercial gerida pelo marido. Acrescentou ainda que algumas brasileiras que conhecia no concelho de Viseu lhe haviam confidenciado terem ouvido comentários depreciativos (no que diz respeito à imediata conotação à atividade da prostituição) na chegada ao aeroporto caso viajassem sozinhas.

CONCLUSÃO

“... as a woman I have no country. As a woman I want no country. As a woman my country is the whole world”.⁵⁷

Virginia Woolf, 1938

A conclusão deste estudo serve-se de uma citação de Virginia Woolf (1938:197)⁵⁸ que me faz refletir sobre um sentimento de pertença que transcende as barreiras físicas de um país e que procura abrir-se ao mundo. Não farei aqui uma análise minuciosa sobre Woolf, movimentos literários e sociais ou período histórico em que se insere: utilizo esta citação como uma forma de pensar numa ligação de resistência e de transcendência do espaço por parte das mulheres, uma ligação que representa um ultrapassar de barreiras (físicas, sociais, políticas, linguísticas, etc.) e que pode atingir um escopo internacional, de objetivos comuns, de luta coletiva e de projeção de vozes antes silenciadas ou inaudíveis.

Essa dissertação procurou ser, no fundo, um estudo interventivo que contribuísse para dar voz às mulheres, sobretudo às mulheres imigrantes do concelho de Viseu – enquanto grupo que entendi ser das margens, ou à margem, não só socialmente mas também da investigação académica, área na qual este tema é ainda recente. Dada a ausência de literatura direcionada para a imigração no feminino e sua relação com as tecnologias na zona centro de Portugal, acredito que este estudo pode abrir caminho para entender a complexidade do tema, averiguar a importância das TIC para o processo de integração e despertar para a necessidade de desenvolver novos e mais aprofundados estudos, que podem contribuir positivamente para a capacitação para a ação destas mulheres em posição de fragilidade.

Este estudo foi dividido em quatro partes (capítulos), tendo a primeira um enfoque teórico, procurando fazer o “estado de arte” com referência a vários autores e autoras que problematizam os conceitos teóricos e as questões políticas que norteiam o estudo. A segunda parte procura contextualizar Portugal enquanto protosociedade de informação, incluindo projetos e medidas relevantes, partindo depois para o estudo do concelho de Viseu, em particular. A terceira parte remete para a componente empírica e para o contexto social do estudo, a que se acrescenta a apresentação e discussão dos resultados obtidos. Procurou-se recolher dados e informação de

⁵⁷ Citação retirada de: Woolf, Virginia. 1938. *Three Guineas*, London: The Hogarth Press.

⁵⁸ Virginia Woolf foi uma escritora modernista inglesa que explorou na sua escrita a questão de género na sociedade da época e cujas reflexões são utilizadas para muitos debates em torno de questões feministas.

fontes oficiais, nomeadamente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, bem como estudos oficiais partilhados pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Para a metodologia qualitativa foi utilizado um conjunto de técnicas e instrumentos que recolheram diversos dados e elementos de relevo, de salientar a pesquisa documental e bibliográfica que serviu como ponto de partida para a compreensão do objeto de estudo. Todavia, esta pesquisa mostrou-se por si só insuficiente e antecedeu a aplicação da técnica do inquérito por questionário e a observação no terreno. A última parte, ou quarto capítulo, cruza os dados obtidos na metodologia quantitativa com as reflexões tecidas ao longo da dissertação, procurando correlações significativas, e explora conceitos e fenómenos de exclusão, discriminação e associativismo imigrante.

Efetuuou-se pesquisa documental e bibliográfica de forma a fundamentar a base teórica do questionário. Este foi aplicado a quarenta mulheres de dezoito países que residem no concelho de Viseu e a observação e a aplicação dos inquéritos decorreram nos seguintes locais: Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Viseu, sede da Rede Europeia Anti-Pobreza em Viseu, sede da União de Freguesias de Viseu, empresas, escolas, rua, e cibercafés. Esta metodologia permitiu a caracterização da amostra e a recolha de informação sobre o impacto da utilização das TIC, nomeadamente no que concerne à manutenção de ligações com os países de origem e o de acolhimento e a importância das redes sociais e dos *media* no processo de integração. Pretendia-se obter uma série de respostas através de treze questões fechadas e semifechadas – tornou-se óbvio que essa formulação limitou também a expressão e induziu as respostas, no entanto preveniram ambiguidades e uma maior dificuldade de análise. A somar à ausência de apoios institucionais esteve a recusa de participação por parte de muitas mulheres, resultando numa amostra mais limitada.

Desde cedo surgiram outras dificuldades, nomeadamente no acesso à informação, tanto ao nível da escassez de documentação produzida como ao nível da dificuldade no acesso a entidades, indivíduos e instituições que pudessem facultar dados e contactos relevantes para a investigação. Em primeiro lugar, notou-se a ausência de estudos relativos a mulheres imigrantes no concelho de Viseu e notou-se a morosidade – e até inexistência – de resposta por parte de organismos estatais contactados ao longo deste último ano. A Câmara Municipal de Viseu e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Viseu demonstraram disponibilidade no apoio à investigação, contudo revelaram não deter dados estatísticos ou qualquer tipo de estudo realizado no/sobre o concelho ou conhecimento de associações de imigrantes aí existentes.

Compreendi que é sobretudo na ausência de apoio por parte de familiares e organismos estatais que as TIC se podem mostrar mais relevantes: colmatam falhas de comunicação, informação e integração. Contudo, nem para todas as mulheres as TIC são acessíveis e tal justifica-se por dificuldade no acesso físico, pela iliteracia digital, pelos encargos económicos excessivos, etc., - dificultando não só a manutenção da rede de contactos com o país de origem mas também a criação de redes de contactos no país de acolhimento.

Numa aproximação sociológica às temáticas, servi-me da teoria das redes sociais para mostrar que as trajetórias sociais das imigrantes não são determinadas exclusivamente nem pelas suas posições estruturais, nem pelas suas decisões individuais, mas por ambas. Apesar de o estudo impor por vezes grelhas fechadas e fixas e deixar pouco espaço para o imprevisto e o acaso – como é inevitável nas metodologias quantitativas – procurou-se um diálogo com os estudos culturais e os estudos da comunicação e dos *media*, esperando introduzir novos elementos, numa abordagem das novas subjetividades e retalhos às teorias que se tecem. Aplicando a teoria das redes sociais à análise do objeto de estudo, a vantagem é mostrar como os percursos e as identidades não são totalmente determinadas pelas posições das mulheres no tecido social, interagindo com as conexões e nós, interagindo com novos recursos. A *network analysis* é útil para pensarmos a rede de comunicação e interligações.

Várias questões ficaram por explorar que, inicialmente, faziam parte dos objetivos traçados para esta investigação. Uma delas foi a impossibilidade de estudar a presença de mulheres imigrantes dirigentes de associações de imigrantes no concelho de Viseu – com o objetivo de entender o seu papel na sociedade de acolhimento e na promoção da integração das comunidades que representariam. Desde logo deparei-me com a inexistência mesmo desse tipo de associações.

Verifiquei que, no concelho, a ausência de redes formais, ONGs, associações de imigrantes e outros projetos específicos resulta numa carência de apoio à integração das imigrantes no tecido social, na escassez de estudos locais e de dados concretos sobre a realidade local e consecutiva alienação que é necessário combater. Apesar dos resultados relativamente positivos da amostra, entendo que o campo empírico é constituído apenas por fragmentos do real, que constituirão um retalho das vozes destas mulheres – preocupo-me sobretudo com as mulheres a quem não consegui chegar e cujas vozes permanecem na margem.

Uma possibilidade emancipatória – no futuro – da utilização das TIC para as mulheres imigrantes consistirá na transição de utilizadoras passivas a criadoras de conteúdos, o que levará a novos sentidos de cidadania através da expressão da sua própria voz, na participação na esfera

pública, no desenvolvimento de uma nova realidade social mais justa, inclusiva e igualitária. Reconhece-se aqui a importância da integração de imigrantes e de legislação que acompanhe e promova essa inclusão, com medidas transparentes e estruturais, ao invés de medidas transitórias e isoladas. Para além do aperfeiçoamento dos contextos legislativos e burocráticos, a consciencialização da sociedade civil dos mecanismos de exclusão e a luta contra a discriminação (em particular de género, racismo e xenofobia) são imperativas.

Apesar de Portugal ser um país no qual o fenómeno da imigração, em números substanciais, é relativamente recente, o país não deixa de ser frequentemente citado como um exemplo de boas práticas em termos de integração, ocupando o segundo lugar no *Migrant Integration Policy Index* (Niessen *et al*, 2007 *apud* SEF, 2008). Ao nível dos direitos fundamentais, a Constituição Portuguesa consagra os princípios de igualdade de direitos entre cidadãos e cidadãs nacionais e estrangeiros/as, embora seja importante referir que nem sempre tal acontece nas práticas sociais e culturais.

O investimento no desenvolvimento de conteúdos ao nível local é uma das respostas para impulsionar o acesso relevante às TIC, garantindo formação adequada, estímulo para a participação e acesso gratuito a telecentros ou cibercafés, sobretudo quando existem dificuldades económicas que impeçam a utilização no espaço do lar. Alerto para a necessidade de criar consciencialização, meios e competências que permitam às utilizadoras delas beneficiar amplamente, pois reconheço características derogatórias nas tecnologias, tradicionalmente desenvolvidas em contextos masculinos ou masculinizados. Contudo, aceito a visão de um caminho que leve da exclusão (tanto real como virtual, pois estas cada vez mais se tornam indissociáveis) à inclusão, e para isso defendo as TIC, e a Internet em particular, como ferramentas emancipatórias e inclusivas.

O carácter potencialmente internacional e emancipatório das TIC atraiu-me para este estudo, encarando-as como uma possibilidade de oferecer novas oportunidades para o *empowerment* feminino, para adotarem uma perspetiva contra-hegemónica e um potencial de participação das mulheres no processo de decisão (*decision-making*), e de promoção de uma participação ativa. Acredito que a possibilidade de pelas tecnologias e pelos *media* digitais ser alcançável conhecimento e informação dota as mulheres de uma nova ferramenta de emancipação e participação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁵⁹

ACIDI (2013). *Diagnóstico da população imigrante em Portugal – desafios e potencialidades*, Lisboa: ACIDI

Adam, Alison (2001). “Gender, Emancipation and Critical Information Systems”, Global Co-Operation in the New Millennium - The 9th European Conference on Information Systems. Disponível em http://www.csrc.lse.ac.uk/Support/ECIS2001/pdf/014_Adam.pdf

Appadurai, Arjun (1996). *Modernity at large: Cultural Dimensions of Globalization*, Vol. 1 – Public Worlds, US: University of Minnesota Press

Baganha, Maria Ioannis (2009). “The lusophone migratory system: patterns and trends”, in *International Migration*, Vol. 47, n.3, pp. 5-20

Baganha, Maria Ioannis *et al* (2009). “Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica” in *Imigração*, nº56, pp.115-124, Coimbra: CES

Balsamo, Anne (1996). “Reading Cyborgs, Writing Feminism: Reading the Body in Contemporary Culture”, in *Technologies of the Gendered Body: reading cyborg women*, Chapter 1, pp. 17-40, Durham and London: Duke University

Bauböck, Rainer (ed.) (1994). *From aliens to citizens: redefining the status of immigrants in Europe*, Avebury: Aldershot

Baudrillard, Jean (1988). *The Ecstasy of Communication*. New York: Semiotext(e)

Bebiano, Rui (2003). “Cidadania em linha: a polifonia como experiência”, in *Ciberscópio, Cibercidadania*, Disponível em: <http://www.ciberscopio.net/index.php?area=temas&tema=7&artigo=7>

Benedict, Anderson (1983). *Imagined Communities: Reflection on the origin and spread of nationalism*, London: Verso

Bonder, Gloria (2002). “From access to appropriation: Women and ICT policies in Latin America and the Caribbean”, UNDAW Expert Group Meeting on “Information and Communication Technologies and their impact on and use as an instrument for the advancement and empowerment of women”, Korea, 11-14 November. Disponível *online* no website das Nações Unidas, em <http://www.un.org/womenwatch/daw/egm/ict2002/reports/Paper-GBonder.PDF>

⁵⁹ Os sítios Web mencionados, bem como os documentos indicados na bibliografia ou no corpo do texto como estando disponíveis na Web, foram novamente consultados e o seu endereço verificado no dia 8 de dezembro de 2014.

Bourdieu, Pierre (1980). “Le capital sociale. Notes provisoires”, *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 31, pp. 2-3

Boyer, M. Christine (1999). “Crossing CyberCities: Urban Regions and the Cyberspace Matrix”, California: Sage Publications, Disponível em <http://www.helsinki.fi/iaa/io/boyer.pdf>

Braidotti, Rosi (2008). “In Spite of the Times - The Postsecular Turn in Feminism”, in *Theory, Culture & Society*, Vol 25(6), pp.1-24, SAGE: London. Disponível em <https://relsec.arizona.edu/sites/relsec.arizona.edu/files/The%20Postsecular%20Turn%20in%20Feminism.pdf>

Bush, Vannebar (1994). “As we may think”, in *Atlantic Monthly*, versão eletrônica de Denys Duchier. Disponível no website do MIT, em <http://web.mit.edu/STS.035/www/PDFs/think.pdf>

Butler, Judith (2002). *Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity*, Routledge

Câmara Municipal de Viseu (2013). “Estratégia Viseu Primeiro 2013/2017”. Versão preliminar para consulta pública. Disponível em http://www.cm-viseu.pt/doc/2013_2017/Estrategia_ViseuPrimeiro2013_2017_consultapublica.pdf

Cardoso, Gustavo (2005). “Sociedade em transição para a sociedade em rede” in *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política* (org. Gustavo Cardoso e Manuel Castells), pp. 31- 61, Parte I, a partir da conferência promovida pelo Presidente da República, de 4 e 5 de março de 2005 no Centro Cultural de Belém, Imprensa Nacional – Casa da Moeda

Castells, Manuel (2005). “Sociedade em rede: do conhecimento à ação política: compreender a transformação social” in *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política* (org. Gustavo Cardoso e Manuel Castells), pp. 17-30, Parte I, a partir da conferência promovida pelo Presidente da República, de 4 e 5 de março de 2005 no Centro Cultural de Belém, Imprensa Nacional – Casa da Moeda

Castells, Manuel and Araba, Sey (2004). “From Media Politics to Networked Politics: The Internet and the Political Process” in *The Network Society: A Cross-Cultural Perspective*, (Castells ed.), pp. 363- 81, Edward Elgar Publishing

Chang, Younghoon *et al* (2012). “Gender digital divide and *online* participation: a cross-national analysis, 19th ITS Biennial Conference 2012, “Moving Forward with future technologies: opening a platform for all”, Bangkok, Thailand

Comissão Europeia (2013). “She figures 2012 – Gender in Research and Innovation” (2013), *Statistics and Indicators*, Brussels. Disponível em http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/she-figures-2012_en.pdf

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2012). “Igualdade de Género em Portugal 2011”, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa: CIG

Consalvo, Mia (2012). "Cyberfeminism" in Encyclopedia of New Media. Ed. Thousand Oaks, CA: SAGE ReferenceOnline. Disponível em http://www.sagepub.com/ritzerintro/study/materials/reference/77708_15.1ref.pdf

Cunha, Isabel Ferin (2008). “Os Media e o Regionalismo”, in Coleção Portugal Intercultural, vol IX, pp. 370-412, Lisboa: ACIME. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/2_PI_Cap9.pdf

Ferin, Isabel (1997). “Nós e os outros nos artigos de opinião da imprensa portuguesa”, pp.435-467, Lusotopie

Fonseca (2005). “Reunificação familiar e imigração em Portugal”, in Coleção Estudos OI, Lisboa: ACIME. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_15.pdf

Foucault, Michel (1997). *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'água

Foucault, Michel (1980). “Two Lectures”, in *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*, Colin Gordon ed. pp. 78-108, New York: Pantheon

Foucault, Michel (1978). *The History of Sexuality*, translated by Robert Hurley, Vol. I, New York: Pantheon

Fraser, Nancy (1990). “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”, n.25/26, pp. 56-80. Duke University Press. Disponível em http://api.ning.com/files/hRwSaOzKhGD-wGyDZuJeNffJvQrETo9IizI7bNRisAQ_/RethinkingthePublicSphere.pdf

Gibson, William (1984). *Neuromancer*, Ace Books

Giddens, Anthony (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Policy Press

G3ict (2013). “Web Accessibility Policy Making: An International Perspective - Portugal”. Disponível em http://www.g3ict.org/resource_center/country_profiles/G3ict_White_Paper_-_Accessibility_Policy_Making/Portugal

Gurumurthy, Anita and Menon, Niveditha (2009). “Violence against women via cyberspace”, *Economics & Political weekly - EPW*, Vol. XLIV, no 40, pp.19-21

- Hall, Stuart (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*, 3ªed., Rio de Janeiro: DP&A
- Haraway, Donna (2006). “A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late 20th Century” in *The International Handbook of Virtual Learning Environments*, J. Weiss *et al.* (eds.), chapter 4, pp. 117–158, Springer Press
- Harding, Sandra (1986). *The Science Question in Feminism*, New York: Cornell University Press
- Hatzopoulos, Pavlos and Kambouri, Nelli (2013). “Final Synthesis Report Implications for Theory and Policy Recommendations” in *Transnational digital networks, migration and gender – Mig@net*, Centre for Gender Studies
- Herring, Susan (2001). “Gender and Power in Online Communication”, CSI Working paper, Center for Social Informatics, Indiana University-Bloomington. Disponível em <https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/1024/WP01-05B.html>
- Huyer, Sophia and Sikoska, Tatjana (2003). “Overcoming the Gender Digital Divide: Understanding the ICTs and their potential for the Empowerment of Women”, In straw Research Paper Series No. 1, Virtual Seminar Series on Gender and ICTs. Disponível em <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/Overcoming-Gender-Digital-Divide.pdf>
- Jefferson, Therese and King, John (2001). “Never intended to be a Theory About Everything: Domestic Labour in Neoclassical & Marxian Economics”, *Feminist Economics*, Taylor and Francis Journals, vol. 7, n.3, pp. 71-101
- Kellner, Douglas (2009). “Cultural Studies, Multiculturalism, and Media Culture”, UCLA Graduate School of Education & Information Studies: Essays. Disponível em <http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/essays/culturalstudiesmulticulturalism.pdf>
- King, Russell and Zontini, Elisabetta (2000). “The role of gender in the South European immigration model”, *Papers* 60, pp 35-52, University of Sussex: School of European Studies. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/papers/article/viewFile/25564/25398>
- Kunzru, Hari (1997). “You are cyborg” – interview to Donna Haraway. *Wired Digital*. Disponível em http://www.wired.com/wired/archive/5.02/ffharaway_pr.html
- Lister, Martin *et al* (2003). “Cyberculture: Technology, Nature and Culture”, in *New Media: a critical introduction*, (ed. Martin Lister) Chapter 5, pp. 317-417, 2nd ed. New York: Routledge
- Lemos, André *et al* (2005). “Ciberurbe: a cidade na sociedade da informação”, Editora E-Papers

Lemos, André (2004). “Cibercidades, um modelo de inteligência coletiva” in Cibercidades: as cidades na cibercultura, pp. 19-26, Rio de Janeiro: Editora E-Papers

Lévy, Pierre (2001). *Filosofia World – o mercado, o ciberespaço, a consciência*, Col. Epistemologia e Sociedade, nº170, Lisboa: Instituto Piaget

Malafaia, Carla *et al* (2013). “Civic and Political E-Participation of Young Immigrants: ‘Digital Hope’ for Inclusion?”, *International Journal of E-Politics*, 4(1), pp. 32-49

Karl, Marilee (ed) (2000). “Transcending the gender information divide”, Final Report of the Global Knowledge Women’s Forum, Kuala Lumpur, Malaysia, 6-7 March 2000. Disponível em http://www.globalknowledge.org/my/GKII_WomenForum_FinalReport.doc

Marcelle, Gillian M. (2000). “Transforming Information & Communication Technologies for Gender Equality, in Gender in Development Monograph, Series 9, New York: UNDP

McLuhan, Marshall and Fiore, Quentin (1967). *The Medium is the Massage*. London:Penguin

McRobbie, Angela (1993). "Cultural studies for the 1990s", *Innovation in Social Sciences Research*, pp.269-276

OberCom – Observatório da Comunicação (2012). “A Internet em Portugal – 2012”, A Sociedade em Rede 2012, Lisboa: Publicações OberCom. Disponível em <http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=sociedadeRede2012.pdf>

OIT - Organização Internacional do Trabalho (2008). *Competências e empreendedorismo: Reduzir o fosso tecnológico e a desigualdade de género*. Campanha “A igualdade de género no coração do trabalho digno”, do Bureau para a igualdade de género. Disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/gender_november.pdf.

Padilha, Beatriz *et al*. (2010). “Mulheres Imigrantes Empreendedoras”, Coleção Estudos de Género 7, Lisboa: CIG. Disponível em http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/Mulheres_Emigrantes_Empreendedoras.pdf

Pereira, Maria Graça e Silva, Bento (2009). “A relação dos jovens com as TIC e o factor divisão digital na aprendizagem”. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, pp. 5408-5431, Braga: Universidade do Minho

PORDATA (2013). “Taxa de desemprego: total e por sexo”, Disponível em [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550-3168](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550-3168)

Portugal, Sílvia (2007). “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”, Oficina do CES, nº271, Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/271.pdf>

Prensky, Marc (2001). “Digital Natives, Digital Immigrants”, in *On the Horizon*, MCB University Press, Vol. 9 No. 5. Disponível em <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>

Primo, Natasha (2003). “Gender Issues in the Information Society” – UNESCO Publications for the World Summit on the Information Society, Paris: UNESCO

Putnam, Robert (2000). *Bowling alone. The collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

Reis *et al* (2007). “IMIGRANTES EM PORTUGAL - Economia, Sociedade, Pessoas e Territórios”, Relatório do Projecto de Investigação financiado pela FCT: *A Imigração Qualificada: Imigrantes em sectores dinâmicos e inovadores da sociedade portuguesa*, Coimbra: CES. Disponível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/176_relatorio_imigracao_qualificada.pdf

Rocha, Maria Custódia (2009). “Políticas de género e tecnologias de informação e comunicação: da sociedade do conhecimento à economia do conhecimento”, pp.1-12, Associação Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação (AISTI)

Rossetti, Adroaldo *et al* (2008). “A organização baseada no conhecimento: novas estruturas, estratégias e redes de relacionamento”, *Revista Ciência da Informação*, v.37, nº1, pp.61-72, Brasília

Rubio, Sónia (2003). *Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación*, Barcelona: Anthropos Editorial

Santos, Boaventura de S. (2002). “Os Processos de Globalização” in Eurozine. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>

Santos, Boaventura de S. (2004). “Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de Um e Outro.”, a partir da conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra de 16 a 18 de setembro de 2004. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

São José, José and Wall, Karin (2005). “Managing work and care: a difficult challenge for immigrant families – immigrant families in Portugal”, Chapter 3, *Overstretched – European families up against the demands of work and care, Broadening perspectives on social policy*, (ed. Teppo Kröger and Jorma Sipilä), Blackwell Publishing

Selwyn, Neil (2008). “O uso das TIC na educação e a promoção de inclusão social: uma perspectiva crítica do Reino Unido”, Tradução de Esther Majerowicz e Alain François, in *Educ. Soc.*, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 815-850, Campinas

Silva, Maria João (2009). “Género e Tecnologias da Informação e da Comunicação”, in *A transversalidade do género na intervenção educativa*, 1.3.4, Guião de Educação, Género e Cidadania, pp. 115-120, Lisboa: CIG

Silveirinha, M. J. (2008). “A Representação das Mulheres nos Media. Dos Estereótipos e «Imagens de Mulher» ao «Feminino» no Circuito da Cultura”, in J. P. Esteves (ed.), *Comunicação e Identidades Sociais: diferença e reconhecimento em sociedades complexas e culturas pluralistas*, pp. 103-130, Lisboa: Livros Horizonte

Spears, R. *et al* (2002). “When are Net Effects Gross Products? The Power of Influence and the Influence of Power in Computer-mediated Communication”, *Journal of Social Issues* 58(1): 91–108.

Spivak, Gayatri Chakravorty (1994). “Can the Subaltern Speak?”, in *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory* Williams, P. and Chrisman, L. (eds), Chapter 4, pp. 66-111, New York: Columbia University Press

Staeheli, Lynn A. *et al* (2002). “Immigration, the Internet, and spaces of politics”, in *Political Geography*, n. 21, pp.989-1012, University of Colorado, Pergamon

Turkle, Sherry (1995). *Life on the screen: Identity in the Age of Internet*. New York: Simon & Schuster

van Dijk, Jan (2008). “The Digital Divide in Europe” in *The Handbook of Internet Politics*, London and New York: Routledge

Vitorino, A. (2004). “Uma política comum de Imigração”, in *I Congresso de Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania, Integração*, 18/19 Dezembro de 2003, pp.32-43 Lisboa: ACIME

Wajcman, Judy (2010). “Feminist Theories of Technology”, *Cambridge Journal of Economics*, vol 34, pp. 143–152

Wajcman, Judy (2004). *TechnoFeminism*, Cambridge: Polity Press

Wellman, Barry (2001). "Physical place and cyberspace: the rise of networked individualism".
Internet Journal of Urban and Regional Research

W3C – World Wide Web Consortium (2012). Disponível *online* em <http://www.w3.org/>.

Youngs, Gillian (2008). "Cyberspace: The New Feminist Frontier?", in *Women and Media: International Perspectives*, K. Ross and C. M. Byerly (eds.), Oxford: Blackwell Publishing

Anexos

Anexo 1



Inquérito elaborado no âmbito do Mestrado em Informação, Comunicação e Novos *Media*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – investigação em Estudos de Género, Imigração e Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação no município de Viseu. As informações recolhidas são anónimas e para uso restrito da investigação e o questionário destina-se às mulheres imigrantes do município.

1) Identificação Pessoal

- a) Idade: _____
- b) Nacionalidade: _____
- c) País de origem: _____
- d) Profissão: _____
- e) Nº de horas de trabalho na profissão (semanal): _____ h
- f) Nº de horas de trabalho doméstico (semanal): _____ h
- g) Habilitações Literárias: _____
- h) Área de formação: _____
- i) Estado Civil: _____
- j) Número de filhos/as: _____
- k) Idades dos/as filhos/as: _____
- l) Número de filhos/as com quem vive: _____
- m) Outras pessoas com quem vive: _____

2) Integração no Município

- a) Tem recebido apoio à integração desde que chegou a Viseu? Se sim, de quem tem recebido ajuda?

Não tem recebido qualquer apoio: Familiares do país de origem:

Amigos/as ou conhecidos/as em Viseu: Associação de imigrantes:

Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII):

Associação ligada à Igreja: Organização do Estado: _____

Associação ligada a qual igreja? _____

Outro/a: _____

- b) Faz parte de alguma Associação/Organização (de imigrantes ou outra) em Viseu? Se sim, qual?

Não: Sim: _____

c) Quais são as suas principais dificuldades na integração no novo país e, em particular, em Viseu?

Adaptação à língua:	<input type="checkbox"/>	Adaptação a diferentes usos e costumes:	<input type="checkbox"/>
Acesso à documentação/informação:	<input type="checkbox"/>	Acesso a serviços de saúde:	<input type="checkbox"/>
Acesso à educação:	<input type="checkbox"/>	Acesso a emprego:	<input type="checkbox"/>
Acesso ao alojamento:	<input type="checkbox"/>	Outra:	

d) Quais as suas dificuldades de integração no município?

Não falar português:	<input type="checkbox"/>	Nível de escolaridade:	<input type="checkbox"/>
Falta de informação/acesso à Informação:	<input type="checkbox"/>	Ausência de apoio parte do Estado e outras entidades:	<input type="checkbox"/>
Dificuldades económicas:	<input type="checkbox"/>	Outra: <input type="checkbox"/> Qual?	

e) No seu processo de integração:

- a) Não se sentiu discriminada:
- b) Sentiu-se discriminada por ser mulher:
- c) Sentiu-se discriminada por ser imigrante:
- d) Sentiu discriminação racial:
- e) Outra: Qual? _____

3) Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação

a) Considera que as TIC são relevantes para a sua integração no município? Se sim, em que vetores?

Sim: Não:

- Estabelecer novos contactos:
- Comunicar com família e conhecidos/as:
- Procurar emprego:
- Aceder a (nova) informação e documentação:
- Desenvolver novas competências:
- Desenvolver ideias e projetos:
- Partilhar opiniões e conteúdos:
- Outro: _____

b) Que tipo de tecnologias e *media* utiliza no seu dia-a-dia?

Telemóvel/Telefone: Televisão: Rádio:
Jornais/Revistas: Computador: Máquina fotográfica:
Tablets e smartphones: Outra(s): _____

c) Com que frequência utiliza as TIC?

Todos os dias: Uma vez por semana:
Algumas vezes por semana: Algumas vezes por mês:
Raramente: Nunca:

d) Com que frequência utiliza computador com acesso à Internet?

Todos os dias: Uma vez por semana:
Algumas vezes por semana: Algumas vezes por mês:
Raramente: Nunca:

e) Onde acede à Internet? (Ex: em casa, trabalho, biblioteca, cibercafé...)

f) Paga o acesso à Internet?

Sim: Não:

g) Com que objetivo(s) utiliza o computador e a Internet?

Estabelecer contacto com amigos/as e família:
Procurar emprego:
Utilizar as redes sociais:
Realizar pesquisas e trabalhos académicos/profissionais:
Fazer pesquisas sobre eventos culturais, artísticos e desportivos da região:
Ler notícias *online* sobre o município e o país (Portugal):
Ler notícias *online* sobre o seu país de origem:
Pesquisar informação sobre Associações de Imigrantes e outras entidades relevantes:
Criar páginas *web* ou conteúdos *online*:

h) Tem dificuldades no acesso ao computador e à Internet?

Sim: Não:

Se sim, porquê?

Não sabe utilizar:

Não tem tempo:

Não precisa para o desempenho das suas tarefas profissionais:

Não tem acesso às tecnologias em casa:

Não sabe onde pode aceder:

Não quer utilizar:

Demasiado dispendioso: